



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça
Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo

temas IMESC

Sociedade • Direito • Saúde

ISSN 0102-2490



TEMAS IMESC. Sociedade, direito, saúde
Publicação do IMESC - Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo

editor: IMESC

Rua da Consolação, 2117 – CEP 01301
telefone: 258-5244 – São Paulo – Brasil
Superintendente: Carlos Vicari Junior

conselho editorial: Presidente: Sedi Hirano
Conselheiros: Carlos Guilherme Mota
Edward MacRae
Eliana Blumer Trindade Bordini
Geraldo Giovanni
José Benedicto Maroni
José Maria Pacheco de Souza
Maria Lúcia Vieira Violante
Miguel Reale Júnior
Ruth Corrêa Leite Cardoso
Sérgio França Adorno de Abreu
Sílvia Queirolo
Teresa Pires do Rio Caldeira
Viviane Nogueira de A. Guerra

comitê executivo: Edward MacRae
José Cicala
Maria Etelvina Reis de Toledo Barros

diretor técnico:: Angela Maria de Carvalho Nico

Solicita-se permuta/Exchange desired

TEMAS IMESC, SOCIEDADE, DIREITO, SAÚDE
(Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São
Paulo)
São Paulo, Brasil, 1984 – . Semestral
1987, 4 (1)
CDU 30:610
ISSN-0102-2490

Revisão: Maria Luiza Favret
Maria Aparecida Amaral

Revisão bibliográfica: Marcos A. Medeiros

Capa: Patricia Pascale

Temas IMESC. Soc. Dir. Saúde, São Paulo, v.4, n.1 1987

Recebemos

We received

Nome

Name

Endereço

Address

CEP

Cidade

País

Data

City Country..... Date

A fim de manter a continuidade da remessa de nossas publicações, solicitamos acusar o recebimento.

Please, acknowledge the receipt, so that the mailing of our publications shall not be discontinued.

IMESC – Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo.

Rua da Consolação, 2117

01301 – São Paulo, SP – BRASIL

Sumário

	pág.
Apresentação	3
Artigos/Articles	
PROBLEMA SOCIAL E PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA Social problems and public health problems J.C. Pereira	5
O INTERNATO DO POBRE: FEBEM E A ORGANIZAÇÃO DOMÉSTICA EM UM GRUPO PORTO-ALEGRENSE DE BAIXA RENDA The poor man's boarding school: FEBEM and the domestic organization of a lower-income group in Porto Alegre, Brazil C. Fonseca	21
GILETE NA CARNE: ETNOGRAFIA DAS AUTOMUTILAÇÕES DOS TRAVESTIS DA BAHIA Cut flesh: An ethnography of self-inflicted wounds by transvestites in Bahia. L. Mott e A.H.F. Assunção	41
VICISSITUDES DO MICHÊ The vicissitudes of a hustler N. Perlongher	57
Tendências	
AIDS – PREVENÇÃO OU NOVO TIPO DE SEGREGACIONISMO? E. MacRae	73
Projetos	
A UNIVERSIDADE E A IDENTIDADE DA CONDIÇÃO ESTUDANTIL: UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA, NÍVEIS DE SAÚDE E MODO DE VIDA DOS ESTUDANTES DA USP. S. Hirano, N. Abreu e Silva Neto, M.C. Paoli, R. Beltrão, A. Brites e M. Matsuo	83
Informes e Destaques	109

Apresentação

Confirmando o seu objetivo de trazer à discussão trabalhos de crítica e polêmica, a TEMAS IMESC – Soc. Dir. Saúde, procura, com este fascículo, estimular novas maneiras de se encarar e pensar a respeito de assuntos de grande atualidade, como a internação de crianças na Febem, duas variedades de prostituição homossexual, a prevenção à AIDS e a identidade estudantil, buscando questionar as idéias preconcebidas que normalmente os rodeiam.

O primeiro artigo, de autoria de José Carlos Pereira, professor de Medicina Social, chama a atenção para a necessidade de se elaborar modelos mais sofisticados e menos ideológicos para a compreensão dos problemas sociais e de saúde pública, decorrentes das diferenças nos valores e objetivos, muitas vezes antagônicos, das diversas classes sociais que compõem a nossa sociedade. Diferenças essas que já se manifestam a partir da necessidade de se estabelecer padrões para o normal e o patológico. O interesse do autor está centrado aqui, principalmente, nas relações existentes entre os problemas surgidos no setor de saúde pública e os problemas básicos à organização da sociedade, mostrando como sua similitude freqüentemente leva à sugestão de propostas medicalizantes para a solução de questões de origem fundamentalmente política. Sem novos modelos interpretativos que levem em conta essas complexidades, as intervenções planejadas para corrigir esses problemas correm o risco de ser ineficazes, quando não se tornam francamente contraproducentes.

Os três artigos que se seguem retratam diferentes problemas sociais sofridos por grupos marginalizados e, segundo tradição antropológica, buscam uma compreensão das soluções encontradas, a partir de uma abordagem centrada na experiência direta e na visão de mundo dos sujeitos envolvidos. Cláudia Fonseca faz uma “descrição densa” do processo de circulação de crianças em uma vila porto-alegrense de subproletários, detalhando o caso de uma mulher que decide internar o filho na Febem, fazendo também um breve relato sobre a política e a prática em uma de suas instituições. Nesse trabalho, ela reitera várias vezes a necessidade de se focar uma ampla gama de fatores sócio-culturais para evitar um determinismo econômico excessivo, citando exemplos de outras regiões onde, apesar das condições de miséria semelhantes, não ocorre circulação de crianças.

O outro artigo, dos cientistas sociais Luiz Mott e Aroldo Assunção, é fruto de um trabalho médico assistencial desenvolvido pelo Grupo Gay da Bahia, na região do Pelourinho, em Salvador. Relata as condições de vida dos travestis que vivem da prostituição naquela cidade, ressaltando a perseguição movida contra eles pela polícia, incluindo maus-tratos e prisões arbitrárias. O foco principal do trabalho é centrado sobre a tática de automutilação, à qual os travestis recorrem freqüentemente para se livrar dessas autoridades. Apesar de

concebidos como uma denúncia da maneira hipócrita como a sociedade trata esses indivíduos hiper-marginalizados, o artigo não deixa de mencionar os roubos e extorsões que praticam, fornecendo assim um breve mas revelador retrato do mundo dos "rapazes de peito".

Ainda abordando a temática da prostituição masculina, o artigo "As vicissitudes do michê", do antropólogo Néstor Perlongher, adota uma abordagem calcada em conceitos desenvolvidos por Deleuze e Guattari para entender a trajetória existencial de rapazes que, ao contrário dos travestis, enfatizam a sua apresentação viril em seus negócios e perambulações pelas "bocas" de São Paulo. O quadro desenhado revela um processo de constante ruptura e recomposição perversa com a ordem cultural vigente, onde o interesse e o desejo, o acaso e o cálculo, a paixão pelo risco e a paixão pelo código produzem tensão, frequentemente manifestada na violência e no roubo. Apesar das inúmeras maneiras como esse "sexo nômade" pode ser recodificado e recapitulado, ele não deixa de exercer uma influência subversiva nos sistemas de conjugalização e sedentarização do regime de corpos dominante.

A seção "Tendências" traz o texto de uma comunicação apresentada pelo antropólogo Edward MacRae, onde se discutem as dificuldades que se erguem contra a realização de uma efetiva prevenção contra a AIDS entre os indivíduos de prática homossexual. Os problemas discutidos incluem a grande importância que essa população atribui à multiplicidade de parceiros e as pressões de cunho moralista feitas contra uma campanha eficaz de divulgação de técnicas sexuais alternativas que diminuem o risco de contágio.

Na seção "Projetos", apresentamos uma ambiciosa proposta para o estudo do significado social, econômico e político que a USP assume para seus estudantes. Partindo de um questionamento da imagem da condição estudantil formada na década de 60 e que privilegiava suas ligações com a militância política, esse projeto assinala as mudanças ocorridas desde então na sociedade brasileira. Busca saber não só sob quais condições sociais a universidade é vivida atualmente, como sobretudo entender de que modo as muitas relações e propostas que perpassam seu espaço podem chegar a ser um campo simbólico referencial de experiência de vida para seus estudantes, sem deixar de levar em conta sua heterogeneidade.

Na seção "Informes e destaques", encontra-se, além de uma apresentação preliminar do projeto desenvolvido pelo IMESC, em conjunto com a PUC-SP, sobre usuários de tóxicos, o relato das atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos durante o ano de 1987. Noticia-se também a criação de um importante banco de dados da produção científica brasileira sobre o uso de drogas psicotrópicas, funcionando na Escola Paulista de Medicina e aberto à consulta pública.

Com a formalização de um novo comitê executivo, encarregado da produção desta revista, procura-se agora dar-lhe um maior dinamismo. Portanto, chamamos a atenção do leitor aos pedidos de mais contribuições, tanto na forma de artigos científicos como considerações mais breves para a seção "Tendências", ou cartas comentando os trabalhos publicados, a aparecerem futuramente numa nova seção, "Polêmica".

Edward MacRae

Problema social e problema de Saúde Pública

José Carlos PEREIRA*

RESUMO: Neste artigo são discutidas algumas questões mais ou menos comuns a ambos os tipos de problemas e certas relações que entre eles existem. Uma questão comum seria a da definição de problema: a quem compete ela? Mostra-se como variam as noções de normal e de patológico e como esta variação, em grande parte, está associada às divisões, sobretudo em classes sociais, existentes nas sociedades complexas. O autor enfatiza o fato de os vários grupos sociais terem objetivos e valores não só diversos como contraditórios, o que dificulta o estabelecimento do consenso, principalmente em relação às soluções. Ele explicita algumas influências ideológicas e insiste na necessidade de os diagnósticos e soluções propostos se alicerçarem em modelos interpretativos teoricamente mais sofisticados. Sem que isso se dê, é possível que as intervenções planejadas para corrigir o problema conduzam, elas próprias, a conseqüências negativas não previstas.

UNITERMOS: Saúde Pública; problema social e problema de saúde pública; noção de normal e patológico; conflitos de fins e valores; influências ideológicas; intervenção planejada; modelos interpretativos.

1. INTRODUÇÃO

Há grandes semelhanças na discussão do que seja problema social e problema de saúde pública. Em primeiro lugar, elas surgem já na dificuldade de definição de ambos; depois, no estabelecimento do que seja normal e patológico e nas interferências de natureza ideológica tanto na definição como nas soluções. O planejamento destas, em ambos os casos, vai depender, por sua vez, do modo como se encare o sistema social, político e econômico e, freqüentemente, da capacidade dos profissionais do setor de interessar um grupo social suficientemente poderoso para que se empenhe nelas, incluindo-as no seu projeto de transformação social. Não menos importantes são as semelhanças decorrentes do fato de muitos problemas de saúde pública serem, ao mesmo tempo, problemas sociais, e vice-versa, embora haja uma tendência indevida, na medicina, de incluir como problemas médicos questões que, na verdade, são fundamentalmente sociais. Essas similitudes é que pretendemos abordar no presente artigo.

* Doutor em Sociologia, livre-docente em Medicina Social e professor adjunto do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP.

2. QUEM DEFINE? O NORMAL E O PATOLÓGICO DO TÉCNICO E DA POPULAÇÃO

Temos verificado que médicos, em geral, e sanitaristas e preventistas, em particular, praticamente não se preocupam com a questão de a quem cabe a definição do problema de saúde pública, ao contrário do que ocorre, pelo menos com alguns sociólogos, em relação aos problemas sociais. Nisto, certamente, interferem os vieses profissionais de ambos. Os médicos, por exemplo, tendem a considerar que questões de saúde e doença são de sua inteira responsabilidade, enquanto os sociólogos são menos exclusivistas no que tange à discussão de temas sociais. De qualquer modo, as dificuldades são assemelhadas. Na discussão dos sociólogos há, de princípio, uma divergência significativa: quem é que vai considerar como socialmente indesejáveis atitudes, comportamentos, processos, relações, instituições sociais? Indesejável para quem? Para toda a sociedade ou para um seu segmento? Por trás da definição dificilmente vamos deixar de encontrar atitudes valorativas quanto ao que seja normal, sabidamente uma noção muito relativa. Dado que em toda sociedade complexa encontram-se grupos sociais heterogêneos, classes com interesses divergentes, contraditórios e mesmo antagônicos, o que um grupo pode perceber como patológico, outro pode ver como perfeitamente normal. O mesmo, pelos menos em parte, aplica-se à definição de problema de saúde pública.

Esta é uma das dificuldades quando se reserva a definição de problema social à população. Não sendo homogênea e predominando nela os interesses e a ideologia dos grupos dominantes, aquilo percebido como socialmente indesejável pode ser uma inovação capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida da maioria da coletividade. A visão, conseqüentemente, é, em geral, conservadora, havendo a tendência de conceber o *status quo* como o normal. De qualquer modo, quando se percebe algo como gravemente indesejável do ponto de vista social, lança-se mão dos conhecimentos técnicos e científicos para corrigir as assim tidas como disfunções do sistema social vigente. É verdade que essa mesma ordem pode ser considerada, ela própria, como indesejável por grupos minoritários. Esta, no entanto, é uma dificuldade insanável. O que é concebido como problema social varia de uma classe ou fração de classe para outra, ou conforme a religião, a subcultura do grupo etc. Por exemplo, um grupo de criminosos pode ter valores discrepantes em relação ao restante da sociedade, mas perfeitamente aceitos no interior do grupo e, portanto, sociologicamente normais se esse grupo restrito for tomado como paradigma. Tomar o geral, o comportamento médio ou mediano como normal não oferece, na verdade, maiores problemas científicos quando se trata de um sistema social relativamente estável. A dificuldade surge nos momentos de transição, quando comportamentos comuns não respondem às exigências do sistema social emergente. Neste momento é possível ao sociólogo, como veremos, considerar como patológico aquilo que ainda tem a aparência de normal.

Outra possibilidade de definição de problema social é atribuí-la ao discernimento do cientista social, principalmente do sociólogo. Também, neste caso, é difícil não haver interferências ideológicas. Por exemplo, o sociólogo, segundo sua concepção, pode entender que a tendência inexorável de transformação de um dado sistema social, que se encontra em transição, é no sentido de ele se constituir em plenamente capitalista. Então, muito daquilo que estivesse obstaculizando a emergência do novo tipo social poderia ser tido como problema social. Suponhamos, para continuar o exemplo, um população vivendo em economia

de subsistência. Ainda que ela não estivesse sentindo sua situação como socialmente indesejável, esse tipo de economia pode representar um problema em termos do modelo representado pelo sistema capitalista de produção. Pode-se estabelecer um conflito entre a noção de normal do cientista social e a da população envolvida. Mais grave ainda é quando se intervém planejadamente para alterar uma situação social vista pelo grupo técnico-científico como problemática e que tem, como consequência não planejada, a criação de outra, esta sim considerada pela população como socialmente indesejável. Continuando ainda o exemplo, suponhamos que a população vivendo em economia de subsistência tivesse sido inserida na economia de mercado e que, não tendo sido devidamente preparada para isso, passasse a sentir dificuldades de integração à nova situação. Nesse caso teríamos alterado uma condição existencial vista como problemática pelo sociólogo e criado um problema social inexistente antes, do ponto de vista da população. É claro que, em qualquer intervenção planejada nos processos sociais, há de se ter em conta as possíveis consequências negativas da mesma para a população alvo.

É certo que os sanitaristas dificilmente concedem à população a responsabilidade pela definição do problema de saúde pública, mas dificuldades assemelhadas, decorrentes de conflitos com a população, criam-se também para eles. Como alguns sociólogos, eles podem achar a definição de problema pela população como cientificamente inaceitável, dada a quantidade de preconceitos sobre a saúde e a doença existentes no seu meio. Mas ao reservarem a si a incumbência, podem entrar em conflito com ela ou, mais precisamente, com certas parcelas da mesma interessadas na manutenção de um dado estado de coisas. Teremos oportunidade de discutir adiante a própria definição de problema de saúde pública, mas suponhamos que certos hábitos e comportamentos sejam considerados, pelos sanitaristas, como tendo consequências negativas para a saúde da população que os pratica. Ora, dificilmente se consegue fazer a correção planejada de condições sócio-culturais e econômicas sem maiores resistências, mesmo quando a alteração pretendida for no nível individual (a referida mudança de hábitos); mais ainda quando o nível no qual se pretende interferir é o institucional ou o estrutural (modificação da arquitetura ou da distribuição de renda). Seja, para exemplificar, uma intervenção numa área relativamente simples como a da moradia. Imaginemos que se tenha chegado à conclusão de que a melhor forma de combater a doença de Chagas, numa dada região, seja a construção de casas de alvenaria de certo padrão. A resistência à alteração poderá ser grande por parte dos proprietários rurais que estejam destinando aos seus trabalhadores habitações sanitariamente impróprias.

3. OS CONFLITOS DE OBJETIVOS

Poderia parecer que os conflitos entre o pessoal técnico-científico e a população, ou certas parcelas dela, no caso do problema de saúde pública, seriam menores porque o ideal de saúde é muito mais facilmente aceito por todos os segmentos sociais do que objetivos de natureza social. Isto só em parte é correto. É verdade que há padrões quantitativos e qualitativos mais precisos em se tratando do que seja saúde e doença, sobretudo em termos individuais, do que os que indicam o normal e o patológico sociais, ainda que a definição de saúde comumente usada, difundida pela Organização Mundial de Saúde, deixe muito a desejar ("estado de completo bem-estar físico, mental e social e não, apenas, ausência de

enfermidade"). Aqui nos deparamos com duas dificuldades principais: 1) a de que o problema de saúde pública pode, ao mesmo tempo, ser um problema social e, mais do que isso, fundamentalmente, um problema social; 2) a decorrente do fato de não haver coerência entre os objetivos de pessoas, grupos ou coletividades. Eles podem, inclusive, ser contraditórios. Discutiremos aqui esta segunda questão, deixando a primeira para mais adiante.

Médicos e sanitaristas, quando se trata de problemas de saúde individual ou coletiva, geralmente raciocinam como se pessoas e grupos sociais tivessem como principal motivação, em suas vidas, a conquista ou manutenção da saúde. Isto só é verdadeiro em alguns momentos de sua existência. A razão é simples: os homens, seja individual, seja coletivamente, comportam-se socialmente tendo em conta objetivos diversos, contraditórios ou até mesmo antagônicos, situados em diferentes esferas do social, como já dissemos. A intervenção planejada de cientistas, técnicos sociais, médicos ou sanitaristas, numa determinada realidade médico-social, vai, portanto, encontrar, sob esse ponto de vista, escolhos outra vez assemelhados. Por exemplo, um objetivo econômico, como o de ganhar mais, pode conflitar com o de gozar mais saúde, porque o atingimento do primeiro pode implicar um modo de vida estressante, fatigante, depauperante etc. O sentir-se bem física, mental e socialmente pode exigir, por exemplo, em certos casos, até que se beba e que se fume. A variedade e diversidade de objetivos perseguidos na vida em sociedade por indivíduos, grupos e classes torna inimaginável um homem tendo um único objetivo na vida (seja o de ter saúde, seja o de apenas ganhar dinheiro). Imaginá-lo seria concebê-lo como um ser alienado e, portanto, sem saúde. Estaríamos diante de uma contradição.

Os vários fins que os homens perseguem estão ligados, por sua vez, a valores socialmente aceitos, pelo menos num determinado ambiente social, já que o que um grupo social pode ter como valor positivo, outro pode ter como valor negativo. Repetindo o exemplo, num grupo heterodoxo os valores aceitos como desejáveis serão, com grande probabilidade, contestados pelos grupos majoritários da sociedade na qual todos se incluem. Mas, dentro de um mesmo grupo social, os valores socialmente aceitos como meritórios são frequentemente contraditórios. Valoriza-se, por exemplo, o homem economicamente bem-sucedido e o homem honesto, mas as duas coisas nem sempre andam juntas. Em nosso tipo de sociedade, aceitar o primeiro valor pode implicar desobedecer ao segundo. Por isso é que, em grande parte, as pessoas se neurotizam. Elas introjetaram, em seu processo de socialização, valores discrepantes. Para se conseguir atingir um fim socialmente valorizado numa esfera, podemos ser obrigados a deixar de lado outro fim, igualmente valorizado em outra esfera. Em alguns ambientes sociais pode ser de bom tom fumar e tomar bebidas alcoólicas. Isto daria prestígio, que é um objetivo importante na vida das pessoas, ainda que pudesse prejudicar a saúde (ou talvez por isso mesmo), violando o valor de se ter boa saúde.

Os fins fundamentais, que normalmente guiam os homens de nossa sociedade, são obter riqueza, prestígio e poder. Eles são prioritários, superando de muito, no dia-a-dia, o objetivo de manter a saúde, ainda que a despreocupação com ela vá prejudicar a consecução daqueles outros objetivos, em determinadas situações e momentos. Como estamos vendo, os fins e os valores a eles ligados não são necessariamente racionais quando os vemos por um único prisma. Na verdade, o termo *racional* só se aplica aos meios, nunca aos fins. Fixados estes, são racionais os meios que, dentro das condições dadas, levem à

sua realização. Não há discussão quanto à racionalidade de fins, porque a esfera dos valores vincula-se aos aspectos emocionais da vida humana. Nesta área, um valor é igual a outro. Não se pode nunca imaginar, portanto, que um comportamento, por produzir enfermidade num prazo mais ou menos longo, seja sempre abandonado quando se mostra sua relação com aquela. Os homens, de modo geral, vivem o aqui e o agora, raramente o amanhã, sobretudo o amanhã distante. Dificilmente sacrificam o presente para obter uma possível satisfação no futuro. Assim sendo, não será pelo fato de que a saúde e a doença, orgânicas ou psíquicas, são mais facilmente discerníveis do que o normal e o patológico sociais que os sanitaristas e epidemiólogos não se conflitarão freqüentemente com os grupos de risco cujos comportamentos queiram alterar.

4. O PROBLEMA DA SAÚDE PÚBLICA

Fizemos até aqui referências a algumas semelhanças entre o problema social e o de saúde pública quanto a dificuldades de várias ordens no relacionamento entre o cientista ou o técnico, de um lado, e a população, ou parte dela, de outro. Não tivemos ainda, no entanto, oportunidade de definir o que seja problema de saúde pública. Diga-se de passagem que, freqüentemente, mesmo em manuais de Saúde Pública, a questão é deixada de lado, como se fosse assunto mais ou menos óbvio. Como não é, surgem mal-entendidos. Tabagismo, cardiopatias congênitas, hipertensão arterial, doença de Chagas, acidentes de trânsito etc. são ou não problemas de saúde pública? Por quê? Os autores, comumente, não nos dizem. Ficamos, às vezes, com a impressão de que considerar um problema de saúde que esteja afetando um segmento da população como problema de saúde pública depende tão-somente da decisão do trabalhador qualificado do setor saúde que lida com ele. Ou seja, sanitaristas, epidemiólogos, médicos sociais estão tão acostumados a se atribuir a tarefa (e os outros a aceitar que assim seja), que acabam não se colocando, nem para si mesmos, a questão de quais critérios estão utilizando.

Na verdade, hoje, em alguns meios, dependendo da formação científica e da postura ideológica do grupo de profissionais do setor, antes de se voltarem para critérios, seus membros estão discutindo se o problema é técnico ou é político-social. De fato, dado o crescente processo de medicalização vigente na sociedade ocidental, muitos problemas sociais acabaram transvestidos em problemas de saúde, pública ou não. Seria o caso, por exemplo, da desnutrição ou subnutrição em certos grupos sociais de países subdesenvolvidos. A não discussão do que seja o problema em exame leva, como não poderia deixar de ser, à supressão do debate a respeito de causas e soluções. Diminui o número de contribuições para o entendimento do problema, ainda que, por vezes, para alguns dos engajados ideologicamente de modo consciente no assunto, este seja um dos objetivos secundários (ou mesmo primários) pretendidos. O não esclarecimento dos critérios utilizados permite mais facilmente a desqualificação de quaisquer opositores que não vejam o problema tecnicamente e critiquem as posturas adotadas pelo pessoal técnico-científico da área da saúde frente a um pseudo ou verdadeiro problema de saúde pública. Por vezes, os sanitaristas, ou pelo menos parte deles, assemelham-se aos tecnocratas da economia que conduziram nossa política econômica nas duas últimas décadas. Só que, no caso, trata-se de tecnocratas da saúde, donos da verdade no que diz respeito a esse setor da realidade.

As dissensões quanto ao que seja problema de saúde pública, de um certo ponto de vista, entretanto, são bem menos graves do que aquelas que se travam em torno do que seja problema social. É que os vários grupos sociais divergem, e sempre divergiram, em relação ao seu modelo de sociedade ou, simplesmente, ao que seja normal e patológico. Aqui, o desacordo constante é a regra. No que toca à saúde, há um certo consenso quanto ao que ela seja ou, pelo menos, ao que seja doença. Todos, na pior das hipóteses, concordam que a saúde é sempre melhor do que a doença. É claro que, quando se trata de discutir o normal e o patológico médicos, em termos societários, a coisa muda, ou pode mudar. Assim, considera-se anormal que o indivíduo A, especificamente, sofra de doença de Chagas, mas a mesma opinião pode não prevalecer quando se trata de discutir se é normal ou não um determinado grupo social dela padecer. Sob esse prisma social, alguns sanitaristas e outros profissionais que se voltam para a Saúde Pública parecem se aproximar um pouco de certos sociólogos vinculados ao funcionalismo, que tendem a considerar normal aquilo que é comum numa dada sociedade e patológico o que se apresenta como desvio (por exemplo, um comportamento). Cremos, no entanto, que, em sua maioria, sanitaristas e médicos sociais estão suficientemente atentos para o erro, cientificamente falando, de se tomar o geral como paradigma de normal, no que se refere à saúde coletiva. Se bem que, em alguns manuais de Epidemiologia, de Saúde Pública ou de Administração Sanitária, surja uma pergunta inquietante: a de se as ações de saúde pública não interfeririam negativamente na seleção natural. Obviamente, se tal pergunta é feita, é porque se está supondo que pobres e doentes estão nessa situação não em virtude de como se estrutura e organiza o sistema social no qual se inserem, mas em razão de seus genes.

Quando o desvio, pelo menos em relação a um modelo ideal de normalidade admitido pela população, pelos técnicos, ou por ambos, assume a dimensão de um problema social ou de saúde pública? É aquele desvio estatisticamente relevante? Talvez dependa do tipo de desvio, pois uns se referem a coisas socialmente relevantes e outros não. Assim, certos desvios em relação aos costumes sexuais socialmente aceitos podem ser muito freqüentes e nem por isso tidos como problemas sociais. Já o homicídio, por exemplo, é estatisticamente pouco freqüente na quase totalidade das sociedades. Mas o descumprimento da norma de não matar é sempre tido como grave, como um crime. Assim, se sua freqüência aumentar em determinada época, comparada a outras, em uma mesma sociedade, ou quando se a compara com outras, o fenômeno passa a ser considerado como sério sintoma de desorganização social. O mesmo raciocínio se aplica ao problema de saúde pública. Não se convertem em tal todos os problemas de saúde sofridos por uma população ou um seu segmento.

Nisso, como já dissemos, os manuais são muito imprecisos. A dificuldade já começa pelas próprias definições de saúde pública. Em geral, elas são por demais abrangentes. Em vez de se atêrem à determinação, a mais precisa possível, da extensão e dos limites do conceito, enumerando-lhe, inclusive, os atributos essenciais e específicos, de modo que a coisa definida não se confunda com outras, parece que os estudiosos da Saúde Pública entendem que dar excessiva extensão ao que ela seja constitui a melhor maneira de lhe dar importância. Por exemplo, quase todos se referem à definição de Winslow, de 1920, ou nela se apóiam. Segundo esse autor, a Saúde Pública é "a arte e a ciência de prevenir a doença, prolongar a vida e fomentar a saúde e a eficiência, mediante o esforço organizado da comu-

nidade". Esse objetivo seria alcançado através "do saneamento do meio, do controle das infecções transmissíveis, da educação dos indivíduos em higiene pessoal, da organização dos serviços médicos e de enfermagem para o diagnóstico precoce e o tratamento preventivo, do desenvolvimento de um mecanismo social que assegure a cada pessoa um nível de vida adequado para a conservação da saúde". Ou seja, o objetivo da Saúde Pública seria "proporcionar a cada cidadão condições de gozar de seu direito natural à saúde e à longevidade". Convenhamos que a amplitude da definição é tal que um enormidade de ações ao nível social, econômico ou político poderiam ser consideradas de saúde pública. E, com base nela, praticamente todos os problemas de saúde podem ser facilmente convertidos em problemas de saúde pública. Se os autores obedecessem à regra de que a definição deve convir a todo o definido, e apenas ao definido, tais dificuldades inexisteriam ou seriam menores.

Em nossa busca de definições de problema de saúde pública encontramos uma, cientificamente aceitável, em FORATTINI(1). Refere-se ele a uma definição de Nathan Sinai, citada por Mário M. Chaves, na qual o autor estabeleceria três critérios para que um problema de saúde se transformasse em problema de saúde pública: 1) "representar causa freqüente de morbidade e de mortalidade"; 2) "existirem métodos eficientes para sua prevenção e controle"; 3) não estarem eles "sendo adequadamente empregados pela sociedade". Forattini acrescenta um quarto critério: "ao ser objeto de campanha destinada a erradicá-lo ocorrer sua persistência além do prazo previsto". Poderíamos também nos valer dos critérios estabelecidos por Néelson MORAES(2) para avaliar a importância de uma doença transmissível e aplicá-los a qualquer problema de saúde, a fim de verificar se ele adquiriria o *status* de um problema de saúde pública. Os critérios seriam os seguintes: distribuição geográfica, população em risco, potencialidade endemo-epidêmica, morbidade, mortalidade, letalidade, conseqüências econômico-sociais, disponibilidade de recursos profiláticos e terapêuticos eficazes, viabilidade econômica-financeira do programa de controle e implicações internacionais.

O mais grave defeito nessas definições, principalmente na referida por Forattini, é que elas visualizam a sociedade como se ela fosse um todo homogêneo. Não consideram a diversidade de situações existenciais gozadas pelos vários grupos sociais, fundamentalmente pelas várias classes sociais e frações. Quando essas divisões não são consideradas, os índices e coeficientes relativos à saúde tornam-se, em grande parte, abstrações. Especificamente no caso de enfermidades sociais vinculadas a precárias condições de vida, sua prevalência pode ser alta no grupo que vive aquelas condições e praticamente inexistente em grupos sócio-econômicos privilegiados, isto num caso extremo. Mas como quase todas as doenças são sociais, em maior ou menor grau, atingindo grupos de risco definidos, o critério de freqüência da morbi-mortalidade fica, muitas vezes, adstrito aos grupos que sejam, de alguma forma, poderosos, com maior capacidade de vocalização e de pressão sobre os serviços de saúde estatais. Assim sendo, a malária, por exemplo, por afetar, geralmente, segmentos populacionais despossuídos de riqueza, poder e prestígio e, conseqüentemente, de condições de reivindicar e de se fazer ouvir pelos meios de comunicação de massa, pode se transformar num problema de saúde pública de menor expressão do que a poliomielite, simplesmente por esta afetar, com maior freqüência do que a malária, pessoas pertencentes às classes dominantes. Conseqüentemente, o critério de "freqüente morbi-mortalidade" deveria ser qualificado, indicando-se o número de casos ou de óbitos provoca-

dos pela doença não na população como um todo, mas em segmentos específicos da mesma. A dificuldade talvez esteja no fato de que, quando se consideram as divisões da sociedade na qual o problema esteja ocorrendo, ele pode adquirir outras conotações que não a apenas técnica.

5. O ASPECTO IDEOLÓGICO

Referimo-nos já a alguns aspectos ideológicos no que diz respeito tanto à definição de normal e de patológico médico-sociais, como de problema social e de saúde pública. A postura ideológica, geralmente, não chega ao nível de consciência dos sujeitos envolvidos na questão. Inclusive, diz-se que uma ideologia eficiente é a que apresenta tais características. No caso do problema social, quando se entende que uma dada situação é socialmente indesejável, o que se está afirmando, muitas vezes, é que ela prejudica a eficiência e a funcionalidade do sistema social, vistas ambas sob a ótica dos grupos dominantes, especialmente. Até mesmo pode ocorrer que esta também seja a ótica dos dominados, por eles terem adotado a ideologia dos dominadores. No caso de problema de saúde pública, a questão pode adquirir contornos assemelhados. Por exemplo, ele pode ser considerado como importante ou não, simplesmente em função da região onde ocorra, independentemente do segmento populacional que esteja atingindo. Suponhamos que, num caso, afete larga porção de grupos sociais que constituem a mão-de-obra de setores econômicos relevantes, em termos do sistema capitalista de produção existente, e que, em outro, atinja populações que vivem em regiões em que predomina a economia de subsistência. A esquistossomose, por exemplo, será um problema de saúde pública muito mais relevante quando atingir bóias-frias envolvidos no corte da cana e na colheita do café em São Paulo do que quando afetar populações nordestinas vivendo, no Sertão ou no Agreste, em economia de subsistência. Em outras palavras, as conseqüências sócio-econômicas do problema são vistas, quase sempre, do ponto de vista das classes possuidoras, situadas em regiões econômica, social e politicamente dominantes. A eficiência e a funcionalidade prejudicadas não são as de qualquer subsistema social, mas de um determinado.

É claro que há também o reverso da medalha. Dado que a definição de problema de saúde pública é, freqüentemente, tarefa que os sanitaristas e os outros profissionais da área atribuem a si próprios; dado também que muitos deles, em determinados lugares e momentos, estão situados mais ou menos à esquerda do espectro político-ideológico, há a possibilidade de problemas de saúde que possam render maiores dividendos políticos ao grupo serem transformados em problemas de saúde pública importantes. É interessante destacar aqui como a ideologia serve a diferentes propósitos, até mesmo contraditórios. Vejamos o caso do marxismo mecanicista, que tende a enfatizar exageradamente a determinação econômica de qualquer fenômeno e processo social. Por essa via, as ações na área da saúde são vistas como sempre determinadas por forças econômicas incontestáveis e a serviço de interesses subalternos dos capitalistas. Os homens, nesta perspectiva, são transformados em autômatos destituídos de vontade. Ora, como o político-ideológico é outro nível de análise significativo do marxismo dialético, os mecanicistas acabam deixando de considerar sua própria e relevante influência sobre os acontecimentos.

De qualquer forma, vista a questão sob o prisma ideológico, o problema de saúde pú-

blica pode ganhar contornos interessantes, seja quando se procura sua gênese, seja quando nos voltamos para as soluções. A discussão destas se fará mais adiante, mas aqui gostaríamos de acentuar o fato de que uma visão romântica e voluntarista é, às vezes, apatrimônio dos dois grupos de técnicos ideologicamente em oposição. Uns, os que encaram os problemas como sendo apenas técnicos, vêm sua solução como dependendo tão-somente de ações racionais, cientificamente conduzidas, desconsiderando os aspectos políticos, econômicos e outros envolvidos. Outros, se formos para o extremo oposto, praticamente só vêm o aspecto político. Desses, de um lado, há os que entendem que só após a "revolução" algo se fará; de outro, há os que supõem que ela é iminente, sendo possível apressar sua irrupção desde que assumam uma posição mais decisiva em seu desencadeamento e condução.

6. O PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA COMO PROBLEMA SOCIAL

As relações entre problema de saúde pública e problema social podem ser ainda mais estreitas. É que muitos problemas de saúde pública são também problemas sociais e outros, ainda, supostamente de saúde pública, são, na verdade, problemas sociais transvestidos de problemas de saúde pública, como já tivemos oportunidade de assinalar. Ambos os tipos de problemas, às vezes, relacionam-se por estarem vinculados ou ao modo de funcionamento "normal" (no sentido de dentro do esperado, de comum) do sistema sócio-econômico, ou porque têm sua origem na desorganização desse mesmo sistema. No caso do modo de produção capitalista ou de qualquer outro pré-capitalista, as divisões sociais, às vezes com extremas desigualdades na distribuição de bens e serviços, de *status* e papéis, de obrigações e direitos, provocam problemas de saúde pública, segundo as definições atrás, e também problemas sociais, no sentido de situações sociais consideradas por todos como indesejáveis. Ou seja, sendo estas sociedades socialmente muito heterogêneas, com diversas classes sociais e frações, com grupos de risco específicos, tais problemas surgirão inevitavelmente, mantendo-se as características próprias daquela formação social concreta. De outro lado, nas sociedades relativamente complexas (seja do ponto de vista social, econômico, político ou cultural), a desorganização social pode facilmente se instalar, sobretudo nos momentos de transição, de mudança para os tipos sociais emergentes. O solapamento de situações tradicionais pode, de um lado, transformar-se em foco de tensões sociais e, de outro, não só estas tensões isoladamente, mas as próprias transformações, sobretudo econômicas, podem provocar problemas de saúde pública. Suponhamos a concentração da propriedade rural, em virtude de as atividades agrícolas na região (por exemplo, monocultura da cana ou mesmo da soja) não mais comportarem a pequena propriedade. A mecanização se instaura, o trabalho rural pode não ser mais contínuo, ocorrem fases de desemprego ou subemprego para os trabalhadores rurais (ainda que vivendo na zona urbana, por causa da intensa migração rural-urbana), as cidades incham em suas periferias. É inevitável, nesses casos, que assistamos a processos de desorganização social, de um lado, e ao surgimento de problemas de saúde pública, de outro.

É claro que há problemas de saúde pública que não são problemas sociais. Suponhamos que, num determinado momento, concluam os sanitaristas que o tabagismo é um problema de saúde pública. Pelo menos em nossa sociedade não há indicações de que o

vício de fumar seja considerado pela população, ou pelos sociólogos, como tão socialmente indesejável que se tenha transformado em problema social. Pode ser que, da mesma forma, uma dada enfermidade cardiovascular, com tênues relações com a estrutura social, venha a ser considerada problema de saúde pública sem ser, ao mesmo tempo, um problema social. Há, por outro lado, problemas sociais que pouco ou nada têm a ver com a saúde. Os preconceitos em geral, pelo menos para os sociólogos (não necessariamente para a população), são tidos como problemas sociais. Ora, nem sempre eles gerarão problemas de saúde. Outro exemplo: pensemos em movimentos políticos radicais, tanto de direita como de esquerda. Não há indicações de que sejam ou se transformem facilmente em problemas de saúde pública.

Não cremos que o fato de um problema de saúde pública ser, ao mesmo tempo, um problema social, facilite sua solução. Não se pode generalizar, é bem verdade, mas, se houver relação, vai ser no sentido de a solução ser apressada, ou encontrar menores resistências, quando o problema de saúde pública gerar um problema sócio-econômico, afetando os interesses de um ou mais grupos dominantes. A relação inversa, em que um problema sócio-econômico gera um problema de saúde pública, possivelmente não merecerá uma atenção maior se a solução do segundo implicar que, para que o primeiro seja sanado, se atinjam aqueles interesses. Um exemplo, no primeiro caso, seria o da ancilostomíase. Como, do ponto de vista econômico, é uma doença que diminui, em maior ou menor grau, a capacidade de trabalho e, portanto, a produtividade dos trabalhadores rurais em geral, há maior preocupação estatal, e das classes proprietárias, em que o problema seja solucionado. Um exemplo oposto seria o da desnutrição e da subnutrição. Comumente, elas são causadas por uma desigual distribuição da renda, da propriedade, de bens e serviços etc. Fundamentalmente, pois, constituem um problema social. Como sua solução vai depender de mudanças mais profundas na estrutura sócio-econômica, um enfrentamento decisivo do problema dificilmente ocorrerá. É claro que se os problemas de saúde pública estiverem vinculados a problemas sociais cuja gênese se situar no nível institucional ou pessoal, tais resistências tenderão a ser menores, ou mesmo inexistirão, no caso do nível pessoal.

Em geral, todos os problemas de saúde pública que afetam definitivamente interesses econômicos e sociais de grupos poderosos encontrarão maior receptividade em sua solução. Por outro lado, aqueles problemas dessa ordem vinculados, em sua gênese, a esses mesmos interesses, possivelmente não serão enfrentados com vigor, a não ser, talvez, quando os procedimentos utilizados forem só técnicos. Por exemplo, a doença de Chagas poderá ser combatida sem maiores resistências desde que se esteja utilizando o expurgo de barbeiros através do uso de inseticidas. Mas se a solução aventada implicar em melhoria das condições habitacionais da população em risco, possivelmente aquelas resistências crescerão. Os interesses afetados dos grupos dominantes, e que dificultam soluções, não são apenas de ordem econômica; podem ser sócio-políticos também. Assim, suponhamos que o combate a um problema de saúde pública dependa da racionalização dos órgãos públicos voltados para a questão, por estarem excessivamente burocratizados, porque o empreguismo é demasiado, e também a incompetência. Se essa racionalização afetar interesses clientelísticos de pessoas e grupos políticos ligados ao poder, porque implicaria, por exemplo, na demissão de funcionários ociosos ou incompetentes e na contratação de outros em função do mérito, é possível encontrar-se igualmente resistência daqueles, que se

sentirão prejudicados pela adoção das medidas organizativas. Evidentemente, se um problema é, simultaneamente, de saúde pública e social, e se assim for considerado por todos, pela população e pelos profissionais da área, se houver resistências, elas não serão manifestadas claramente. Nas atuais condições de esclarecimento da população, dificilmente haveria algo semelhante à revolta contra a vacina obrigatória e contra os mata-mosquitos que Osvaldo Cruz e o governo Rodrigues Alves foram obrigados a enfrentar no começo deste século.

7. PRIORIDADES E MUDANÇA DE OPINIÃO

Ainda no tocante às soluções, em ambos os tipos de problema não há critérios bem definidos quanto ao estabelecimento de prioridades, o que não é de se espantar, dada a vinculação freqüente deles, já assinalada, com interesses político-econômicos e sociais de grupos dominantes. Por vezes, enfatiza-se até mesmo um problema menos relevante, do ponto de vista social e sanitário – por exemplo, com o uso dos meios de comunicação de massa –, para que outros, mais importantes daquele ponto de vista, sejam obscurecidos. Foi o caso, talvez, de se exagerar a questão da violência urbana, no começo da década de 80, como problema social, em face do desemprego e subemprego explosivos da época. Pode-se também dar grande destaque à AIDS como problema de saúde pública, toldando outros, como o da malária ou o da febre amarela. Essas coisas ocorrem não só porque as propostas de solução de problemas relevantes, sociais e de saúde pública, podem afetar o funcionamento e a dinâmica “saudáveis” do sistema sócio-econômico vigente (da ótica de alguns); elas se dão também pelo excessivo tecnicismo dos profissionais da área e por influência dos meios de comunicação. No caso destes, é evidente que a AIDS constitui muito mais notícia jornalística do que a prosaica malária, por exemplo.

Assemelham-se os problemas sociais e os de saúde pública, igualmente, nas tentativas de seu enfrentamento mediante legislação repressiva. Esta é uma característica bem latina, sobretudo latino-americana, indicando nossa herança cultural ibérica comum. Homens de governo, políticos em geral, mas também sanitaristas, freqüentemente entendem que um dos bons caminhos para fazer face a determinados problemas é legislando a respeito. Isto, às vezes, é realmente correto. Ocorre que, comumente, há pouca preocupação com o fato de essa legislação ser ou não socialmente aceitável, anódina (por exemplo, os dizeres “proibido fumar”, nos lugares públicos), ou ainda com a existência ou não de condições concretas para fazê-la cumprir. Os exemplos a respeito são abundantes.

Quando se trata de problemas relacionados ao comportamento de grupos ou pessoas que geram doença (hábitos alimentares, modos de trabalhar, vícios etc.) ou são tidos eles próprios como problemas sociais (discriminação racial, por exemplo), muitas vezes se tenta alterá-los através do que se supõe ser influências educacionais formais ou, o que é mais comum, informais, usando os meios de comunicação de massa e outros recursos. A mudança de opinião pressuposta, para que hábitos e comportamentos se alterem, não é fácil de ser conseguida. Em áreas em que predominam as emoções, argumentos racionais evidentemente têm pouca efetividade. Os exemplos de pessoas e grupos admirados é que costumam exercer influência positiva. Ocorre que pessoas e grupos formadores de opinião variam amplamente, conforme a subcultura, a classe social, o grupo etário etc. No passado,

as classes ditas altas, os sacerdotes, a aristocracia e outros grupos situados no topo da hierarquia social exerciam bastante bem essa função. Hoje, no entanto, os padrões reconhecidos de estratificação social são muito fluidos para que isso se dê com a intensidade anterior. Há líderes de opinião para cada momento e para cada meio sócio-cultural. Os meios de comunicação atuais, especialmente a televisão, criam ídolos e os consomem com grande rapidez. Crianças e adolescentes, sobretudo, pelas próprias condições de sua situação de transição, mudam muito de ídolos. De qualquer forma, professores, médicos, sacerdotes e outros profissionais de igual categoria não são necessariamente os melhores formadores de opinião em relação a variados problemas, inclusive em relação àqueles que lhes dizem respeito. Pelé, realmente, pode ser mais ouvido no tocante a consumo de medicamentos (pelo menos em certos grupos sócio-culturais) do que um médico.

Aqueles que pretendem conseguir mudanças de opinião da população para conseguir solucionar problemas sociais ou de saúde pública poderiam muito bem se alicerçar em C. WRIGHT MILLS(3). Verificou ele que livros, revistas, artigos, conferências etc. antes reforçam nossa opinião do que a mudam, porque tendemos a ler e a ouvir apenas aquilo que vem ao encontro dos nossos pontos de vista. Geralmente lemos e escutamos o que é de nosso agrado. Mudanças de opinião vinculam-se muito mais a contatos face a face com pessoas que admiramos, gostamos e respeitamos. Será difícil, por exemplo, que numa conferência na qual se esgrimam argumentos contra o tabagismo, dada por pessoas desconhecidas, encontrem-se muitos fumantes inveterados. Se queremos atingir um dado grupo – o dos adolescentes, por exemplo –, precisamos saber quais são seus grupos de referência positiva, quais seus ídolos, e transformá-los, se possível, em formadores de opinião contra o hábito ou comportamento que queremos modificar.

8. CONSEQÜÊNCIAS NEGATIVAS DA INTERVENÇÃO E AMPLITUDE DOS MODELOS EXPLICATIVOS

Apesar de tudo, os problemas que se apresentam ao administrador de saúde, ao técnico em planejamento e a outros profissionais dos setores que estamos tratando, em muitos casos, podem ser de fato solucionados na esfera puramente técnica. Isto ocorre, sobretudo, em se tratando de problemas de saúde pública. Se todos o reconhecem como tal e o querem ver solucionado, se há condições técnicas para isso, e a correção não se faz a contento, há uma grande possibilidade de que a falha seja do órgão técnico encarregado. Já nos referimos à freqüente incompetência burocrática. O mais das vezes, porém, problemas que não são apenas técnicos são enfrentados como se o fossem, e não por desejo e imposição de grupos dominantes. Em um e outro caso, por vezes, os encarregados de amainar, controlar ou mesmo solucionar inteiramente tais problemas, baseando-se em diagnósticos imperfeitos, que demonstram incompreensão de aspectos cruciais da economia e sociedade modernas, tomam decisões que levam a soluções com conseqüências negativas não previstas. Em outras palavras, quando não se considera o comportamento dos agentes sociais envolvidos, sua volição, as muitas combinações de fatores e condições de várias ordens (não só econômicas), a intervenção deliberada, planejada, nos processos sócio-sanitários deixa a desejar. Na verdade, o alcance da intervenção na solução dos problemas depende muito de se operar com paradigmas teóricos suficientemente relevantes na explicação dos mesmos.

Há, nesse ponto, uma certa dessemelhança entre sanitaristas e sociólogos e outros cientistas sociais. Os primeiros tendem mais (embora haja exceções notáveis) ao exagero nas colocações ditas práticas, ficando na periferia das questões ao só considerarem as causas mais imediatas e visíveis. Disso podem resultar equívocos graves. É como se um psicólogo só tivesse em conta, como causa da neurose, a incapacidade do paciente em se ajustar ao seu meio social, sem se perguntar se esse meio é, em si mesmo, patológico, caso em que o não-ajustamento poderia ser mais saudável. As boas soluções dos problemas sociais e dos de saúde pública vinculados a eles vão depender, pois, do desenvolvimento de construções teóricas, no campo sócio-econômico, principalmente, que dêem conta dos fatores e condições que levam à sua produção e impedem os grupos e agentes sociais envolvidos de resolvê-los. É que, conseguida a explicação do fato, já se terá dado um grande passo em direção à solução. Infelizmente, são freqüentes as situações em que os responsáveis por ela têm uma visão limitada da questão causal e dos interesses conexos, demonstrando um conhecimento leigo da vida em sociedade e do funcionamento e dinâmica do sistema econômico. Há, evidentemente, como assinalamos, o outro lado da moeda. Sociólogos, principalmente, voltados ao estudo de problemas sociais, freqüentemente se preocupam em demasia com os aspectos teóricos das questões, negligenciando a prática concreta, a efetiva solução dos mesmos. De qualquer forma, o exagero nas colocações ditas práticas, inevitavelmente limitadas, tem uma explicação simples. Sabidamente, qualquer intervenção planejada na realidade social encontra sempre menos resistência quando se trata de interferir no nível individual. Como já foi dito, realizar mudanças controladas no plano institucional ou estrutural é bastante difícil.

Quaisquer que sejam as alternativas que se colocam para o planejador, contudo, a solução de um problema que envolva o comportamento de pessoas e grupos sociais só pode ser conseguida, em grande parte, através da elevação do nível de consciência social das questões. Para isso, por vezes, realmente será preciso lançar mão de legislação restritiva para os recalcitrantes, mas sempre como solução parcial, auxiliar. Inclusive porque seria de todo inconveniente, depois de tantos anos de regime relativamente totalitário, contribuir para aumentar o autoritarismo que, de modo geral, sempre vigiu entre nós. As tentativas de tentar normatizar a vida de membros de certos grupos e o funcionamento de algumas instituições só se impõem, no caso de problemas de saúde pública, quando muitos estão sendo prejudicados pelas ações egoístas de uns poucos. Seja como for, a correção espontânea de hábitos e comportamentos prejudiciais à saúde não é fácil porque, como já foi dito, ela geralmente só é importante para as pessoas quando é perdida. Repetindo, em condições normais, mesmo vícios nocivos à saúde, a longo e médio prazo, podem até ser considerados, a curto prazo, em determinadas circunstâncias, como contribuindo para a saúde, nos termos da definição da OMS. Em suma, os planejadores não podem ter uma visão simplista das motivações humanas, porque, nesse caso, as tentativas de solução serão quase sempre condenadas ao fracasso, ou serão simplesmente inócuas.

9. CONCLUSÕES

Neste artigo, tivemos o intuito de mostrar algumas semelhanças no modo de definir, diagnosticar e solucionar problemas sociais e de saúde pública. Uma das primeiras seme-

lhanças surgiria já na própria definição: a que segmento social caberia considerar alguma coisa, no plano social ou sanitário, como constituindo um problema? Entre os sociólogos, há divergências a respeito: uns crêem que a incumbência cabe à população; outros, a algum de seus segmentos; outros, ainda, somente aos técnicos e cientistas sociais; outros, por fim, à população e aos técnicos simultaneamente. Entre os sanitaristas, epidemiólogos e outros profissionais da área da saúde, parece-nos que há uma crença definida de que a incumbência lhes deve caber. De qualquer forma, a definição está intimamente ligada ao entendimento do que seja normal e patológico, em termos sociais e sanitários. E este entendimento varia amplamente, sobretudo quando se trata de ações, relações, processos sociais etc. O consenso é maior no caso da saúde, se bem que, mesmo aí, notem-se diferenças, especialmente quando os supostos ou reais problemas de saúde pública relacionam-se a problemas sociais.

Em grande parte, a dificuldade de se chegar a uma noção mais ou menos aceita por todos quanto ao que seja normal e patológico liga-se ao fato de os vários grupos sócio-culturais terem objetivos diversos e até mesmo contraditórios, não só em relação aos outros grupos, como em relação aos seus próprios objetivos. Os homens visam alcançar vários fins ao mesmo tempo, não necessariamente articulados entre si. Conseqüentemente, atingir um muitas vezes prejudica a consecução de outros. Além do mais, os valores pelos quais se guiam podem ser igualmente contraditórios. Em se tratando de saúde, por exemplo, nem sempre ela se coloca como prioritária; no aqui e agora, outros objetivos que com ela conflitam podem ser vistos como mais relevantes. Isto tudo é perfeitamente explicável. Afinal, os valores que lhes dão origem e significado vinculam-se bastante ao nível irracional da existência, ao emocional, principalmente, daí os fins não serem escolhidos racionalmente. Desse modo, nem sempre se conseguem mudanças tão-somente pela racionalidade dos argumentos apresentados.

Na verdade, o caráter ideológico das questões avulta aqui, quer se trate de problemas sociais, quer de saúde pública. No caso destes, vários agravantes ainda chamam a atenção. Um deles é o não estabelecimento de critérios claros e objetivos do que seja a própria saúde pública. As definições não delimitam bem a extensão do conceito, ou seja, não seguem, em geral, a regra de que uma definição deve convir a todo o definido, e apenas ao definido; são por demais amplas. De outro lado, também não são estabelecidos critérios relativamente precisos para considerar um problema de saúde como sendo de saúde pública. Mais ainda, a indefinição a respeito e os interesses em jogo (é claro) fazem com que muitos problemas sociais sejam transformados em problemas de saúde, pública ou não. Resultado: problemas que demandam soluções, sobretudo políticas, são enfrentados apenas tecnicamente. Em parte, parcela ponderável de sanitaristas e epidemiologistas não se dá conta disso, em virtude de sua visão limitada da sociedade e da economia. Muitas vezes vêem-nas como um todo homogêneo, não distinguindo claramente suas várias divisões, principalmente aquelas que opoem as classes sociais umas às outras. A despolitização dos problemas, freqüentemente, faz com que alguns, mais ou menos irrelevantes, sejam vistos como prioritários, em detrimento daqueles realmente importantes, pelo menos em termos do conjunto da população.

Se os problemas de saúde pública, e mais ainda aqueles estritamente sociais, ligam-se a condições e fatores sócio-econômicos e políticos, é evidente que se coloca a necessidade de intervenção deliberada na realidade social. Espera-se, nesse caso, que alguns segmentos sociais (inclusive os constituídos por planejadores sociais e da saúde) realizem uma mudança controlada, isto é, planejada. De fato, seria mais ou menos utópico esperar que a correção desses problemas se desse espontaneamente. Aqui, nos dois tipos de problemas, surgem novas dificuldades. Muitos desses problemas, claramente, vinculam-se ao nível institucional ou mesmo estrutural. Ocorre que a intervenção nesses planos, sobretudo no segundo, é sempre muito controversa, provocando o máximo de resistências. No plano individual já ocorre o contrário: freqüentemente a intervenção nele é vista positivamente. Mas, de modo geral, é inócua quando os problemas são mais graves. Apesar disso, parte ponderável dos planejadores em ambas as áreas, mas principalmente na sanitária, tende a enfrentá-los mediante intervenção nesse plano pessoal (em parte por formação precária, mas também por razões ideológicas, ou simplesmente porque são funcionários, servindo a governos marcadamente interessados em despolitizar os problemas). Ou seja, agem como se não houvesse contradições maiores entre os vários segmentos sociais, decorrentes inclusive de sérios conflitos de interesse. É claro que, por vezes, técnicos e cientistas sociais e da área de saúde têm uma relação de negatividade com a ordem social vigente. Nesse caso, não se preocupam tanto com a funcionalidade sincrônica do sistema; ideologicamente, visam antes sua superação. Contudo, radicais e reformistas, por formação ou por condições objetivas, costumam ficar ao nível do discurso. A revolução se torna uma virtualidade, algo a ser examinado no âmbito da academia.

Seja como for, diagnósticos imprecisos ou mesmo errôneos, pelo não entendimento dos fatores causais mediatos e mais abrangentes, podem levar a intervenções infelizes. Por vezes, elas provocam conseqüências negativas não previstas até mais graves do que o problema que se pretendeu enfrentar. Isto mostra a necessidade de os planejadores se guiarem por modelos interpretativos mais sofisticados, o que os levaria a propor, pelo menos, a intervenção nos planos sociais teórica e politicamente corretos. De fato, em qualquer sociedade mais complexa, muitos problemas sociais ou de saúde pública só podem ser adequadamente solucionados se a intervenção se faz nos níveis fundamentais, e não nos mais ou menos marginais à questão. Para isso, contudo, um projeto de transformação precisa ser incorporado por um grupo politicamente capaz de implementá-lo.

PEREIRA, L.C. Social problems and public health problems. *Temas IMESC, Soc. Dir. Saúde*, São Paulo, 4(1): 5-20, 1987.

ABSTRACT: *Some of the questions common to both kinds of problems as well as some of the relationships between them are discussed in this study. A usual question would be how to define the problem: whose business is it? The author shows how the concepts of normal and pathological differ and how this variation is, for the most part, associated to the divisions, mainly of social classes, present in complex societies. The author emphasizes that different social groups show not only different but also contradictory aims and values. This makes it difficult to establish a consensus especially with regard to the proposal of solutions. Some ideological influences are clearly expressed and the necessity of basing diagnoses and proposed solutions on theoretic-*

cally more sophisticated interpretative models is emphasized. If this does not occur, it may happen that the interventions planned to correct the problems bring about, by themselves, unexpected negative consequences.

UNITERMS: *Public Health; social problems and public health problems; the concepts of normal and pathological; conflict of aims and values; ideological influences; planned interventions; interpretative models.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) FORATTINI, O. P. *Epidemiologia geral*. São Paulo: Edgard Bluchner/EDUSP, 1976. p.60
- (2) MORAES, N. *Oito doenças transmissíveis de importância no Brasil*. *Diálogo Médico*: 2(2) s.d.
- (3) MILLS, C. W. Os meios de comunicação de massa e a opinião pública. In: *Poder e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

O Internato do pobre: Febem e a organização doméstica em um grupo Porto-alegrense de baixa renda

Cláudia FONSECA*

RESUMO: Neste artigo, analisa-se a Febem como apenas um elemento no sistema, comum entre pobres urbanos, de circulação de crianças. Com base em uma pesquisa antropológica, descrevem-se vários aspectos da organização familiar em uma vila porto-alegrense de invasão: a fluidez dos limites do lar; a prioridade de laços consangüíneos sobre laços conjugais; a interação entre mãe, pai, padrasto e filho; e o conflito entre genetriz e mãe adotiva pelo *status* de mãe social. Por último, considera-se o dilema enfrentado por profissionais da Febem ao tentarem conciliar a política pragmática do Estado com objetivos humanitários e com a realidade vivida por seus clientes.

UNITERMOS: Menor carente, Febem, parentesco, pobreza urbana, Porto Alegre, Brasil.

Com base em dois anos de trabalho etnográfico em um vila porto-alegrense de subproletários, analisamos neste artigo a decisão de uma mulher de internar seu filho na Febem. Encaramos esta decisão como elemento de um sistema simbólico-cultural no qual a circulação de crianças tem sentido e história próprios. Segundo tem sido amplamente demonstrado em pesquisas interculturais – GOODY (21), CARROLL (8), LALLERMAND (25), ETIENNE (12) –, não há razão inerente para que uma mulher ache repugnante dar seu filho para outros criarem. Entretanto, é inegável que, no Brasil, a ideologia dominante vigora contra tal prática e que as mulheres no caso estudado persistem nela, apesar das pressões contrárias. O objetivo principal deste artigo é explorar, nas práticas e nos discursos do grupo em questão, os contornos do sistema simbólico que se sobrepõe às influências da sociedade dominante e que confere um sentido à internação de filhos na Febem. Num segundo momento, veremos brevemente a política e a prática em uma instituição da Febem. Invertemos, assim, a fórmula usual de análise sobre “menores carentes”, na qual o contexto institucional recebe destaque e o meio original dos internados aparece só em segundo plano. VIOLANTE (45), SCHNEIDER (41), GUIRADO (22) etc.

Não queremos, de modo algum, subestimar o fator econômico, a brutalidade das condições materiais nas quais o grupo estudado é obrigado a viver. Contudo, procuramos evitar o tipo de determinismo excessivo que ora justifica o comportamento pouco convencional em grupos de baixa renda como resultado anômico da extrema pobreza – MOYNIHAN (33), LEWIS (27) –, ora, de maneira mais dinâmica, o reduza ao nível de “estratégias de sobrevivência”. BLUMBERG e GARCIA (6), STACK (44), WHITEHEAD (46), HAGUETTE (23), BANCK (4). Neste estudo sobre a circulação das crianças, a privação eco-

* Antropóloga. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

nômica é, obviamente, um fator chave; todavia, sem um exame cuidadoso dos fatores sociais e culturais através dos quais ela é mediada, a miséria nada pode explicar. Além do mais a evidência histórica até aqui trazida à baila, embora parca, indica que a circulação de crianças tem sido comum entre os pobres urbanos do Brasil pelo menos nos últimos dois séculos. KUZNESOF (24), RAMOS (38, 39), COSTA (9), FONSECA (18). Mesmo se certas práticas se iniciaram como estratégias de sobrevivência *ad hoc*, é inconcebível que, depois de dez gerações, não tenham adquirido um significado específico integrado a um modelo cultural.

1. O CASO ETNOGRÁFICO

Nossas observações são baseadas em um estudo feito entre abril de 1981 e março de 1983, na Vila do Cachorro Sentado, uma favela com aproximadamente 750 posseiros que se fixaram gradativamente, nos últimos oito anos, em um terreno de um bairro de classe média de Porto Alegre. Embora alguns sejam migrantes rurais recém-chegados, a maioria dos habitantes mora em Porto Alegre ou em outra grande cidade há pelo menos uma geração (quinze anos). Mais da metade dos vilienses são negros ou mestiços, em oposição aos 5-10% das residências de classe média. Os homens adultos, com exceção de uma pequena elite que compreende os donos de armazéns e alguns trabalhadores assalariados, ganham a vida como papeleiros, guardas-noturnos, biscateiros ou trabalhadores temporários da construção civil. As mulheres, quando trabalham, são faxineiras pagas por dia. Ocasionalmente, os rapazes da vila complementam sua renda com o furto; mulheres de todas as idades e crianças ajudam no sustento da casa pedindo roupas e comida de casa em casa ou em instituições caridosas.

Quando começamos a pesquisa, menos da metade das crianças entre 7 e 14 anos freqüentava a escola; nenhum dos líderes informais da comunidade sabia ler; muitos dos homens mais jovens, alguns que passaram anos no orfanato estadual (portanto, em "escolas"), não conseguiram passar no teste de alfabetização exigido para o título eleitoral; por outro lado, várias mulheres (provavelmente perto de 25%) sabiam ler razoavelmente bem. Consideramos que este grupo não é "típico" da classe trabalhadora brasileira. Ele representa o grupo de subproletários – a parte da classe trabalhadora que num dado momento não é qualificada para empregos disponíveis ou é mão-de-obra excedente.

Um ponto de interesse metodológico é que não abordamos essa população para entender um problema definido pelo contato prévio com a Febem; foi a etnografia feita na vila que revelou a presença persistente da Febem nas vidas de nossos informantes. Incluímos nesta pesquisa 70, ou seja, um pouco mais do que a metade das unidades domésticas na vila (Tabela 1). Em mais de 20% do total (16 casos), um membro da família tinha sido internado na Febem em um momento ou outro. Em duas casas, havia crianças internadas que passavam esporadicamente seus fins de semana ou feriados na vila. Duas mães se queixavam amargamente de terem perdido uma criança para a Febem, isto é, ao procurar uma criança internada, foram informadas de que ela tinha sido adotada, anulando o direito materno da mãe. Além desses casos "familiares", uma dúzia de adolescentes chamados "os gurris da Febem", meninos e meninas, tinha-se instalado na vila depois de fugir do orfanato. Várias crianças menores (especialmente as que trabalhavam como "pedintes") tiveram a ex-

periência de serem apanhadas por uma patrulha do "Juizado" por vadiagem. Assim, mesmo que nem todos tenham contato direto com a Febem, todos os moradores da vila vivem com esta instituição no seu imaginário. Ouvi uma mãe ameaçar seu filho desobediente sem invocar o lobisomem ou o bicho-papão: "Se não me escuta, o *juiz* vai te pegar".

Para entender como a Febem se encaixa na vida dessas pessoas, é necessário (antes de nos concentrarmos no fenômeno em si) situar a prática de internamento no contexto geral de circulação de crianças na vila.

2. A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS NA VILA

As nossas investigações mostraram que as crianças internadas representavam só o topo do iceberg de todo um sistema de circulação de crianças. Das 54 mulheres acima de 35 anos, 82% tinham participado desse sistema; das 54 mulheres com mais de 20 anos, 50% mandaram alguma vez um filho para viver sob a proteção de outrem (ver Tabela 1). Aproximadamente um terço dessas crianças foram para orfanatos, mas dois terços foram distribuídos entre parentes, comadres e conhecidos (ver Tabela 2). Como explicar um fenômeno de proporções tão surpreendentes que, evidentemente, vai muito além do relacionamento entre Febem e mães pobres?

TABELA I: Incidência de participação nas atividades de circulação de crianças de acordo com a idade da mulher informante.

Idade	PARTICIPANTES (2)			NÃO-PARTICIPANTES	
	Doaram	Receberam	TOTAL (1)		
14 - 34	19	2	20	26	
35 +	10	13	20	2	82%
TOTAL	29	15	40	28	59%

(1) A soma de doadoras mais as pessoas que receberam crianças excede o valor total de participantes, porque algumas mulheres haviam tanto dado como recebido crianças. Três das quatro mulheres que fizeram isso tinham mais de 35 anos; a quarta tinha 22 anos.

(2) Três dessas mulheres eram estéreis (duas das quais haviam recebido crianças adotivas); todas as outras haviam gerado filhos.

TABELA II: Relação dos pais adotivos com a criança adotada de acordo com as mães doadoras.

	PARENTE					NÃO-PARENTE			
	Materno			Paterno	TOTAL	Rel. Pessoais	Febem	TOTAL	Não Especificado
	Avó	Outro	TOTAL						
Nº de mães que escolheram esta opção (1)	6	6	12	5	17	7	10	17	3
Nº de crianças entregues	8	6	14	7	21	13	19	32	7

(1) O número de casos excede o número de mulheres doadoras porque várias mulheres utilizaram mais de um método para entregar as crianças.

Resquícios de uma tradição rural?

Uma primeira hipótese leva-nos a investigar uma possível herança de costumes rurais. Não é incomum, no interior do Brasil, que as famílias mais pobres estabeleçam uma relação patrão-cliente com seus senhorios ou simplesmente com conhecidos mais prósperos, mandando uma criança em idade escolar para trabalhar como babá ou empregada doméstica em troca de casa, comida e algum tipo de instrução. SALEM (40), FONSECA (14). Aproximadamente a metade dos adultos de origem rural entrevistados se referiram a tais experiências na sua infância. Contudo, a prática de colocação de crianças que descobrimos na Vila Cachorro Sentado é muito diferente para ser interpretada como mera continuação do costume rural. Na situação rural não há ambigüidades em torno do *status* da criança; ela é recebida temporariamente já na idade de ser útil nos afazeres domésticos e muitas vezes passa a ser criada das outras crianças da casa. Embora a criança receba o título de "filho" ou "filha de criação", ele ou ela se referem aos adultos da casa como "Dona Fulana" ou "Seu Fulano". Já as crianças da Vila Cachorro Sentado são transferidas mais cedo (geralmente na primeira infância), em maior número, e são absorvidas em pé de igualdade com os filhos que porventura existam na família adotiva. Mesmo quando a verdadeira mãe mantém contato com a criança, esta refere-se aos pais adotivos como mãe e pai, de forma que não é incomum ver crianças crescerem chamando duas ou mais mulheres de "mãe". Em contraste marcante com a prática rural, a ambigüidade em relação aos direitos e deveres entre pais (naturais ou adotivos) e filhos é comum.

Finalmente, a suposição de que pais dão seus filhos para “ricos” não parece caber aqui. É verdade que mulheres, querendo explicar por que deram um filho para outra criar, freqüentemente invocam a esperança de uma vida melhor. Frisam que a mãe adotiva “mora perto da escola”, tem “casa maior”, ou simplesmente “está bem de vida”. Também vemos evidência da tentativa de mandar crianças para lares abastados, onde poderiam esperar alguns benefícios da relação do tipo patrão-cliente. (Eu mesma fui solicitada duas vezes por mães que queriam um lar substituto para seus filhos.) Uma mãe adotiva residente na vila teve que suportar visitas periódicas da mãe “verdadeira” de seu tutelado sempre que esta última necessitava de ajuda material. Contudo, sem incluir as crianças deixadas em orfanatos do Estado, a maioria esmagadora de crianças foi colocada por suas mães em lares semelhantes aos seus quanto à condição econômica. Isto é, as crianças continuaram a viver em barracos sem confortos tais como eletricidade e água encanada e sua escolaridade não ia além da terceira ou quarta série do primeiro grau. Parece então que, na vila, a maioria das “mães doadoras de filhos” não são motivadas pela esperança de estabelecer um vínculo utilitário patrão-cliente. Certamente, o fato de muitos, se não a maioria dos adultos da vila, terem passado parte de sua infância longe de seus próprios pais pode contribuir para a aceitação geral da circulação de crianças – as pessoas não são estigmatizadas como cruéis ou mães desnaturadas por colocarem sua prole em lares adotivos. Mas, para compreender inteiramente a circulação de crianças, somos forçados a olhar além das tradições herdadas de um passado rural.

A fluidez dos limites das unidades domésticas

A fluidez dos limites das unidades domésticas na vila já leva a uma certa ambigüidade sobre quem está criando qual criança. Esta fluidez é mais intensa entre os consangüíneos. Muitas meninas, por exemplo, têm seu primeiro filho quando ainda na casa dos pais; anos ou meses mais tarde, quando a jovem mãe se muda para morar com um novo marido, não é raro que o bebê fique com os avós. As mulheres começam suas carreiras de mãe cedo e terminam tarde, de modo que muitas vezes filhos e netos têm a mesma idade. Nestes casos, se a mãe e a filha moram perto, podem dividir as responsabilidades da educação das crianças. (Uma criança de 2 anos chamou sua mãe de avó, devido a este tipo de sistema.) Também tomamos conhecimento de pelo menos três mulheres mais velhas que disseram estar “praticamente criando um neto” – em cada caso, a criança, cuja mãe morava perto, passava a maior parte do dia e muitas noites na casa da avó. Uma mulher afirmou que tinha sido criada, junto com dois primos, pela avó. A avó a corrigiu: “criou” somente uma neta (minha informante); dos outros dois, ela “apenas cuidou”. As adolescentes, na pressa de se tornarem mães, cuidam extremosamente dos sobrinhos; uma moça levava seus sobrinhos para passeios de fim de semana; outra, que vinha sendo babá em tempo integral desde que nascera sua sobrinha e já era chamada de mãe pela criança, jurou, quando engravidou, que daria seu próprio filho antes de abandonar a sua sobrinha.

A fluidez dos limites da unidade doméstica se estende também a amigos e vizinhos. Não é incomum ver duas famílias não aparentadas dividindo temporariamente a mesma moradia – em dois destes casos, vi a mulher ou casal “de visita” ir embora deixando para trás um filho para a anfitriã. O passatempo preferido de certas velhinhas do lugar é passear pe-

las ruas exibindo o recém-nascido "gordo e graúdo" de alguma "amiga do peito". Não é incomum que a vizinha que mais mima a criança dela se torne madrinha, oficializando assim suas responsabilidades maternais e abrindo caminho para uma eventual mudança de residência da criança. (Uma vez que existem três categorias de padrinhos de batismo – "de igreja", "de casa" e "de umbanda" –, há quase sempre uma chance para o vizinho que deseja ser padrinho.) Mas, apesar do aspecto público e de certa forma coletivo de maternar crianças, não se coloca em questão o "direito" materno da genetriz.

A mulher que dá à luz a um nenê sabe que, de certa forma, possui um tesouro que tem valor tanto imediato como a longo prazo: o nenê diverte e traz admiração; a criança, a partir de 6 ou 7 anos, fornece serviços domésticos; e, quando adulta, ajuda a sustentar seus velhos. Assim, uma mãe pode decidir premiar a família de seu marido dando a criança para a sogra criar (cimentando laços com os parentes afins), pode permitir que uma vizinha atenciosa se torne madrinha ou pode recompensar a gentileza de uma amiga que dividiu sua casa com ela emprestando-lhe o nenê. Assim, ao mesmo tempo que a mãe alcança certos fins práticos, isto é, cimenta seus laços com parentes afins, aproxima-se de um vizinho influente ou salda uma dívida, ela goza da aura de um ato generoso: ter sacrificado seus próprios desejos maternais em benefício de outros.

Situação de crise

Pelo menos a metade das transferências de lar não são, porém, "voluntárias" e graduais. Na vila, o laço conjugal é relativamente frouxo. (Em compensação, existe um fortíssimo laço consanguíneo, que faz ressaltar o papel dos colaterais na organização doméstica. FONSECA (17). Por causa de separação conjugal ou de morte do companheiro, não é incomum uma mulher se achar "sozinha" com filhos pequenos para criar: de 68 mulheres entrevistadas, 40 enfrentaram em algum momento de suas vidas esta provação. Tal "situação de crise" contribui para a colocação em lar substituto de mais da metade das crianças em circulação. Mas, entender como se deu essa contribuição exige uma análise mais detalhada de certas práticas locais.

Por motivos econômicos ou sociais – FONSECA (15, 16) –, jovens viúvas e mulheres separadas raramente permanecem sozinhas. Em vez de se unirem com outras mulheres "famílias matrifocais", tão comum no Caribe – SMITH (43). GONZALEZ (19) –, na Bahia – FIGUEIREDO (13) – e até no Rio de Janeiro – NEVES (34) –, elas se juntam a um novo companheiro. No jogo de poder dessas novas unidades conjugais, o homem predomina. Cabe a ele fornecer a casa e sustentar a família. Mesmo se ele cumpre mal esses deveres, é ponto de honra a mulher não substituí-lo. No momento da pesquisa, entre mais de cinquenta mulheres "juntadas", somente duas trabalhavam regularmente fora de casa.

As mulheres são, como se vê, dependentes dos homens para as mínimas necessidades de sobrevivência. Entretanto, a influência desta dependência na circulação das crianças está mediada por uma variável inegavelmente cultural: as atitudes e os papéis dos homens como pais. Não há nenhum estigma associado ao pai coruja, e os homens frequentemente demonstram muito amor pelos filhos pequenos. Contudo, a divisão sexual do trabalho impõe que só a mulher seja admirada por tais atenções carinhosas; a única res-

responsabilidade do pai é suprir as necessidades materiais. Mesmo quando separado da mãe de seus filhos, um homem teoricamente deveria sustentar sua prole. Na realidade, este sustento acaba cedo, principalmente se a mãe e as crianças moram longe. A alteração de endereço, a insolvência financeira, a falta de um casamento legal ou de declaração de paternidade tornam as pressões legais contra o pai virtualmente impotentes; e as pressões não-formais da comunidade dificilmente são mais eficazes. Ver ANDRE (1), SMITH (42), STACK (44) sobre o dilema paterno em outros grupos de baixa renda.

Enquanto o pai legítimo *deve* sustentar seus filhos, mas não o faz, o homem que sustenta seu enteado é considerado "trouxa". Ao reconstituir histórias de vida, descobrimos que os filhos do primeiro leito de uma mulher freqüentemente eram redistribuídos não na hora da separação conjugal, mas sim no momento do nascimento de meio-irmãos por um leito subsequente como se, tendo consolidado a lealdade do novo marido, a mulher aceitasse mais facilmente abrir mão do vínculo com o seu ex-marido. Ninguém pode dizer que as mães "optam" por um novo marido em detrimento de seus filhos, pois freqüentemente as circunstâncias não dão margem de escolha. Contudo, o resultado é que as mães só não ficam muito tempo sem marido e as crianças circulam em grande número.

A ambigüidade dos direitos maternos

Subjacente a toda transferência para um lar adotivo, voluntária ou "de crise", resta a ambigüidade no relacionamento entre mãe biológica, mãe adotiva e filho. Adaptando a discussão, na literatura antropológica, sobre direitos e deveres paternos (ou maternos), ao caso da vila, identificamos três papéis maternos fundamentais: genetriz, provedora (papel paterno transferido para a mãe na ausência do pai) e mãe social. Embora engendrar e suprir as necessidades materiais do menino sejam deveres dos pais, ser identificado como mãe ou pai é um privilégio, pois acarreta o direito às lealdades afetivas (freqüentemente na forma de ajuda material) durante a vida inteira dos filhos. Quando a mãe biológica (genetriz) transfere a responsabilidade de cuidar do filho para outra mulher (provedora), cria uma situação confusa sobre quem tem direito de ser mãe social. Para evitar possíveis conflitos originários dessa ambigüidade, a mãe biológica, ao procurar um novo lar para seus filhos, dará preferência aos seus consangüíneos. Presumivelmente, uma parenta próxima será menos inclinada a querer destronar a genetriz como mãe social da criança. Em tais casos, as crianças mantêm contato com a mãe biológica e, na adolescência, não é incomum que vivam entre dois lares, ficando ora com uma mãe, ora com outra...

Entretanto, a mãe que está procurando um lar adotivo para seu filho muitas vezes encontra sua rede de parentesco saturada de crianças; acha-se então obrigada a procurar outras candidatas entre os parentes do pai da criança, vizinhos e amigos. É aí que surgem os desentendimentos, pois este tipo de mãe adotiva tem tendência a considerar a transferência permanente e irreversível, não acatando de bom grado a idéia de cuidar da criança durante anos para depois, terminado o "grosso" do trabalho materno, vê-la retornar à mãe biológica. Esta, por sua vez, alegando que sempre agiu "no interesse do filho", defende a transferência para um lar adotivo como medida de emergência, compatível com a sua imagem de "boa mãe". Mais importante: a mãe biológica quase nunca considera que "abandonou" sua prole. Uma mulher, sete anos depois de ter deixado sua filha com uma comadre,

insiste em ter a criança de volta e diz-se ultrajada por encontrar oposição: "Não sou uma cadela para dar meus filhos!"

Nessa disputa, a norma vigente no grupo dá vantagem à genetriz. Pois se o valor dado aos laços consangüíneos já é forte, a mística sobre o vínculo mãe-filho é de ferro. Pouco importa que algumas crianças cresçam chamando três ou quatro mulheres de mãe e que as mães adotivas aleguem gozar da lealdade exclusiva de seus tutelados. A idealização do vínculo entre a mãe biológica e a criança surge implacavelmente no discurso: "Mãe nunca perde o direito aos filhos...", "pode ter cinqüenta maridos, mas mãe é uma só". Na vila há pelo menos uma dúzia de jovens adultos que, depois de passar a maior parte de sua infância em lares adotivos ou em instituições, escolheram, quando adultos, morar perto de suas mães "legítimas". A maioria dessas pessoas não parece sentir rancor contra a mãe, e mesmo quando há ressentimento isso não impede a lealdade, inclusive na forma de ajuda material.

A única segurança da mãe adotiva para que a mãe biológica não recupere física ou emocionalmente seu filho é "limpar a certidão". Já que os bebês não são necessariamente registrados ao nascer, mas sete e até vinte anos mais tarde (para ingressar na escola ou fazer o serviço militar), a mãe adotiva pode facilmente obter uma certidão de nascimento da criança como se fosse sua mãe verdadeira. E muitas passam por esse processo, apesar da ilegalidade e da ameaça de eventuais denúncias de "falsificação ideológica". Existem também meios legais para transferir a responsabilidade materna da genetriz para outra mulher: a adoção por escritura pública (Código Civil 1916), simples (Lei 4655, 1965) e plena (Código de Menores 1979). As pessoas da vila recorrem só à primeira forma – simples ato notório registrado em cartório. Já que a maioria das transferências de crianças se dá sem formalidade nenhuma, a mãe "adotiva" que possui tal prova de que seu tutelado foi "dado de papel passado" age como se tivesse nas mãos um trunfo invencível. Na realidade engana-se, pois, sendo facilmente desfeita, "a adoção por escritura" não implica, como nas outras formas de adoção, uma renúncia total do pátrio poder dos genitores. Em todo caso, qualquer formalidade só tem verdadeira eficácia (no sentido de conferir o *status* de "mãe social" à provedora) quando é possível apagar todo traço da mãe biológica na consciência e na lealdade da criança. Não faz sentido modificar a certidão de uma criança mais velha, que já terá uma idéia clara sobre seu "sangue".

A Febem é, portanto, só um elemento em um conjunto de estratégias empregadas por moradores da vila para criarem seus filhos. Cabe-nos agora descobrir seu lugar específico nessa configuração.

3. MOTIVAÇÕES E ATITUDES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Veremos, nos parágrafos a seguir, a ambivalência que caracteriza as atitudes dos moradores da vila para com a Febem. Se bem que, ao nível teórico, a Febem pareça uma assombração assustadora, na prática tanto pais como crianças optam por ela como alternativa preferível a outras possíveis. As pessoas, tendo feito esta opção, reelaboram a imagem negativa da Febem, contribuindo para a ambivalência geral que circunda esta instituição. Vemos parte desse processo exemplificada no relato seguinte:

"A última vez que o Adão e eu brigamos, eu fui para a casa da minha tia. Mas depois ela disse que não dava mais. Ela não podia sustentar as crianças e eu tinha que entregar elas à Febem. 'Entregar elas para a Febem?', eu disse. 'Depois de tudo o que eu passei por causa destas crianças!?' Mas não tinha outra solução. Ninguém quer uma empregada que traz as crianças junto. E um novo companheiro? Ele acha tudo ótimo por um mês, mais ou menos, e depois a gente tem que escolher: ou ele ou as crianças. Então voltei para o meu marido".

Quando Ivone, 22 anos, disse isso, era sustentada pelo marido e pelo irmão, biscateiros da construção civil, e pelo pai, um padeiro aposentado. Um mês depois, com o marido preso, o irmão fugitivo e o pai agonizando de um derrame, seu discurso foi diferente:

"A Febem nunca matou ninguém. O meu irmão cresceu lá, o meu marido cresceu lá. Tentaram me internar também, só que não tinha lugar. Vocês ouviram a Rosa (cunhada do seu marido)? Ela costumava ajudar na creche e as crianças comiam iogurte de fruta todas as tardes. Eu vou visitar as crianças regularmente e daqui a um ano, mais ou menos, se eu tiver sorte, vou poder pegar elas de volta. Não vai ser tão difícil para a Ana Paula (filha de 18 meses). Ela já ficou longe de mim tantas vezes (hospitalizada por bronquite crônica). Mas o Luís (seu filho de três anos) não vai entender".

Quem interna os filhos?

Considerando a proporção relativamente pequena de famílias com experiência direta na Febem (16 entre 70), é impressionante ver quantos parentes próximos de Ivone estiveram no orfanato. Na realidade, transparece uma certa endogamia entre os criados em instituições do Estado: em 4 dos 16 casos, tanto o marido quanto a mulher haviam sido criados na Febem; em outras duas famílias, a mulher tinha encontrado seu marido por este ser colega do seu irmão na Febem. Entretanto, concluir que existe um subgrupo "propenso à Febem" seria injustificado: já que apenas dois dos pais criados em orfanatos haviam internado seus filhos, a transmissão do hábito de uma geração para outra não pode ser inferida. Além disso, tudo indica ser fina a linha que separa os clientes da Febem dos seus vizinhos. As mães que não tiveram nenhuma experiência direta dirão: "Não, eu sei que os pais da Fulana de Tal eram muito pobres e tiveram que deixar ela lá, nas felizmente nós nunca tivemos essa necessidade na nossa família". As pessoas são cautelosas no que tange à difamação dos egressos da Febem. Primeiro, porque não querem ofender indivíduos desse meio, segundo, porque ninguém pode ter certeza de que um membro da família eventualmente não recorra a essa medida. (É interessante que quem sugeriu o internamento dos filhos da Ivone foi sua tia, matrona assalariada, proprietária de sua casa, isto é, membro da "classe trabalhadora sólida", sem experiência prévia com o orfanato.)

A despeito da sua banalidade, a Febem não é geralmente vista sob um ângulo benevolente ou neutro. Como ficou evidente pela relutância de Ivone, a primeira vez que uma mãe entrega seu filho para as autoridades, ela o faz sob coação: em todos os casos de primeira institucionalização, um ou ambos os pais estavam ausentes da família e havia o pro-

blema concreto de como as crianças iriam sobreviver. O peso da miséria neste sistema se torna evidente quando o comparamos com outros lugares (Oceania, África Ocidental etc.), onde a circulação de crianças é comum. Nesses casos, a escolha de pais adotivos cai duas vezes entre três sobre parentes próximos. PAYNE-PRICE (35). A vila que estudamos é o único caso em que, apesar da norma que dá preferência a parentes próximos, a grande maioria de crianças colocadas vão para lares fora de sua rede de parentesco.

Na escala de preferência, se os lares adotivos não-aparentados são indesejáveis, a Febem, especialmente na opinião de mães jovens, deve ser evitada a todo custo. Enquanto mulheres de 17, 19 e 23 anos haviam entregue seus filhos a estranhos, nenhuma com menos de 29 anos havia colocado um filho no orfanato. Seja por ignorarem as formalidades administrativas ou por evitarem conscientemente, muitas mães em situação de crise preferem "abandonar seus filhos" (com vizinhos etc.) a entregá-los à Febem. Frequentemente, o primeiro contato de uma mulher com as autoridades é precipitado por terceiros: o Juizado recolhe seu filho por vadiagem, ou uma vizinha, mãe substituta, farta de suas responsabilidades e não conseguindo localizar a genetriz, entrega a criança para o Estado. Nestes casos, intima-se logo a mãe. A primeira vez que isto acontece, a mãe chega correndo para retomar seu filho, mas, ao fazer isto, adquire experiência e conhecimento que diminuem a imagem negativa do orfanato. ("Aqueles crianças brincando com a mangueira no pátio pareciam bem alimentadas e contentes", disse-me uma mãe depois de sua primeira visita a um orfanato da Febem.) E algumas semanas ou meses depois, ela é capaz de voltar para a mesma instituição para internar voluntariamente o mesmo filho ou os irmãos dele. Caso os agentes da Febem não concordem com esses internamentos "voluntários", as mães experientes mobilizam suas práticas de persuasão: "É só dizer que teu novo marido bebe e bate neles... Nunca falha".

Na consideração da Febem como lar substituto, a idade dos filhos é provavelmente mais pertinente do que a idade da mãe. A maior preocupação da mulher que é forçada a colocar seu filho em um lar adotivo é manter seus direitos maternos. Com uma mãe adotiva, o perigo é de ela "limpar a certidão de nascimento da criança" e mudar-se para longe; o perigo com a Febem é que eles podem dar a criança em adoção, impedindo, deste modo, qualquer contato posterior com seus pais biológicos. Talvez uma razão para a relutância das mães em entregarem seus recém-nascidos é que os bebês são preferidos pelos pais adotivos. A importância da custódia legal diminui à medida que um menino ou uma menina cresce, absorve a ideologia do vínculo mãe/filho e começa a deslocar-se de maneira independente. Uma menina declara que a Febem (com o consentimento de seu pai biológico) deu-a de "papel passado" para uma família adotiva, com a qual ela passou menos de um mês antes de fugir. "A polícia veio e me pegou na casa da minha mãe e o juiz me fez jurar que eu não ia fugir de novo. Eu jurei e no outro dia estava livre, voltei para a mãe. Como é que eles iam me segurar?"

Motivos para a institucionalização

A maior familiaridade com o sistema e o menor perigo de perder para sempre o filho (agora mais velho) explicam em parte por que mulheres mais velhas recorrem mais a orfanatos do que as mais jovens. A lógica atrás da institucionalização de uma criança, entre-

tanto, nem sempre é muito clara, tendendo a assumir um aspecto diferente, conforme o ponto de vista do interlocutor. As mães que internaram filhos enfatizam ou a pobreza terrível, devido à irresponsabilidade do marido/pai, ou a preferência da própria criança pela Febem. Os filhos internados mencionam mais prontamente causas como ausência abrupta da mãe por abandono(2), morte(1) ou prisão(1). Em todo caso, o que fica claro é que o que está em jogo é muito mais do que a mera sobrevivência. A institucionalização se mostra como estratégia nos relacionamentos familiares: entre padrastos e enteados, entre marido e mulher e entre mães e filhos adolescentes.

Pessoas de ambas as gerações trouxeram à baila, com freqüência, o conflito padrasto/enteado:

"Linda, 55 anos, conta que deixou um primeiro filho com a mãe dela por nove anos, enquanto se casou outra vez, e criava cinco filhos, cada um de um pai diferente. Quando a avó do menino morreu, Linda trouxe-o para morar com ela, mas ele fugiu dentro de algumas semanas. O menino foi recolhido pelo Juizado por vadiagem e colocado na Febem. Linda apressou-se em trazê-lo para casa, mas quando a criança novamente fugiu, indo, desta vez, diretamente para o orfanato, a atitude de Linda foi: "Deixa ele ficar lá, ele é que quer!"

"Ana, 17 anos, explica que quando sua mãe foi 'obrigada' por um marido violento a abandonar a família por um outro homem, um vizinho traiçoeiro chamou a polícia para vir institucionalizar Ana e seus irmãos. Pouco tempo depois, tendo localizado sua mãe, Ana quis sair da Febem, mas, "lá na Febem, eles não deixam uma menina meio crescida voltar para a casa com padrasto". Os comentários posteriores da garota indicam, entretanto, que a Febem não era o único impedimento: mesmo depois que os filhos de sua mulher estavam crescidos, o padrasto mais de uma vez recusou-lhes abrigo ou outro auxílio. ("Se dependesse dele, a mãe nunca nos daria nada.")

Rosa, 13 anos, quando fugiu da Febem, foi morar com uma amiga mais velha, Dione, em vez de voltar para a casa da mãe. Segundo Dione, "Rosa nunca se deu com o padrasto".

Moema lamenta a partida súbita do seu filho de 12 anos: "Ele não se dá com o padrasto. É por isso que passa tanto tempo na Febem".

O ressentimento de uma mulher para com seu ex-marido também pode influenciar o destino de sua prole. Mais de uma vez ouvi um homem reclamar que sua ex-mulher havia institucionalizado os filhos para irritá-lo. Moema ameaça o esposo: "Se tu recomeça vou te deixar como da última vez. Vou entregar as crianças para a Febem (como ela já fez com seus dois filhos de um casamento anterior) e arranjar emprego". Dione, cujo marido acabara de ser preso, procurou institucionalizar as crianças não apenas por estar na miséria, mas também por estar temporariamente alienada das afeições do esposo pela dominadora tia materna dele. Durante esse período, ela levou seus filhos para uma instituição da Febem, mas os funcionários atrasaram a admissão. Uma semana depois, quando, durante a visita de domingo, o marido de Dione proclamou sua lealdade a ela (acima da tia), ela desistiu de qualquer contato com as autoridades.

Institucionalização pode ser o resultado de uma negociação entre mãe e adolescente, na qual fatores como delinquência juvenil e contribuição da criança para a unidade doméstica estão em jogo. Tradicionalmente, na época em que um indivíduo entra na adolescência, ele age em grande parte por conta própria. Muitos adultos da vila saíram de casa ou "se casaram" aos 12 ou 13 anos. Hoje, porém, os pais podem ter aborrecimentos com o Juizado de Menores por causa de atos de adolescentes pelos quais ainda são legalmente responsáveis. Uma mulher, instigada por um novo marido, que considerava os filhos dela (12 e 14 anos) "grandes demais para estarem morando com a mãe", mandou chamar a kombi da Febem "para eles não ficarem na rua". (Eles fugiram antes de serem localizados, e estavam de volta uma semana depois, na casa da mãe.) Uma outra mãe, querendo repreender seu filho de 13 anos por ter teimado em passar noites fora, chamou o Juizado para interná-lo. Por outro lado, a mulher parece se agarrar aos seus filhos adolescentes bem comportados: o menino que dá o dinheiro de seus biscates para a mãe, a menina que cuida conscienciosamente dos afazeres domésticos. Uma criança de 12 anos, internada pela mãe no orfanato "para ter escola e ficar longe das más influências da vila", reclamou que sua mãe a trazia de volta cada vez que ganhava outro bebê.

A demonstração de que as instalações da Febem não são sempre desagradáveis está no fato de várias crianças da vila terem se apresentado voluntariamente, preferindo a instituição a outros possíveis arranjos de moradia. Cama própria e refeições regulares são luxos raramente ao alcance dos jovens viliiros. Crianças sem ficha na polícia (caso da maior parte delas na vila) têm licença para voltar para casa nos fins de semana e feriados. E, de acordo com uma menina, se querem prolongar esta liberdade, "é coisa mais fácil, é só fugir". (Segundo relatórios oficiais, aproximadamente a metade de todas as crianças recolhidas pelo Juizado em 1982 terminaram sua institucionalização pela fuga").

A reelaboração da imagem da Febem

Uma vez que o contato inicial é feito, as pessoas tendem a eufemizar sua experiência com a Febem. A instituição torna-se um "internato" onde a mãe coloca seus filhos para receberem boa educação ou serem removidos das influências questionáveis da vila. Ela citará o exemplo do primo de Fulano, que se formou em escola técnica da Febem e conseguiu um bom emprego. Fará referência ao espaçoso terreno de uma sede de praia da Febem ou a uma floresta circundando outra. Se as crianças dela não saíam com diplomas, foi porque "não tinham cabeça para estudos", mas gostaram das atividades vocacionais e do bosque. O filho de Linda foi esfaqueado durante sua carreira de orfanato, mas como estas ocorrências não são incomuns na vila, a mãe dele não considera a Febem particularmente responsável pela violência. Ela gosta mais de falar sobre como os professores quase colocaram seu filho em um time de futebol profissional da cidade. Moema diz que quer dar aos filhos "as mesmas vantagens" que teve. Embora analfabeta, avalia as habilidades adquiridas por ela e o marido em orfanatos públicos como "uma educação": ela sabe bordar; ele tem um diploma em apicultura. Bete, 28 anos, narrando excursões e jogos de fins de semana que seu orfanato organizava, pinta os seus anos de instituição como extremamente agradáveis.

Para evitar qualquer estigma, uma mãe destacará o caráter excepcional dela, bem como de sua prole institucionalizada. Assim, Ana descreve de um só fôlego como suas co-

legas de quarto na Febem tinham encenado um quebra-quebra violento e como o monitor-chefe dizia sempre que Ana era diferente, calma e meiga, comparada às outras. Linda cita uma autoridade da Febem a respeito do "coração de ouro" do seu filho; "Ele não é nenhum bandido. Ele está lá porque quer".

A atitude mais pertinente a nossa discussão, no entanto, é que as crianças deixadas na Febem não são de modo algum consideradas "abandonadas". Uma mãe talvez não consiga juntar o dinheiro da passagem de ônibus para visitar seu filho mais do que uma ou duas vezes por ano; a criança pode ser transferida de uma sede para outra, deixando a mãe (ela mesma muitas vezes difícil de ser localizada) confusa ou desinformada; ou uma mulher pode simplesmente não considerar contatos pessoais com a prole uma prioridade entre suas obrigações maternas. Entretanto, apesar de anos de separação, as crianças institucionalizadas são ainda consideradas parte integrante da fratria. Um irmão de 14 anos e suas duas irmãs mais velhas, cujas carreiras de orfanato começaram havia nove anos, contaram prontamente detalhes (nome, idade atualizada, características físicas) sobre dois irmãos mais moços que não viam desde a época do internamento. Luciana, com 9 anos quando a encontrei pela primeira vez, contou-me que tinha três irmãos e uma irmã, dando seus nomes e idades. O que ela não me contou foi que não via dois deles há quase três anos, desde que foram entregues à Febem. Uma criança de 4 anos respondeu espontaneamente à pergunta que fiz a sua mãe sobre uma filha internada desde os 6 anos na Febem: "Oflia, a minha irmã, ela tem 9 anos". Tudo indica que as mães encorajam este tipo de solidariedade entre irmãos e elas próprias especulam sobre crianças há muito dadas em adoção pelo sistema estatal. Moema (mãe de Luciana) diz: "Eu sei que a Febem deu o Henrique (seu filho pequeno) para uma família de cabeleireiros. Eu sabia onde eles moravam, mas aí eles se mudaram e perdi eles de vista (quatro anos antes, quando o menino tinha uns 3 anos). Mas outro dia eu passei na frente da casa e vi um menininho brincando que parecia muito com o Henrique. Vou voltar lá e perguntar..."

4. O CONFLITO ENTRE A POLÍTICA DO ORFANATO E A POLÍTICA DAS MÃES

O discurso da Febem

Com a curiosidade atiçada pelo contato com mulheres na vila, resolvi sondar a outra parte nesta história, a Febem. Em novembro de 1982, tive acesso a vinte dos sessenta dossiês em andamento sobre crianças de 6 anos ou menos, encaminhadas para "lares substitutos" da Febem. Neles pude constatar as seguintes tendências: quase a metade dessas crianças já tinham irmãos sendo criados em lares substitutos informais, isto é, com madrinhas, avós ou outros parentes; raramente foi a mãe que internou o filho na Febem pela primeira vez: este veio antes, encaminhado por terceiros (vizinhos, pai ou padrasto, hospital...), acusando a ausência da mãe. (O pai, embora presente em quinze dos vinte dossiês, era uma figura secundária. Quando consultado, pretendia que a criança fora internada sem o seu consentimento, mas nada fazia para assumir responsabilidades paternas de forma mais concreta.) O curioso é que, mesmo se todas essas mães "ausentes" apareceram, afobadas, depois de pouco tempo, para desligar seu filho, três quartos delas voltaram a reinternar pessoalmente esse ou até outros filhos. A partir de então internavam-se e desli-

gavam-se crianças esporadicamente. Motivos para o internamento não faltavam: "hospitalização da mãe" (seja por doença, seja por um parto), "desemprego" do pai, separação conjugal, alcoolismo, tuberculose lideravam uma lista de pragas que espantava pelo seu candor. Frente a esse tipo de pedido, como a Febem se posiciona?

De fato, na Febem, encontrei dois níveis de discurso: o da política oficial, exposto pelos administradores, o assessor de imprensa e as publicações do órgão, e o dos técnicos profissionais que lidam diretamente com os clientes. Ao nível "oficial", queixavam-se dos "abusos" em relação ao sistema, das mães que consideram a Febem um tipo de internato particular onde podem internar e recuperar seus filhos quando querem, tudo de graça. Segundo o assessor de imprensa: "O internato não integra ninguém na sociedade... as crianças se misturam com maus elementos... aprendem vícios... ficam com uma mentalidade de dependência, achando natural ter tudo dado de mão beijada". Explicava: "Não é política da Febem servir indefinidamente como ama-seca". Ou as crianças são abrigadas durante "circunstâncias excepcionais" (mãe hospitalizada, pais sem casa etc.) e permanecem somente o tempo necessário para a mãe (ou o casal) restabelecer a rotina, ou as crianças são declaradas abandonadas ("em situação irregular") e o pátrio poder dos pais é transferido para o Estado ou (irrevogavelmente) para pais adotivos.

Os técnicos profissionais (assistente social, psicólogo) não são presos à rigidez oficial. A censura deles não se manifesta tanto como indignação frente aos abusos do sistema, mas como "preocupação pelo bem-estar da criança". Sob esta bandeira fazem tudo para desestimular novos candidatos: matriculam a criança num lar vicinal (sistema no qual a criança continua morando com seus pais); "apostam" nos pais através de ajudas financeiras; oferecem "orientação quanto ao relacionamento familiar", "discussão reflexiva da situação-problema". Mas, no momento em que a criança é internada, a situação se inverte. A família que não quer perder o filho para sempre tem que provar sua aptidão para criá-lo, enfrentando uma bateria de entrevistas, peritos psicólogos, controle da moradia etc. O não comparecimento a entrevistas e visitas ao colégio é interpretado como "desinteresse" dos pais, as colocações e retiradas esporádicas como prova da "irresponsabilidade" deles. No inquérito da vida familiar, dificilmente constam-se condições higiênicas e econômicas adequadas ao bom desenvolvimento da criança e, portanto, reluta-se em devolvê-la ao lar original. As boas intenções dos técnicos não ocultam a contradição inerente ao sistema entre a orientação humanística e a política pragmática do Estado na qual está inserida. Em nome do bem-estar da criança, acabam desestimulando o internamento de um recém-nascido, ao mesmo tempo que relutam em devolver outro filho para a mesma família "devido ao desajuste emocional e por não encontrar condições de sobrevivência".

Mundos simbólicos em confronto

Vemos então que a queixa dos funcionários da Febem de que as mães "usam nosso estabelecimento como se fosse um internato de padres" é de certo modo correta. Com o orfanato do governo, as mulheres tentam forjar uma política muito semelhante à que aplicam ao lidar com mães adotivas: alojar as crianças com outros tanto quanto possível, sem abdicar de seu direito materno na consciência moral das crianças. Especialmente para as mulheres cujos filhos são negros, aleijados, ou que não são mais bebês (logo, relativamente

inadotáveis), o orfanato pode ser até preferível a mães adotivas, pois nele não existe a mãe substituta para disputar a lealdade da criança.

Aqui a opinião dos "clientes" entra em conflito com a dos funcionários da Febem, que presumem que se uma mulher desaparece por dois ou três anos, ela "abandonou" tacitamente seu filho. Os funcionários não levam em consideração o fato de que as circunstâncias "excepcionais" de penúria (justificação oficial da internação das crianças) são, para muitas famílias, não temporárias, mas sim perpétuas. Os funcionários estatais acreditam que os orfanatos imprimem "maus hábitos", criam indivíduos "mal integrados na sociedade". Aqui, no entanto, a causa e o efeito não são claros; em termos de "integração social", será que o orfanato "corrompe" mais do que o contexto do qual os clientes são egressos? Quanto àqueles que se tornam "dependentes institucionais" e que não conseguem "ser autossuficientes", não se trata, antes, de pessoas que simplesmente preferem um ambiente que proporciona o mínimo vital às condições sub-humanas do subproletariado brasileiro?

O conflito de opiniões entre as mães e a Febem não pode ser explicado pela ignorância ou pela mentalidade irracional de um lado ou de outro. Neste artigo, tentamos mostrar que, em função de uma experiência de vida drasticamente diferente da das mulheres mais abastadas, a mãe subproletária atribui significados diferentes aos vários termos da família; assim, por exemplo, o amor materno, o primado do vínculo mãe-filho não seriam necessariamente ameaçados por separações temporárias (mesmo quando prolongadas). A Febem, por seu lado, insere-se em uma política pública que tem como objetivo aliviar, dentro dos limites do *status quo*, o sofrimento extremo. A condenação moral das mães pobres que usam o orfanato como internato (subentendido, mais por conveniência do que por necessidade) salienta a contradição inerente nesse objetivo da Febem, pois legitimar as demandas das mães seria reconhecer o caráter crônico da miséria. Para atingir seu objetivo (fornecer o mínimo vital para os necessitados), isto é, para financiar uma espécie de "caridade legal", o Estado teria que efetuar uma redistribuição massiva de recursos, uma medida que iria contradizer a atual política econômica nacional.

Sugestões para futuras pesquisas

É moda na imprensa atual falar-se de "30 milhões de menores abandonados". Esta distorção, que transforma "menores carentes" em "abandonados", é um ato de prestidigitação que transfere a responsabilidade por esta situação do sistema econômico para os pais dos menores.

Para evitar que nosso estudo seja usado para apoiar tal deslize moralista, insisto que a circulação de crianças na escala descrita acima se dá em sociedades ocidentais contemporâneas somente em condições de miséria. Dentro dos limites dessa miséria se instaura, conforme o contexto histórico, um sistema de significados que não dependem da vontade individual dos membros do grupo. Nossa análise é uma "descrição densa" que visa esclarecer a lógica desse sistema simbólico; não é uma "explicação" nem da origem nem das causas do sistema. Aponta a necessidade de aprofundar o estudo da circulação de crianças, à procura de explicações.

O capitalismo selvagem tem agravado, sem dúvida, a pobreza, mas estudos compa-

rativos desmentem a hipótese simplista de que o econômico determine mecanicamente o social. Existem populações latino-americanas (e até mesmo brasileiras) tão miseráveis quanto a da Vila Cachorro Sentado nas quais não há circulação de crianças, seja porque vigora uma maior estabilidade conjugal – refiro-me aqui a estudos no México: LOMNITZ (29) Peru: LOBO (28); e Colômbia: BOHMAN (7) –, seja porque os consangüíneos conseguem articular um tipo de organização doméstica “matrifocal”, onde o laço mãe/filho não depende da relação conjugal. Deduzimos que embora o contexto econômico forneça o palco das diferentes formas familiares, o roteiro é ditado por variáveis histórico-culturais.

Como identificar essas variáveis? A circulação de crianças está ligada, de alguma forma, ao modo de colonização portuguesa? É mais acentuado no Rio Grande do Sul devido a fatores econômicos, religiosos ou étnicos? É comum em todas as camadas trabalhadoras ou só na parte mais destituída delas? É associado à herança de uma sociedade escravocrata ou (menos provavelmente) à sobrevivência de práticas africanas?

Só a análise comparativa pode nos ajudar a responder a essas perguntas. Mas, por enquanto, falta o miolo de tal análise, estudos empíricos sobre as normas e práticas da organização social em diversos lugares: sobre os direitos/deveres maternos e paternos, o jogo de poder doméstico, o peso respectivo do relacionamento irmão/irmã, marido/mulher, pai ou mãe/filhos..., enfim, estudos sobre a interação de fatores econômicos com os políticos e culturais em cada contexto. Resta o desafio para pesquisas futuras se diversificarem no espaço (ressaltando especificidades regionais através do estudo etnográfico) e no tempo (destacando a evolução dos diversos modelos familiares), para jogar novas luzes sobre a circulação de crianças em grupos de baixa renda.

FONSECA, C. The poor man's boarding school: Febem and the domestic organization of lower-income group in Porto Alegre, Brazil. *Temas IMESC, Soc. Dir. Saúde*, São Paulo, 4(1): 21-36, 1987.

ABSTRACT: *This article analyses Febem as merely one element in the system of child circulation, common in certain Brazilian, lower-income groups. Based on anthropological fieldwork in a Porto Alegre Squatter settlement, this study describes pertinent aspects of family organization: fluid household boundaries, the priority of consanguineal ties over conjugal ties; the interaction between mother, father, step-father and child; and the conflict between the genetrix and adoptive mother for the social status of "mother". Finally, the discussion turns toward the dilemma facing Febem professionals who try to reconcile mutually antagonistic pressures: their own humanitarian goals, the State's pragmatic policy, and the day-to-day reality in which the urban poor live.*

KEY WORDS: *child circulation, state orphanages, kinship organization, urban poverty, Porto Alegre, Brazil.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

- (1) ANDRE, Jacques. Tuer sa femme ou de l'ultime façon de devenir père. *L'Homme*, **22**(2):69-86. 1982.
- (2) ARIES, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime*. Paris: Plon, 1960.
- (3) BADINTER, Elisabeth. *L'amour en plus: l'histoire de l'amour maternel du XVIIe au XXe siècle*. Paris: Flammarion, 1980.
- (4) BANCK, Geert. Estratégias de sobrevivência de famílias de baixa renda no Brasil: Um estudo de caso. In: VELHO, G. (coord.) *Desafio da cidade*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- (5) BILAC, Elisabete. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- (6) BLUMBERG, Rae Lesser e GARCIA, Márcia P. The political economy of the mother-child family: a cross-societal view. In: LENERO-OTERO, L. (coord.) *Beyond the nuclear family model*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1977.
- (7) BOHMAN, Kristina. *Women of the barrio: class and gender in a Colombian City*. Stockholm: University of Stockholm (Stockholm Studies in Social Anthropology), 1984.
- (8) CARROL, Vern (coord.) *Adoption in Eastern Oceania*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1970.
- (9) COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- (10) DURHAN, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- (11) _____. A família operária: consciência e ideologia. *Dados*, **23**(2):201-213, 1980.
- (12) ETIENNE, M. The case for social maternity: adoption of children by urban baule women. *Dialectical anthropology*, **4**(3):237-242. 1979.
- (13) FIGUEIREDO, Marisa. Le rôle socio-économique des femmes chefs-de-familles. *Tiers Monde*, **21**(84):871-891. 1980.
- (14) FONSECA, Cláudia. *L'éducation populaire pour un groupe de travailleurs agricoles sans terre*. Thèse de 3ème cycle, Paris V., 1981.
- (15) _____. La violence et la rumeur: Le code d'honneur dans un bidonville brésilien. *Les Temps Modernes*, **455**:2193-2235, 1984.
- (16) _____. Valeur marchande, amour maternel et survie: aspects de la circulation des enfants dans un bidonville brésilien. *Annales ESC*, **5**:991-1022. 1985.

* Bibliografia citada e consultada.

- (17) FONSECA, C. Aliados a rivais na família: o conflito entre consangüíneos e afins em uma vila porto-alegrense. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, 1, UFRGS. 1986.
- (18) ———. A circulação de crianças em grupos populares de Porto Alegre: um exame de processos jurídicos de apreensão de menores, 1900-1926. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 10^a, Campos do Jordão, 1986.
- (19) GONZALEZ, Nancie L. *Black Carib household structures: a study of migration and modernization*. Seattle: University of Washington Press, 1969.
- (20) GOODY, Esther. Kinship fostering in Gonja, deprivation or advantage? In: MEYER, P. (coord.) *Socialization: the approach from social anthropology*. London: Tavistock (ASA) Monographs, 1970.
- (21) ———. *Parenthood and social reproduction: fostering and occupational roles in West Africa*. London: Cambridge University Press, 1982.
- (22) GUIRADO, Marlene. *A criança e a FEBEM*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- (23) HAGUETTE, Tereza. *Os mitos da sobrevivência*. Fortaleza: Editora da Universidade do Ceará, 1982.
- (24) KUZNESOF, Elisabeth Anne. Household composition and headship as related to changes in mode of production: São Paulo, 1765-1836. *Journal of Comparative Studies in Society and History*, 22:78-107. 1980.
- (25) LALLERMAND, Suzanne. Genitrices et éducatrices mossi. *L'Homme*, 18(1):109-124. 1976.
- (26) LASLETT, Peter; OSTERVEEN, K. and SMITH, R. M.(coord.) *Bastardy and its comparative history*. London: Edward Arnold, 1980.
- (27) LEWIS, Oscar. *La vida: a Puerto Rican family in the culture of poverty*. New York: Randon House, 1966.
- (28) LOBO, Susan. *A house of my own: social organization in the squatter settlement of Lima, Peru*. Tucson: University of Arizona Press, 1981.
- (29) LOMNITZ, Larissa. *Como sobrevivem los marginados*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1975.
- (30) MACEDO, Carmen Cinira. *A reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- (31) MACHADO NETO, Zahide. Mulher, vida e trabalho. Um estudo de caso com mulheres faveladas. *Ciência e Cultura*, 31(3):280-289. 1979.
- (32) ———. As meninas. Sobre o trabalho da criança e da adolescente na família operária. *Ciência e Cultura*, 32(6):671-683. 1980.
- (33) MOYNIHAN, Daniel P. *The negro family: the case for national action*. Washington: U. S. Government Printing Office. 1965.

- (34) NEVES, Ângela. Neste terreiro galo não canta. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 6ª, Nova Friburgo, 1982.
- (35) PAYNE-PRICE, A. Etic variations of fosterage and adoption. *Anthropological Quarterly*, 54:134-145, 1981.
- (36) PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelados e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- (37) PRANDI, José R. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- (38) RAMOS, Donald. Marriage and the family in colonial Vila Rica. *The Hispanic American Historical Review*, 55(2):200-225, 1975.
- (39) ———. City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1836. *Journal of Family History*, 3(4):361-175, 1978.
- (40) SALEM, Tânia. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. In: *Perspectivas antropológicas da Mulher 1*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- (41) SCHNEIDER, Leda. *Marginalidade e delinquência juvenil*. São Paulo: Cortez, 1982.
- (42) SMITH, R. T. *The negro family in British Guiana*. London: Routledge and Kegan Paul, 1956.
- (43) ———. The matrifocal family. In: GOODY, J. (coord.) *The character of kinship*. New York: Cambridge University Press, 1973.
- (44) STACK, Carol. *All our kin*. New York: Harper, 1975.
- (45) VIOLANTE, Maria Lúcia. *O dilema do decente malandro*. São Paulo: Cortez, 1985.
- (46) WHITEHEAD, Tony L. Residence, kinship and mating as survival strategies: a West Indian example. *Journal of Marriage and the Family*, 40(4):817-828, 1978.

Gilete na carne: Etnografia das automutilações dos travestis da Bahia*

Luiz MOTT**
Aroldo ASSUNÇÃO***

RESUMO: Artigo baseado em observação, entrevistas e reportagens jornalísticas sobre os travestis-prostitutos, no qual se descreve e interpreta um padrão cultural documentado para todo o território nacional: as auto-escoriações provocadas com instrumentos cortantes nos braços, pescoço e demais partes do corpo, tendo como objetivo intimidar os clientes e garantir a soltura (*habeas-corpus* efetivo) junto à força policial. Denuncia-se a violência e opressão que pesam sobre uma das minorias mais estigmatizadas e desconhecidas de nossa sociedade: os travestis pobres que vivem da prostituição.

UNITERMOS: travestismo, travestis-prostitutos, homossexualidade, prostituição, automutilação, violência policial, delegacia de polícia, discriminação, Salvador, Brasil.

1. INTRODUÇÃO

"Eu já fui presa mais de mil vezes... Quando a polícia me pede documento, abro a bolsa e mostro o papel higiênico!" (Gabriela, travesti do Pelourinho)

"L'indélicatesse est dans les habitudes de tous les prostitués." (Legludic, Paris, 1896)

Nosso interesse em estudar os travestis de Salvador surgiu em 1980, a partir de inúmeras visitas que lhes fizemos em seus quatinhos e pensões, quando participamos da Campanha de Assistência Médico-Social desenvolvida pelo Grupo Gay da Bahia na zona do Pelourinho(21). Voltamos dezenas de vezes aos seus infectos aposentos, realizando entrevistas formais sobre diferentes aspectos de suas vidas andróginas. Já na primeira visita a um das pensões, onde reside a maior parte dos "rapazes de peito" de Salvador, chamou-nos a atenção um deles, Mirinha, que exibia enorme corte bastante infeccionado em seu braço esquerdo. Enquanto o médico do GGB prestava-lhe assistência, o travesti explicou-nos o motivo da lesão: tinha sido preso quando fazia *trottoir* pelo centro da cidade. Na Delegacia de Jogos e Costumes, depois de fichado, permaneceu atrás das grades por três dias consecutivos. Desesperado, depois de muito argumentar com o delegado que não tinha roubado ninguém, estando simplesmente "fazendo pista" e não merecendo, portanto, casti-

* Comunicação oral apresentada na 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Salvador, julho, 1981.

** Professor Adjunto do Departamento de Antropologia da UFBA e do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e de Sergipe.

*** Bacharel em Ciências Sociais, UFBA.

go tão prolongado, como último recurso Mirinha tira uma gilete que trazia escondida dentro da boca e, incontinenti, abre uma chaga de uns 10 centímetros em seu braço esquerdo. Com muito sangue escorrendo, o pobre homossexual é levado perante o delegado que, para eximir-se de qualquer responsabilidade, concede-lhe a liberdade.

Com a repetição das visitas, constatamos que a grande maioria dos travestis apresentavam inúmeros cortes e cicatrizes não apenas nos braços, mas em diversas partes do corpo. As entrevistas posteriores comprovaram tratar-se de uma prática bastante generalizada e complexa, sendo variadas as suas causas e diversas as maneiras de sua execução. Neste trabalho, procuramos exatamente responder a estas questões: Por que os travestis se cortam? Como o fazem? Em que circunstâncias e ocasiões? Quais as consequências deste comportamento autodestrutivo?

São dois, portanto, os objetivos deste trabalho:

- 1º) descrever e interpretar um comportamento sócio-cultural ainda não estudado pela antropologia – as automutilações provocadas não por razões decorativas ou rituais, mas como recurso autodefensivo, em consequência de situações críticas ou adversas;
- 2º) denunciar através da reclamação deste estudo, a violência e opressão que pesam sobre uma das minorias mais estigmatizadas e desconhecidas de nossa sociedade: os travestis pobres que vivem da prostituição.

2. A ANTROPOLOGIA E AS MUTILAÇÕES

Em linguagem corrente, *mutilação* é sinônimo de amputação, corte de uma parte do corpo. Mutilado, portanto, é o indivíduo que sofreu a perda de algum membro. Em antropologia, porém, o conceito de mutilação é mais abrangente, incluindo alterações também superficiais, inclusive na epiderme. De acordo com o *Dictionnaire de l'Ethnologie*, de PANOFF e PÉRRIN (33), no verbete *mutilation*, encontramos a seguinte definição: "Operação cujo objetivo é modificar, transformar ou suprimir certas partes do corpo por razões rituais ou estéticas. Encontramos uma grande variedade de mutilações: deformações do crânio, pescoço ou membros; mutilações cutâneas, tatuagens, "moko"; perfurações nasais, labiais, auriculares; mutilações dentárias; genitais do tipo circuncisão, excisão, infibulação, cliterodectomia etc."

MAUSS (30), no seu célebre *Manual de Etnografia*, aborda a questão das mutilações no capítulo dedicado à estética. Para esse autor, o conjunto das cicatrizes e deformações culturalmente provocadas merece o nome de *tatuagens*, limitando notoriamente a abrangência e diversidade desse traço cultural.

Quanto aos motivos que levam os diferentes povos a provocarem deformações, cortes, cisões, tatuagens, amputações em seus corpos, os autores citados apontam as seguintes razões: ritos de passagem, provas propiciatórias, marcas tribais, símbolos da posição social ou diferenciadores de casta, valorização estética. Embora a bibliografia relativa às mutilações e tatuagens seja relativamente abundante, não encontramos nenhuma referência a este tipo de incisões autodefensivas praticadas pelos travestis brasileiros. Salvo

erro, esta é a primeira abordagem antropológica do fenômeno. HAMBLY (19), ROTH (36), TEIT (42). Para efeito desta análise, utilizaremos o termo *mutilação* no sentido veiculado pelo citado dicionário etnológico, sendo portanto aqui empregado como sinônimo de escoriação, corte, incisão, retalhamento.

3. AUTOMUTILAÇÃO: PADRÃO CULTURAL NACIONAL

Uma primeira constatação a ser feita é que o costume dos travestis de se automutilarem não se restringe à Bahia, tendo sido verificado semelhante comportamento em diversos Estados da Federação: é um verdadeiro traço cultural do estilo de vida dos "travestis de pista" de norte a sul do país.

Em 1976, nove travestis presos na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte, "em protesto por estarem na cadeia, cortaram-se com gilete os braços, pernas e pescoço, um deles com mais de 80 cortes no braço esquerdo" (16). No Rio de Janeiro, em 1978, na 13ª. Delegacia de Polícia, diversos travestis tiveram de ser atendidos no Hospital Rocha Maia por terem cortado o pulso com giletes e grampos de cabelo (23). Em São Paulo, em 1981, em entrevista à *Revista Close*, o travesti Simone contava que "tem muita bicha aqui que se corta toda nos pulsos para não ser presa, para ir para o hospital e sair depois" (35). No Rio Grande do Sul, o travesti Márcia, ao ver sua colega de pista Cíntia ser violentamente espancada por alguns brigadianos, "quando percebeu que ia ser muito maltratada, cortou-se deliberadamente com um caco de garrafa que tinha numa das mãos, o pescoço e um braço. O recurso deu certo. O sangue que começou a verter dos ferimentos fez com que os espancadores temessem pelas conseqüências, parando com as agressões" (27). Segundo o travesti Vera Fischer, de Copacabana, "quase todos os travestis da Galeria Alaska têm o corpo marcado por gilete ou navalha" (45). A mesma informação agora quem presta é o comandante da Coordenadoria de Informações e Operações da Polícia Civil de São Paulo: "A periculosidade dos travestis já é conhecida pela polícia. Carregam giletes escondidas na peruca, dentro das bolsas, e, quando são presos, vão para o xadrez com as lâminas debaixo da língua, para cortar os pulsos e forçar a liberação" (9). A mesma informação era prestada já em 1977 pelo delegado Guido Fonseca, do 4º Distrito Policial de São Paulo: "Grande parte dos travestis leva consigo lâminas de barbear" (14).*

* Além das cicatrizes provocadas nos momentos dramáticos de perseguição policial, seja na rua, seja dentro das dependências dos órgãos de repressão, há ainda três outras modalidades de cicatrizes que alguns poucos travestis têm em seus corpos: as cicatrizes decorrentes de brigas, seja com outros homossexuais, seja com clientes ou terceiros; as cicatrizes de chantagem, decorrentes de cortes praticados em seus próprios corpos para atemorizar clientes maus pagadores; finalmente, em bem menor escala, as cicatrizes de prova de amor, em que o invertido se corta usualmente na frente da pessoa amada, seja para chantageá-la emocionalmente, seja para fazer pacto de amor, encostando os cortes dos dois amantes para a troca de sangue.

4. VIA-CRÚCIS, PRIMEIRA ESTAÇÃO: BLITZ & CAMBURÃO

Através dessas citações, o leitor já tem alguns elementos para visualizar como se concretiza tal prática automutilatória. Vejamos alguns detalhes a mais. Geralmente, os homossexuais que mais recorrem a tais expedientes sangrentos são os "travestis de pista" MOTT (31), aqueles que fazem da prostituição seu ganha-pão. Algumas ocasiões, determinados delegados de certas cidades resolveram, de forma arbitrária e ao arrepio da lei, enquadrar o *trottoir* dos travestis, ora no artigo 214 do Código Penal – "Atentado violento ao pudor", ora no artigo 233 – "Ultraje público ao pudor" (6). Ou então, deixando casuísmos puritanos e a salvaguarda da pudicícia pública de lado, outros delegados aprisionam os "rapazes de peito" sob a alegação de vadiagem, posto que a maior parte deles não possui carteira profissional assinada (11). Verdadeiras blitzes são acionadas para limpar a cidade dessas indesejadas "metamorfoses ambulantes": em 1978, o general Brum Negreiros, secretário de Segurança Pública de São Paulo, determinou "que fosse intensificada a captura dos homossexuais na rua" (6); em 1980, o delegado Paulo Boncristiano, como bom cristão, estabeleceu um plano conjunto de diversas unidades policiais para retirar os travestis da paulicéia desvairada de circulação: que se lhes aplicasse o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais, que se reformasse algum estabelecimento penal para detenção exclusiva de homossexuais, que fossem repatriados para suas cidades de origem aqueles que num prazo de trinta dias continuassem desempregados (12). Nessas razias, muitos homossexuais são detidos com muita violência: em 1976, 25 travestis paulistas são presos numa única noite (8), (17); em 1981, também em São Paulo, 89 de uma só vez; 9 em Belo Horizonte, em dezembro de 1982 (18); 13 de uma só vez no Rio de Janeiro, no mesmo ano (45); 120 em Bogotá, mostrando que, lastimavelmente, não é privilégio do Brasil a repressão policial contra esta categoria de homossexuais (13), (24), (40). Mais de 2.000 detenções de travestis só em São Paulo no ano de 1979 (9). Os motivos alegados pela polícia para desencadear tais perseguições são: reclamações dos moradores das imediações dos locais onde os travestis fazem pista; reclamações de clientes que dizem ter sido roubados ou agredidos pelos "rapazes de peito". Em 1975, quando da visita de uma alta autoridade japonesa à cidade de São Paulo, para evitar provocar má impressão aos ilustres visitantes, preventivamente a polícia limpou o centro paulistano desses indesejados homossexuais, causando protesto de um leitor irritado, que sugeria que não apenas em ocasiões oficiais, mas que para sempre fossem tais andróginos afastados das vias públicas (26). Outros seriam os motivos que impulsionariam os policiais a perseguirem os travestis: "Já que a polícia não consegue refrear os impulsos dos homossexuais existentes nos seus quadros, parte em blitzes desordenadas e intempestivas, buscando reprimir o *trottoir* de travestis e prostitutas, com prisões feitas pela Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador" (22). Hipótese, aliás, que coincide com a famosa afirmação do Dr. WEIMBERG, autor do livro *Society and the healthy homosexual*: "Eu nunca considero um paciente completamente curado até que ele tenha superado seu preconceito contra a homossexualidade" (47). Deixamos aos psicanalistas interpretar em que medida a homofobia sádica dos responsáveis pela segurança pública não esconde um inquestionável componente libidinoso. Voltemos à pista dos travestis.

A prisão, seja individual, seja em grupo, muitas vezes implica em resistência por parte dos "rapazes alegres", resistência que vai da ocultação, da fuga precipitada, ao enfrenta-

mento. O mais comum é fugirem quando vêem ao longe os faróis da viatura policial. Nem todos, porém, conseguem fugir: Lea, baiano do sertão, porém criado na periferia de São Paulo, quando chegou em Salvador, ao sair à noite para fazer pista, pediu a seus colegas que lhe ensinassem um local tranquilo, tolerado pela polícia, pois devido ao consumo prolongado de hormônios femininos (mais de seis anos!), sua resistência estava completamente debilitada, sendo-lhe impossível correr da polícia. Em Porto Alegre – diga-se, *en passant*, que depois do Rio de Janeiro é a cidade brasileira onde a homofobia, seja policial, seja civil, atinge os mais altos índices de violência e crueldade (2) –, quatro “bonecas da noite” apedrejaram a viatura nº 1328 da Polícia Militar quando esta se aproximou da Rua Voluntários da Pátria para detê-las (15). Em Belo Horizonte, nove travestis que moravam na pensão Bonfim, entraram em conflito com as guarnições de quinze viaturas da PM (!), redundando na prisão dos mesmos (18).

Segundo é voz corrente entre os travestis baianos, em Porto Alegre e em Brasília (a capital federal merecendo a fama de ser o local onde os travestis são mais requisitados e melhor remunerados), quando a “alibã”^{*} chega, se o travesti já está com o braço sangrando, os policiais não o prendem. Se tal foi a prática antes, atualmente, aos menos no Sul, isto deixou de ser verdade, pois aqueles mesmos invertidos gaúchos que apedrejaram a viatura policial, “quando pressentiram que seriam presos, os quatro se autolesionaram, cortando levemente os pulsos para que aparecesse sangue. Mesmo assim, houve a detenção dos mesmos, levados para a área da Polícia Civil no xadrez do Opala, queixosos e dizendo-se humilhados” (15).

Talvez, em alguns lugares, e em certas circunstâncias, o recurso da auto-escoriação no momento da detenção funcione, comovendo os policiais mais sensíveis ou atemorizando os mais inseguros, receosos de complicações posteriores com seus superiores ou com os jornalistas policiais. Esta era a opinião de Simone, de São Paulo, em junho de 1981: “Tem muita bicha que se corta toda nos pulsos, para não ser presa, para ir para o hospital e ser solta depois” (35). Este, porém, não foi o caso de Márcia, de Porto Alegre, que mesmo com sangue escorrendo abundantemente no braço, em vez de ser levada ao pronto-socorro, foi mesmo parar na 4ª Delegacia, para somente após exigência do policial oficial do dia ser encaminhada ao hospital, cujo boletim médico “confirmou que a vítima apresentava lesões provocadas por espancamento” (48).

* Faz parte da gíria dos homossexuais de várias partes do Brasil o uso de palavras de inspiração nagô, por exemplo:

alibã = polícia;

mona = mulher e, por analogia, bicha;

adé = viado;

dudu = preto;

ocó = homem;

odara = legal, bonito;

idi = cu;

ocani = rola;

cucibetó = viado;

merê = relação face a face, roçar etc.

Atualmente, tanto pelo depoimento dos próprios travestis, como pelo que reporta a imprensa, as automutilações, mais freqüentemente, ocorrem dentro da própria delegacia. Destarte, os travestis que não debandaram em fuga quando da aproximação do camburão, ou que não conseguiram ocultar-se na calada da noite, são cercados pelos policiais, geralmente com metralhadora em punho, e empurrados violentamente para dentro do camburão – cenas que o leitor pode ver estampadas na primeira página do jornal *Lampião da Esquina*, de julho de 1981, nas famigeradas blitzes capitaneadas por um dos delegados mais homóforos que o Brasil já teve, José Wilson Richetti, titular do 3º Distrito Policial de São Paulo (28).

Somente quem já passou pelo desprazer de uma viagem dentro de um camburão – como já ocorreu com um dos autores deste trabalho, detido por motivos políticos – sabe o quão acabrunhante e desconfortável é tal meio de transporte: a falta de ar, o calor, a escuridão total tornam a viagem uma tortura. E, propositadamente, no caso da detenção de homossexuais, somente após muito circularem pela cidade, dando fortes freadas, que desequilibram e fazem com que os detidos sofram pancadas no corpo, é que os policiais se dirigem à delegacia. Nem sempre, diga-se de passagem, tal périplo termina nas repartições policiais: Márcia e Cíntia, ao serem detidas no centro da capital gaúcha, “foram levadas por cinco brigadianos para um ponto deserto nas imediações da Avenida das Indústrias, no Parque Anchieta, e ali submetidas a severo espancamento... para aprenderem a respeitar quem veste farda...” (48).

5. NA DELEGACIA

Alguns travestis têm a ventura de ser conduzidos para a delegacia, variando também aí o seu destino: em Salvador, são da alçada da Delegacia de Jogos e Costumes (sita à Rua do Bispo); nas outras cidades, ou vão para a delegacia especializada em vadiagem, ou para os postos policiais do centro da cidade: na 5ª e 3ª no Rio; na 4ª, em Porto Alegre; na 9ª, em Recife; no DEIC, na 3ª ou na 36ª, em São Paulo; na Furtos e Roubos, em Belo Horizonte.

Na delegacia os travestis são fichados, seus nomes registrados no livro de ocorrências e, dependendo do humor do oficial do dia, soltos ou enjaulados. Em Salvador, por inspiração do vetusto mentor intelectual da repressão aos homossexuais, professor Clóvis Bonfim, quando o infeliz prostituto chega na Jogos e Costumes pela primeira vez, deve ser fichado. Para tanto, desde 1977 o escrivão de plantão preenche uma ficha impressa originariamente, destinada ao registro de prostitutas. As questões precipuamente femininas – como o número de partos, o uso de anticoncepcionais etc. – são omitidas no caso dos informantes andróginos.

Fichados, os travestis são obrigados a se despir, permanecendo apenas de tanga ou calcinha. Os que têm peitos desenvolvidos, à custa de hormônios ou silicone, ficam com os seios à mostra. Eis o depoimento de Michele, baiano, 22 anos: “Estava fazendo pista, perto do Clube Português, na Pituba, domingo à noite. Levaram-me no camburão para a Jogos e Costumes. Um policial exigiu que eu tirasse a roupa. Não aceitei, e aí recebi diversos socos e pontapés do policial de plantão. Só não apanhei mais devido à interferência de dois outros agentes” (44). O jornalista que o ouviu confirmou *ex-visu* que Michele apresentava diversos ferimentos nos braços e na cabeça.

É neste momento, quando vão ser metidos no xilindró, que muitas vezes ocorre a sangria: num momento de descuido dos policiais, em frente à mesa do delegado ou do escrivão, a bicha, fingindo arrumar o cabelo ou simulando uma dor de cabeça súbita, tira do cabelo ou da peruca uma lâmina escondida e se corta, esparramando sangue muitas vezes de propósito por sobre a roupa dos policiais ou sobre os papéis da delegacia. Alguns são soltos; outros, mesmo sangrando, são empurrados para a cela. Alguns mais ousados tentam cortar o rosto ou outras partes do corpo do delegado ou dos policiais circundantes. "Se eu sou capaz de fazer isso no meu corpo, avalie o que não faria na cara do delegado" foi o que nos disse Valquíria, residente no Maciel, em Salvador.

A cela onde são trancafiados os travestis (e os demais prisioneiros da Delegacia de Jogos e Costumes) é um capítulo à parte nessa via-crúcis. O jornalista Hamilton Vieira, autor de excelente artigo intitulado "O universo marginal do travesti", assim descreve esse local: "pequeno cubículo fétido, repleto de percevejos e muriçocas, com um buraco no chão que serve de sanitário, de onde exala um mau cheiro insuportável" (34). Essa cela não tem janela, nem luz, nem camas; o chão de cimento é esburacado; pedaços de papelão imundos servem de leito para os detidos.

Seminus, os "rapazes de peito" são trancafiados seja com outros marginais, seja em outras delegacias, na cela das mulheres. Algumas vezes, quando são muitos os detidos costuma acontecer alguma desordem na própria polícia. Em 1976, vinte e cinco travestis cariocas atearam fogo no assoalho do xadrez da 4ª DP, causando intoxicação em alguns: foram indiciados em inquérito (8). Segundo declarações do delegado chefe do DEIC/SP, a polícia não mais recolhia os travestis na carceragem central, para não ter problemas do tipo escândalo e tentativas de suicídio (10). Não foi sem razão que o legista francês do final do século XIX (citado no início deste trabalho) declarou, atônito: "A indelicadeza faz parte dos hábitos de todos os prostitutas..." LEGLUDIC (29).

Em Salvador, o delegado Antônio Mattos informava, em 1980, que essas detenções nunca ultrapassavam 24 horas. O depoimento dos próprios travestis e nossa constatação pessoal desmentem a autoridade policial (os livros e fichas de registro de entrada e saída dos detidos provam que a polícia mentiu): "Quando somos presos, ficamos de 5 a 6 dias na cela da Jogos e Costumes, em companhia de ladrões" (4). Em julho de 1981, o invertido Wamburga, simplesmente por ser ex-amante de um suspeito de assassinato, ficou detido por 13 dias (!), por ordem do titular da 1ª Delegacia de Salvador, o Dr. Vitória Régia, somente sendo solto após a intervenção do Grupo Gay da Bahia, que conseguiu junto à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, um *habeas-corpus* para ele. Duas ilegalidades, portanto, nesta detenção: enquadramento indevido do travesti nos artigos 214 e 233 do Código Penal e sua prisão por mais de 24 horas para "averiguação".

Algumas vezes, as coisas na delegacia baiana se passam de maneira mais simples e rápida: os policiais de plantão entregam aos homossexuais vassoura, escovão, balde e pano de chão (e sabão *homo*, é claro...), obrigando as bichas a realizarem faxina completa nas dependências da delegacia. Quando tudo está limpo e brilhando, devolvem-lhes a liberdade. Vários travestis denunciaram tal arbitrariedade policial, inclusive ao próprio titular da 10ª Vara do Fórum Rui Barbosa: denunciaram que são obrigados, constantemente, a fazer faxina não apenas na Delegacia de Jogos e Costumes, como também nas dependências da Dele-

gacia de Economia Popular, cujos policiais "vão sempre, pela manhã, à casa 31 da rua Alfredo Brito, no Pelourinho, e, sob qualquer pretexto, conduzem os travestis para a delegacia, obrigando-os a realizar a limpeza da unidade" (4). Em maio de 1981, o travesti Vanessa, menor de idade, procurou o GGB* para denunciar que tinha sido preso ao atravessar a Praça da Sé, em plena luz do dia, e levado à força no camburão para a Rua do Bispo, só sendo liberado após ter lavado a viatura da delegacia. Como se vê, não é apenas na Sibéria e em Cuba que os homófilos são obrigados a trabalhos forçados. Tal situação arbitrária e violenta chegou a ocupar as páginas inclusive de revistas de circulação nacional *Visão*, 19 de maio de 1980: publicaram a grita dos travestis baianos contra a polícia, que os obriga a fazer faxina na delegacia; que os detêm por mais de uma semana, sem culpa nem processo; que sofrem espancamentos pelos soldados: Márcia exibia, na ocasião, marcas de pancadas dadas por um policial em seu rosto andrógino.

6. DE VOLTA À CELA

Voltemos à cela infecta, escura, abafada e mal cheirosa onde estão presos um ou mais travestis seminus. Se não se cortaram quando da chegada do camburão, nem quando do preenchimento da ficha, nem no momento em que são enjaulados, muitas vezes é na cela que ocorre a sangria. Como se sabe, boa parte dos travestis de pista, além de muita bebida, consomem algum tipo de tóxico – maconha, em sua maioria, seguida por "bolinhas" ou "picos". O já citado professor Clóvis, da Jogos e Costumes de Salvador, dizia: "O tóxico é o principal responsável pelos cortes no corpo dos travestis. Exaltados pelo uso constante do Alfacan, maconha e outros psicotrópicos, eles se cortam" (34). Quando são presos, muitas vezes após longa correria, "o sangue quente e a cabeça rodando" ajudam-os a ter coragem para retalhar seus braços e demais partes do corpo. No calor da hora, o macho adormecido que todos carregam desperta e toma giletada! Dizem que nem sentem a dor dos cortes. Passado o efeito das drogas e do álcool, com fome e sede, sofrendo com o desconforto e imundície da cela, certamente angustiados com a preocupação de como pagar a diária de seus quatinhos, cuja féria, presos, deixaram de ganhar – aí, então, uma forte depressão deve se abater sobre esses infelizes efeminados. Qual o canto do cisne, de repente, os policiais ouvem gritos dilacerantes vindos da cela: o travesti ensangüentado tentou o suicídio! Ao menos duas vezes, em 1982, os jornais baianos noticiaram tais ocorrências: "Homossexuais tentam suicídio na Delegacia de Jogos e Costumes"; "Travesti tenta suicídio e é espancado na Delegacia de Jogos e Costumes" (39). Segundo um jornalista anônimo de *A Tarde* (que no Brasil tem o privilégio de ser o mais homófobo periódico diário – homofobia denunciada, aliás, inclusive pela imprensa nos Estados Unidos e Alemanha**) – a culpa de tais sinistros é a displicência da polícia: "A falta de atenção por parte da Dele-

* Grupo Gay da Bahia.

** "The Group Gay of Bahia, during August 1982 protested against the Bahian newspaper creating a public issue of journalistic homophobia and collected more than 1000 signatures on a petition condemning 'A TARDE', Brazil's most anti-gay press. Quarterly of International Association of Black and White Men together S. Francisco, nº 16, Winter 1982; cf. também Info-Algemeine Homosexuale. A. (Berlin), 1982:5.

gacia de Jogos e Costumes em não revistar as pessoas detidas por pouco não resultou em duplo suicídio. É que os travestis Gina e Júlia, após serem detidos pela prática do *trottoir* e mandados para o xadrez daquela especializada, tentaram o suicídio, cortando os pulsos com uma lâmina de barbear” (37).

Este é o momento de tratarmos dos instrumentos utilizados pelos travestis para se autolesionarem. Giletes e lâminas de barbear são os mais correntes, conforme depoimentos já transcritos neste trabalho, guardadas dentro da bolsa, no sapato ou nas pregas das roupas, na cabeleira ou dentro da boca (debaixo da língua ou no céu da boca). Alguns desses andróginos são tão peritos em ocultar lâminas dentro da boca que chegam a comer, beber e conversar normalmente, sem que se lhes note nenhum corpo estranho na boca. Além da gilete, grampos e fivelas de cabelo também são muito usados para eles se cortarem, seguidos de cacos de vidro (de perfume) e espelhos, que geralmente carregam na bolsa e que, numa precisão, quebram e se cortam com os cacos. Na cela da delegacia, se o travesti foi enjaulado após rigorosa revista e retirada de todos os eventuais instrumentos cortantes – incluindo ainda os brincos e argolas –, se não conservou escondida a gilete na boca, resta para alguns um último recurso para se cortarem: as chapas e aparelhos dentários.

O quadro é por demais triste e revoltante: os braços ensangüentados para fora das grandes celas, ou caído desmaiado no chão infecto, o travesti ou os travestis seminus, exibem, aos gritos e choros, suas carnes retalhadas. (A mãe de Paloma, de Recife, quando viu as cicatrizes no braço do filho, teve um acesso de choro, implorando-lhe que nunca mais se cortasse. Se a tivesse visto ensangüentada no chão da delegacia, talvez sua reação tivesse sido mais forte, tão revoltante é esta cena!)

Depois de 3, 5, 13 dias (!) “mofando” na cadeia, ensangüentadas, as “mariposas da noite” são encaminhadas ao pronto-socorro para o conserto. O número de cortes e seus locais variam. A maior parte dos prostitutas corta-se na parte interna do braço esquerdo, por ser o local mais visível e ao alcance da mão direita, o colo, as pernas, o braço direito são também locais onde podemos observar essas cicatrizes. A extensão e a freqüência dos cortes também variam: geralmente preferem repetir diversos talhos de 5 a 10 centímetros, em vez de grandes retalhamentos. Se praticados com lâminas ou cacos de vidro, são mais profundos; *se com grampos ou aparelhos dentários, resultam* mais superficiais. Alguns invertidos mais fortes provocam enormes e profundos cortes por toda a extensão do antebraço, ostentando cicatrizes que chegam a precisar de mais de 30 pontos de sutura.

Quanto ao número dos cortes, num pequeno levantamento aleatório realizado no Pelourinho, na famosa pensão nº 31, obtivemos as seguintes freqüências:

Número das cicatrizes dos travestis da Bahia:

Ximena	5
Mirinha	8
Paloma	27
Gabriela	28
Vânia	30
Índia	35
Andréia	50

Várias cicatrizes de época diversas se entrecruzam, fazendo do braço dessas pobres criaturas verdadeiros quebra-cabeças cuja solução contém ingredientes os mais díspares: erotismo, violência, chantagem, desespero, dor. Em Belo Horizonte, em 1976, os nove travestis presos na Delegacia de Roubos e Furtos "manifestaram seu protesto cortando-se com giletes os braços, pernas e pescoço, um deles com mais de 80 cortes no braço esquerdo". Termina a nota: "Foram postos em liberdade para se tratarem livremente" (16).

Assim sendo, da delegacia alguns vão para o pronto-socorro para sutura, ou por conta própria, ou levados pelos policiais. Foi o que aconteceu com Michele, em Salvador: "Como estava sangrando muito, depois de ser espancada a socos e pontapés pelos policiais, fui levada para o Hospital Getúlio Vargas, onde recebi oito pontos em cada um dos pulsos. No pronto-socorro eu fui maltratada pelos médicos. Eles não queriam me atender e ficaram com aquele ar de humilhação. Só fui atendida porque uma médica pediatra, Dra. Lourdes, resolveu com muita educação cuidar dos meus ferimentos" (44).

Após os curativos, dependendo do humor sádico dos policiais ou da determinação do delegado de plantão, alguns recuperam a liberdade, outros voltam para a prisão. Há depoimentos estarrecedores desses homossexuais que, revoltando-se contra a arbitrariedade e maldade das autoridades policiais, mal são trancafiados de novo, abrem os pontos, com as próprias unhas ou com algum instrumento cortante, retalhando novamente as mesmas feridas recém-pensadas. Vânia, um pobre travesti de 27 anos, paraibano assassinado a facadas em sua terra natal no ano passado, quando o conhecemos no Pelourinho, semi-inválido em sua cama imunda, apresentava os braços, mãos e pernas tão inchados e vermelhos como se estivesse em avançado estado de infecção por elefantíase: um quadro horripilante, que deixou os membros do Grupo Gay da Bahia na maior angústia. Soubemos que, dias após nossa visita, esta pobre criatura (que tinha o colegial completo!) havia sido enjaulada, e, no desespero, só foi liberada após meter as longas unhas em suas feridas pútridas, arancando sangue e pus. Este é o trágico *habeas-corpus* desta desvairada minoria homossexual que não encontra outro recurso para se livrar da prepotência machista dos lacaios do poder senão dilacerando seu corpo andrógino, estragando e magoando a única mercadoria que têm para vender na feira do sexo de nossa sociedade ocidental-cristã.

Muitas são as chagas desses invertidos e, apesar de profundas e extensas, são tratadas por eles próprios, com mezinhas, mertiolate e pó secante. Tivemos oportunidade de observar diversas dessas feridas, ultra-infeccionadas, que só não evoluíram para mais graves estados infecciosos (tétano, gangrena) "por proteção do Santo Onofre e Santa Maria Madalena, protetora das bichas e putas", segundo informa Martinha, uma das poucas bonecas do Maciel que não ostentava cicatrizes. Muitos travestis envergonham-se depois, de carregar as provas de sua prisão e desespero, procurando esconder o quanto podem suas horríveis cicatrizes (as feitas com gilete é que ficam mais notórias e ostensivas): em 1981, Carlete informava-nos que no Rio de Janeiro havia clínicas que faziam raspagem dos cortes, cobrando Cz\$ 10.000,00 pela plástica (sic). Não temos notícia de nenhum travesti que tivesse se submetido a tal cirurgia. Como as tatuagens, esses homossexuais carregarão para sempre a prova indelével de seus "antecedentes criminais".

7. À GUIA DE CONCLUSÃO

*"Eles ficam noites e noites rondando de camburão, gastando gasolina, e depois reclamam que a gasosa está cara. Porque eles não vão correr atrás de bandido, assaltante? Que país é este? A polícia, quando apanha dinheiro da gente, não quer mixaria, querem é tudo. Quando as bichas não dão, aí eles forjam flagrante de maconha ou levam para o Corcovado, amarram uma na outra e fodem a gente. Tem mais é que legalizar a putaria para acabar com essa sacanagem. Já que eles gostam tanto de dinheiro, vamos dar pro governo e não prá eles!" (Gisele, Rio de Janeiro, in *Lampião*, jan., 1981)*

Não há exagero no quadro que acabamos de reproduzir: os jornalistas, os militantes do Grupo Gay da Bahia, os vizinhos do Pelourinho, as fotos nas revistas, tudo e todos atestam a veracidade dessa denúncia. Os 80 cortes no braço do travesti mineiro existem de verdade; os dois pulsos cortados de vários deles, idem; a ameaça de "cortar a rola e jogar na cara do delegado"*; idem; a tentativa de botar fogo no cabelo, o camburão lotado de gado humano, as coronhadas na cabeça, os pontapés, o mau atendimento hospitalar, as doenças venéreas e infecções, a fome – tudo isto não é ficção, apesar de parecer tão cruel e desumano; é o cardápio diário de milhares de homossexuais brasileiros que perseguem maluca fantasia: ser *doublé* de prostituta na boca do lixo. Faltam ainda alguns ingredientes neste inferno homo-erótico: travestis que são perseguidos por cães pastores alemães em pleno centro de São Paulo (25); travestis assaltados e roubados (38), (43); travestis atingidos por tiros de sal, obra de maníaco homófobo (20), (28); travestis baleados por motoristas gaúchos, paranaenses (5), e pela polícia**, travestis levados para a Febem, como aconteceu com Tatiana, 17 anos, que revelou ter sido levada para a UI-3 do Juizado de Menores, "onde cortaram meu cabelo e me deram hormônios masculinos para eu virar homem", sendo inclusive assediados sexualmente por funcionários da própria unidade (28).

Eles são uns 50 em Salvador, mais de 8.000 em São Paulo (12), talvez por volta de 100.000 em todo o Brasil. "Perseguidos entre os perseguidos, os travestis tornaram-se cada vez mais violentos", diz o jornalista Ricardo Kotscho, em interessante matéria publicada no *Jornal da República* em 20 de dezembro de 1979. Sofrendo tantas arbitrariedades e discriminações no submundo da marginalidade, não é de estranhar que tais homossexuais se enveredem pelo caminho da violência e da criminalidade. Roubos, extorsões, "babados e retetês", na gíria deles, são constantemente atribuídos pela imprensa a tal população saltitante.

Faltaria objetividade a esta etnografia se omitíssemos este outro lado da moeda: o travesti enquanto autor de contravenções, chantagens, assaltos, latrocínios, assassinatos etc.: tudo isso também é praticado por alguns dos "rapazes de peito". Segundo o coordenador de Informações e Operações da Polícia Civil de São Paulo, "90% das pessoas que

* Depoimento de Vânia, Pelourinho, março de 1981.

** Referimo-nos ao travesti Pérola Negra (ex-caso de Luiz Melodia, ao qual dedica uma de suas composições) e que foi assassinado por um policial nos fins de 1980. Cf. *Lampião*, nº 32, jan. de 1981, p. 6.

saem com travestis são assassinadas ou ameaçadas de morte" (9); evidentemente, trata-se de uma estimativa mentirosa, pois se existem mais de 8.000 "travestis" em São Paulo, diariamente seriam registradas milhares de ocorrências de assassinatos e ameaças de morte, cujos autores seriam as Rogérias e Genis da vida – e quando muito os jornais noticiam tais sinistros uma ou duas vezes por mês, geralmente extorsões ou roubos. Assassinatos de homossexuais, sim, a imprensa registra em média três por mês, nos últimos anos.*

Por mais solidários que sejamos com esta minoria homossexual, não podemos deixar de lastimar que sua opção(?) existencial de vivência andrógina (ou transexual, para alguns poucos que conseguiram submeter-se à operação crucial no Marrocos ou alhures) implique, na maioria dos casos, uma convivência e envolvimento com o submundo do crime, cujas conseqüências, infelizmente, são a violência, o latrocínio, a necessidade de recorrer à gilete na carne. Numa sociedade machista e violenta como a nossa, ser travesti de pista, infelizmente, é estilo de vida que os autores deste trabalho não desejam a nenhum homossexual, pois na maioria dos casos, "fazer vida" não representou livre opção da realização de uma fantasia homo-erótica e existencial, mas a única saída no concorrido mercado de trabalho ditado pela divisão sexual dos gêneros. O leitor se arriscaria a empregar um travesti em sua casa ou empresa?

Que esta etnografia sirva como denúncia de uma situação de exploração e injustiça social à qual estão condenados milhares de brasileiros, seguramente uma das minorias mais perseguidas da sociedade humana: expulsos de casa para não poluir a família, confinados em infectos pardieiros nos guetos do meretrício (em muitas zonas, os travestis são empregados, manicures e pedicuros das prostitutas), alvo predileto da violência e arbitrariedade policial, proibido de aparecer na TV (7); espancados, roubados, violentados por seus clientes (em sua grande parte, bissexuais da classe média e de meia idade que, na divisão dos papéis sexuais, buscam no "rapaz de peito" o que lhe restou da masculinidade camuflada), expulsos da França como se fossem portadores da peste etc. Fica a denúncia e a esperança de que, num futuro não muito distante, a opção pela expressão sexual andrógina não mais implique tanta miséria, dor e morte. Que se cumpra o augúrio de Patrícia, o mais robusto travesti das pistas da Bahia: "Braço de bicha devia estar era cheio de jóias e não de cicatrizes." Que cessem as arbitrariedades policiais contra o travestismo, pois a detenção dos "rapazes de peito" sob a alegação da imoralidade não passa de um resquício rançoso, intolerável e intolerante das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, que determinava no § 939: "O homem que se vestir de mulher pagará 100 cruzados e será degredado para fora do Arcebispado da Bahia, arbitrariamente, conforme o escândalo que der e os efeitos que resultarem" (3). Que moral é esta intolerante com travestis noturnos e que os aplaude freneticamente, de seios siliconizados à mostra, no topo dos trios elétricos no carnaval baiano?

Além de denunciarmos as violências e arbitrariedades de que são alvo os travestis, nossa esperança é que, do mesmo modo como outras categorias de homossexuais já se

* No Boletim do Grupo Gay da Bahia, do número 1 ao 5 encontra-se uma lista com 72 nomes de homossexuais cuja morte foi noticiada na imprensa, vítimas de crimes violentos, muitos deles latrocínios.

organizaram, inclusive no Brasil, também os “rapazes de peito” passem da ação espontânea e individual e de resistência à prepotência, para a luta organizada, pela defesa de seus direitos. Aqui e acolá notamos lampejos desta “consciência de classe” que começam a se cristalizar. Em maio de 1980, treze travestis baianos dirigiram-se vestidos a caráter ao vestuário Fórum Rui Barbosa, a fim de pedir *habeas-corpus* preventivo contra a violência policial (4), (46). Em São Paulo, em 1981, após as violentas blitzes capitaneadas pelo Delegado Ricchetti, dezenas de travestis participaram de uma passeata organizada pelos militantes do movimento homossexual paulistano, junto com as feministas, prostitutas e representantes do Movimento Negro Unificado, cuja palavra de ordem, gritada por mais de mil pessoas, era: “Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão!” OKITA (32). A última notícia referente à organização dos travestis brasileiros vem de Mato Grosso, em janeiro de 1983: “Os travestis de Cuiabá deverão sair em passeata hoje, pelas ruas da cidade, em protesto contra a discriminação e os atos de violência que vêm sendo praticados contra eles. O objetivo da manifestação, segundo explicou Maristela, o organizador do movimento, é o de sensibilizar a população e chamar a atenção para o clima de insegurança que estão vivendo os travestis, em virtude do esfaqueamento do travesti Sabina, de Várzea Grande. Maristela disse que aumenta assustadoramente o número de atos de violência contra os homossexuais e, na maioria dos casos, os autores nunca são presos e nem punidos na forma da lei. O culpado é sempre o travesti, pois somos uma classe marginalizada. Queremos garantir nosso direito de andar livremente pelas ruas, pois somos cidadãos comuns, pagamos imposto” (41). Que este seja o prenúncio da mobilização organizada desta categoria, cujos congêneres norte-americanos, desde os inícios da década de 70, sistematizaram em sete pontos suas reivindicações básicas, que *mutatis mutandis*, parecem-nos ser válidas também para o nosso contexto tupiniquim. Concluímos este trabalho enumerando as sete reivindicações de três grupos de travestis norte-americanos:

1. Abolição de todas as leis e restrições ao uso de roupas e adornos do sexo oposto.
2. Fim da exploração e discriminação dentro do universo gay.
3. Fim das práticas de exploração por parte dos médicos e psiquiatras; que o tratamento hormonal e as cirurgias transexuais sejam gratuitas e administradas pelo Estado.
4. Que sejam criados centros de assistência aos transexuais nas cidades com mais de um milhão de habitantes, dirigidos por transexuais já operados.
5. Que se concedam aos travestis e transexuais plenos e iguais direitos em todos os níveis da sociedade e voz ativa na luta pela liberação de todos os oprimidos.
6. Que os travestis pertencentes ao gênero anatômico oposto possam obter plena identidade como membros do gênero que escolheram, o mesmo ocorrendo com os transexuais.
7. Libertação imediata de todas as pessoas confinadas nas prisões ou hospitais mentais por serem travestis ou transexuais (1).

Concluímos fazendo nossas as palavras do já citado jornalista Kotscho:

"Muito cuidado: os travestis andam armados. E não brincam em serviço. Não foi o próprio secretário da Segurança Pública que recomendou que as pessoas se armassem para os casos de legítima defesa? E quem mais que os travestis, sempre agredidos gratuitamente, sem opções profissionais, sem gigolôs, perseguidos pela polícia, precisam cuidar de sua legítima defesa?" (25).

MOTT, L. e ASSUNÇÃO, A. H. F. Cut Flesh: An Ethnography of self-inflicted wounds by transvestites in Bahia. *Temas Imesc, Soc. Dir. Saúde, São Paulo*, 4(1): 41-56, 1987.

ABSTRACT: *This is an article based on observation, interviews and newspaper reports about transvestites prostitutes showing and interpreting a cultural pattern to be found all over Brazil: self inflicted wounds on arms, neck and other parts of the body with the intent to frighten clients and obtain release from the police (an effective habeas corpus). There is also an exposure of the violence and oppression inflicted upon one of the most ignored and stigmatized minorities in Brazilian society: the very poor transvestites who live off prostitution.*

KEY WORDS: *transvestism, transvestite, prostitutes, self inflicted mutilation, police violence, police station, discrimination, Salvador, Brazil.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) ALTMAN, D. *Homosexual: oppression and liberation*. New York: Discus Book, 1973. p. 146-148.
- (2) BOLETIM do Grupo Gay da Bahia, Salvador, (5) dez. 1982.
- (3) CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispo da Bahia. São Paulo: 02 dez. 1853.
- (4) *Correio da Bahia*, Salvador, 06 mai. 1980.
- (5) *O Dia*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1982.
- (6) ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1978. v.8 c 75.
- (7) *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 jan. 1971.
- (8) *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 dez. 1976.
- (9) *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 mar. 1980.
- (10) *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 mar. 1980.
- (11) *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 mar. 1980.
- (12) *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 abr. 1981.
- (13) *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 dez. 1982.
- (14) *Folha da Tarde*, São Paulo, 2 fev. 1977.
- (15) *Folha da Tarde*, São Paulo, 31 jul. 1982.

- (16) *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1976.
- (17) *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1981.
- (18) *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1982.
- (19) HAMBLY, W. D. *The history of tattooing and its significance*. London: s.c.p., 1925.
- (20) *Isto É*, São Paulo, 3 dez. 1980.
- (21) *Jornal da Bahia*, Salvador, 7 fev. 1981.
- (22) *Jornal da Bahia*, Salvador, 22 nov. 1981.
- (23) *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 nov. 1978.
- (24) *Jornal El Mundo*, 27 nov. 1982.
- (25) *Jornal da República*, São Paulo, 20 dez. 1979.
- (26) *Jornal da Tarde*, São Paulo, 26 set. 1975.
- (27) *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 17 dez. 1982.
- (28) *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, nº especial, jan. 1981.
- (29) LEGLUDIC, H. *Notes et observation de médecine légale*. Paris: Masson, 1896.
- (30) MAUSS, M. *Manuel d'Ethnographia*. Paris: PUF, 1973. p. 99.
- (31) MOTT, L. R. B. Dez viados em questão: tipologia dos homossexuais na cidade de Salvador. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 13ª., São Paulo: USP, 1982. 20p.
- (32) OKITA, H. *Homossexualismo: da opressão à libertação*. São Paulo: Proposta Editorial/Convergência Socialista, 1981.
- (33) PANOFF, M. & PERRIN, M. *Dictionnaire de l'Ethnologie*. Paris: PUF, 1973.
- (34) PRÁTICA Jornalística. Departamento de Comunicações da UFBa, Salvador, (1) jul. 1981.
- (35) *Revista Close*, (6) jun. 1981.
- (36) ROTH, L. Tattoo in the Society Islands. *Journal of the Anthropological Institute*, **35**, 1905.
- (37) *A Tarde*, Salvador, s.d.
- (38) *A Tarde*, Salvador, 6 fev. 1982.
- (39) *A Tarde*, Salvador, 8 abr. 1982.
- (40) *A Tarde*, Salvador, 1 dez. 1982.
- (41) *A Tarde*, Salvador, 23 jan. 1983.
- (42) TEIT, J. A. Tattooing and face and body painting of the Thompson Indians of British Columbia. In *Bureau of American Ethnology*, 45th. Washington: 1930.

- (43) *Tribuna da Bahia*, Salvador, 13 fev. 1982.
- (44) *Tribuna da Bahia*, Salvador, 20 jul. 1982.
- (45) *Última Hora*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1982.
- (46) *Visão*, São Paulo, 19 mai. 1980.
- (47) WEIMBERG, G. *Society and the healthy homosexual*. New York: Anchor Books, 1973.
- (48) *Zero Hora*, Porto Alegre, 17 dez. 1982.

Vicissitudes do Michê

Néstor PERLONGHER*

RESUMO: Este artigo aborda alguns dos problemas levantados em minha dissertação de mestrado em Antropologia Social – “O Negócio do michê. Prostituição viril em São Paulo” –, publicada este ano pela Brasileira. Pretende-se aqui explorar as vicissitudes de certo impulso de fuga que estaria na base da trajetória existencial dos prostitutos e, num sentido geral, de toda a rede de circulações homossexuais. A questão aqui colocada é como esses impulsos de fuga podem ser neutralizados e recapturados pela ordem social.

UNITERMOS: prostituição, homossexualidade, desejo, desterritorialização, reterritorialização.

Certa pulsão nômade abre passagem pelos interstícios da cidade sedentária. Esses impulsos não costumam se manifestar abertamente à luz do dia. É preciso buscá-los não na centralidade resplandescente do molar, mas nos brilhos opacos das margens, nos devaneios através da noite, onde instauram, sempre precariamente, o encanto de seu mistério, aduare transparentes que conseguem se manter quase que em segredo. Uma semiclandestinidadade de luzes negras parece ser a marca dessas irrupções flutuantes nas anfractuosidades da cidade em sombras. No entanto, essa multiplicidade de microscópicos pontos de fuga parece não se decidir a desencadear completamente a vasta subversão com que ameaça. Sempre em fuga, os nômades urbanos pareceriam acender, mais do que uma fogueira devastadora, uma sucessão de “pálidos fogos”, sinais apenas reconhecíveis de uma diferença que, embora radical, simulasse se resolver em fátuos rescaldos melancólicos.

Alguns desses circuitos operam, na verdade, dispositivos que estão como contidos, submersos, nos trânsitos e circulações mais molares. Tratar-se-ia, melhor, de certos funcionamentos que, ainda que encadeados a máquinas mais genéricas e globalizantes, não deixassem de manter a respeito do corpo social normalizado uma piscadela de inquietante estranheza, de relativa exterioridade. Caberia então remitar a pergunta antes insinuada – como, por que são recuperadas essas tentativas de fuga – a um terreno mais vasto, que ultrapassa os apagados simulacros desses bandos nômades. Deslocamento que envolve uma inversão do foco, uma alteração da perspectiva: analisar os funcionamentos sociais não do ponto de vista da norma e seus desvios, da estrutura e seus lugares, mas da perspectiva da fuga, da desterritorialização, segundo a máxima deleuzeana: numa sociedade tudo foge. Linhas de fuga que se camuflam e se imbricam, se misturam e se confundem, se dissipam e se revertem. Funcionamento molecular do intensivo por baixo, ou na base, das correntes que outorgam à sociedade sua ilusão de solidez e de continuidade.

* Sociólogo. Mestre em Antropologia Social pela UNICAMP.

Mil pequenas territorialidades exóticas, excêntricas, ilhas flutuantes no oceano (macromar) da lei e da ordem. Essas territorialidades perversas não são, por definição, fixas; elas se deslocam tanto no plano espacial quanto no percurso histórico. Microscópicas, elas reclamam ser pensadas na sua singularidade, às vezes insular, o que não quer dizer na sua identidade. Se se suspeitar que elas indiciam certo funcionamento dissidente ou que, ao menos, estão em permanente negociação com a lei, não corresponderá tomá-las com referência à ordem, cuja lógica esquivam, mas com relação aos códigos frouxos que instituem. Em certo momento, a suposta insularidade haverá de se revelar conectada com uma rede de pontos, de pontes, de encontros, onde os marginais urdem suas conspirações sombrias.

A prática social (ou, melhor, microsocial) da prostituição viril aparece como resultante de um desses encontros: massas de adolescentes desterritorializados pela miséria, minoritarizados pela idade, massas de homossexuais pescando no esgoto das margens a água-viva do gozo. Nesse agenciamento, uma diversidade de dispositivos sociais entra em ação. O desejo, veiculado e ao mesmo tempo reconvertido pelo dinheiro, agencia uma espécie de reverso das grandes oposições binárias que atravessam e segmentam o corpo social: oposições de classe (rico/pobre), de idade (jovem/velho), de gênero (macho/bicha), intensificando as diferenças na produção de um gozo.

Que é o negócio do michê? Como e onde funciona? Uma visão entre impressionista e surrealista se filtra neste verso (escrito por um protagonista do "submundo"): "... pelos corpos em fila uma náusea imprecisa..." Muitos de nós passamos junto deles, sem necessariamente perceber o tipo de transação que, nessa circulação dos corpos na noite, se agencia. Primeiro se vêem corpos, corpos provocativamente másculos; um blue jeans surrado cinge a escultura dessa teatralidade da macheza. Tecidos rústicos, antes opacos que brilhosos, que se aderem, viscosamente, a uma protuberância que destacam. Há nesses corpos sobreexpostos toda uma encenação da rigidez, dos vários sentidos da dureza. Sua beleza, nos pesados circuitos da baixa prostituição, deriva, mais do que do atletismo, do trabalho, do esforço, da penúria. É a macheza das classes baixas a que é oferecida em venda (macheza que seria, segundo Bourdieu, constitutiva da oposição clássica burgueses/proletários, estes últimos identificando a feminilidade com a submissão). Esses corpos em fila têm (náusea imprecisa) o fascínio da sordidez, guardam no seu sorriso áspero e cínico a promessa de uma aventura cuja intensidade consiga desafiar, para acender-se mais ainda, todos os riscos.

Para além do impressionismo, cabe inscrever esse espetáculo na intersecção de uma multiplicidade de coordenadas sociais. Os pontos de michê são como nós numa rede de fluxos. Em primeiro lugar, a microterritorialidade do ponto faz parte de uma outra territorialidade mais ampla e difusa. A dimensão desse território se verifica no próprio espaço urbano – tomando a cidade não apenas da perspectiva das construções e corredores que a erigem, mas das circulações que a percorrem. No plano empírico, os pontos de michê do centro da cidade de São Paulo se situam, por assim dizer, nos cantos do que alguns dos seus frequentadores denominam "o gueto gay". Constata-se de imediato o impróprio dessa denominação: enquanto os guetos gays norte-americanos configuram verdadeiros bairros residenciais, com seu comércio e instituições próprias, no caso paulistano trata-se de áreas de circulação e encontro com fins erótico-sociais, e não de moradia fixa. Se "gueto" evoca algum

nacionalismo étnico, "Boca" (de Lixo e de Luxo) se associa a um foco de emissão de fluxos, que se estende a outras transações marginais (Boca de Ouro, Boca de Fumo etc.). Essa inserção do circuito homossexual do centro paulistano nos corredores das Bocas exprime, por sinal, certa relação de contigüidade entre as marginálias sexuais (que atentam contra a ordem da reprodução sexual), e econômicas (que atentam contra a ordem da produção social), laço entre homossexualidade e marginalidade que se mantém vivo, a despeito dos reclamos de dignidade dos gays mais modernizados.

De outra parte, o michê opera como uma espécie de ponte entre essas marginalidades, dada sua ancoragem no lumpesinato e sua relação privilegiada com a malandragem – relacionamento que não se limita ao teórico, mas se denota nas solidariedades práticas que se estabelecem entre as várias marginálias do pedaço atrás das grades das celas, onde todos eles acabam, uma vez ou outra, reclusos, num *maximum* de sedentarização compulsiva com que a maquinaria policial pune seus excessos nômades. Na intimidade das prisões, malandro protege michê (que, dizem eles, "está na batalha"), e travesti protege bicha.

Vão já se delineando os personagens dessa rede de trânsitos. É preciso evitar a tentação de pensá-los enquanto "identidades*", para vê-los como pontos de engrossamento ou calcificação das redes de fluxos (das trajetórias e devires da margem). As nomenclaturas se inscrevem na trama dos corpos – que nunca estão totalmente onde elas demarcam, daí as associações nominativas proliferarem e explodirem transtornando a transcrição sociológica numa constelação de fulgurações. Os nomes – sinais de passagem, antes que batismos ontológicos – em uso nos percursos dos perversos carregam uma nuance de carnalidade insultuosa: bicha, bofe, michê, travesti, gay, boy, tia, garoto, maricon, mona, okô, erê, monokô, okô mati, okô odara e suas sucessivas combinações e reformulações (um total de 56 nomenclaturas em apenas alguns quarteirões!); eles barroquizam a tal ponto o "sistema classificatório" que resulta válido associar essa inflação de significantes categorias à proliferação de divindades que LYOTARD, na sua *Economia libidinal* (18), percebe no paganismo do Baixo Império Romano: "para cada ligação, um nome divino; para cada grito, intensidade e investida, um deus pequeno (...), que não serve exatamente para nada, mas que um nome de trânsito das emoções": impossibilidade de figuras simultâneas, que roem qualquer ilusão de identidade.

Essa dispersão classificatória admite, no entanto, esboçar uma genealogia. A proliferação parece resultar do choque de dois modelos classificatórios da homossexualidade masculina, conforme a esquematização de FRY (11): um modelo "arcaico", popular e hierárquico, cujo paradigma é a relação bicha/macho (onde "a bicha é a sola do sapato do bo-

* Pensar essas complexas distribuições categoriais enquanto identidades implica cair na armadilha da representação autoconsciente – espaço no qual, como observa Foucault em *As palavras e as coisas*, as ciências humanas contemporâneas encontram-se maciçamente aprisionadas. No caso específico do michê, essa representação está, por sinal, fragmentada: daí que as tentativas de defini-lo respeitando sua capciosa autodefinição de mercado, enquanto "ativo" ou "heterossexual", conduzam a um impasse. Acho preferível, então, tomar as representações indentitárias como momentos de reterritorialização numa rede de códigos flutuantes, por entre os quais perambulam os sujeitos. No entanto, a discussão sobre identidade transcende os limites deste trabalho. Para um desenvolvimento, ver: PERLONGHER, N. "O michê é homossexual?", ou: "A política da identidade. In: TRONCA (org.): *Foucault vivo*, Campinas: Pontes, 1987.

fe”), e um outro modelo “moderno”, de classe média e igualitário, onde já não um efeminado se submete perante um parceiro viril (que não se considera homossexual), mas um sujeito assumido como homossexual se relaciona de igual para igual com outro sujeito também assumido como homossexual (relação gay/gay).

O michê ocupa, nesse quadro retórico, o pólo masculino, enquanto que o travesti – seu antônimo no campo da “prostituição masculina” –, o pólo feminino. A expressão “prostituição viril” busca, precisamente, salvaguardar – ao invés de salvar – a distância dessa diferença que, remarcada na aparência, revela, por sinal, uma dessemelhança processual. Enquanto a feminilidade radical do travesti pode desencadear, reconhece DELEUZE & GUATTARI (8) em o *Mille plateaux*, um devir mulher, a virilidade do michê exprimiria se não uma cópia, uma exacerbação paródica do modelo majoritário de Homem com H socialmente dominante, que lhe corresponde por atribuição anatômica.

Nesse sentido, qualquer homem jovem pode, eventualmente, fazer michê – levando em consideração que o negócio é só a conversão monetária de um vínculo muito mais expandido entre macho e bicha. Cabe inquirir, no entanto, em que medida esse *parodiar* não é – como diz o psicanalista GARCIA (12) a propósito de Osvaldo Lamborghini, poeta lumpen argentino – um *para odiar*, ou, em outros termos, que grau de minoritarização desliza, talvez, nessa sensualização sobrecarregada do protótipo másculo, ao gosto de um público homossexual; se ela não desvelaria, em sua impostura, certa qualidade intensiva presente – embora encoberta – na dominação triunfal do macho.

Dissolvendo a molaridade da polarização michê/travesti, mil degraus variáveis: *michê bicha*, *michê gay* e sua coorte de associações, de uma ironia implacável: *michê gillete*, *boy laranja*, etc. Nomenclaturas que – insistamos – não fixam identidades, mas denominam passagens intensivas. Assim, um michê macho pode se transformar em michê gay só mudando de ponto; a variação pode inclusive acontecer no mesmo local:

“Cheguei numa festa com um cliente que eu transava. Aí tinha boys e mariconas. Mas eu bebi demais e comecei a desmunhecar, ter trejeitos femininos, virei bicha. Aí a bicha que estava comigo virou macho e começou a me disputar com os outros michês que queriam me comer”.

A caducidade da identidade é, no caso do michê, legível já no plano empírico. Por via de regra, os michês não são ou não se consideram homossexuais, residindo nessa recusa, demandada pelos próprios clientes (que procuram garotos que não sejam homossexuais), boa parte de seu encanto. As tentativas de atribuir uma identidade sócio-sexual ao michê fracassam perante essa renegação de base. Tenta-se defini-lo levando-se em conta sua representação – tão enganosa quanto explícita – como “heterossexual”, apesar de que sua prática seja, a maior parte das vezes, homossexual. Ou, atendendo à sua proclamada posição no coito, como ativo – mas sabe-se que essa postura tão estridentemente esgrimida pode virar em troca de alguns cruzados a mais. Encurralado pelas investidas de um cliente irritado, que lhe joga na cara sua suposta “bichice” profunda (manifestada na homenagem do ânus que o rapaz, em troca de um acidentado sustento, lhe entrega), um jovem michê retratado por DAMATA (7) estoura: “Porra! Estou ficando maluco(...) Já não sei o que porra sou(...) Se sou homem ou sou viado ou que porra sou”.

A deriva

Deriva do eu, deriva do desejo. A deriva dos sujeitos envolvidos no "mercado homossexual" não é apenas personológica – através das inscrições categoriais –, mas também espacial. A deriva ou "paquera" – perambulação por certas ruas da cidade, à procura de um parceiro sexual ocasional, estilo "programa-de-uma-noite-só" – configura o modo básico de circulação no meio. É, como quer Benjamin, um "perder-se na cidade". O próprio BENJAMIN (4) capta – num poema de Baudelaire, "A une pasante" – como o olhar do *flâneur* captura (singulariza, investe) o objeto furtivo de seu desejo, separando-o da procissão fac-similizada e automatizada da multidão anônima. A rua, "microcosmo da modernidade" (7), torna-se algo mais que um mero lugar de trânsito direcionado ou de fascinação consumista; revela-se, também, um espaço de circulação desejante, de errância sexual. Prostitutos e entendidos exploram, entre outros *flâneurs* libertinos, as possibilidades libidinais do fluxo das massas na metrópole.

No ato de se lançar à paquera, à deriva, à vagabundagem parece estar implícita certa disposição para o novo, o inesperado, a aventura. Um michê chama essa disponibilidade de "acontecer na rua":

"Se o michê virar marido de bicha, passar a morar com bicha, é uma situação em que a pessoa morre, não existe mais aventura, fluidez, a coisa de sair, onde não se sabe o que vai acontecer. Mas se você morar com bicha, já sabe o que vai acontecer no dia-a-dia, não vai ter nada novo, uma aventura, nada. Então isso assusta. O que os michês querem mais é viver, acontecer na rua... Essa é a vida como ela deveria ser, não deveria ter nada marcado, horários de trabalho, nada. Na rua flui muito mais, acontecem coisas que a gente não iria imaginar, você se expõe".

A perambulação não é exatamente caótica. Pelo contrário, o ritual de preparação se organiza racionalmente, incluindo microdispositivos de seleção do eventual parceiro, verdadeiras regras de cálculo que procuram medir tanto o grau de desejabilidade quanto a eventual periculosidade do candidato e, no caso específico do michê, sua potencialidade financeira.

A pulsão nômade a que aludíamos no início se patenteia, assim, no próprio modo de circulação desejante. Mas, ao mesmo tempo, essa espécie de desterritorialização instrumental é mediada pelo cálculo. Haveria então, na paquera homossexual, dois grandes blocos constitutivos. De um lado, um desejo sexual aberto, profuso, que remete ao acaso; de outro lado, esse desejo não é indiscriminado, mas agencia, para se consumir, um complexo sistema de cálculo dos valores que se atribuem àquele que é captado pelo olhar desejante. Assim, a "máquina de draga" ("tudo é sempre possível em todos os momentos... os órgãos se buscam e se entrelaçam sem conhecer a lei da disjunção exclusiva" – HOCQUEN-GHEM (16)) é também uma máquina de cálculo, um mecanismo de atribuição de valor.

Desejo e interesse, acaso e cálculo: o "passeio esquivo" dos homossexuais e dos michês oscila permanentemente entre esses dois pólos, cuja distinção torna-se, na prática da deriva, freqüentemente indiscernível.

É que certa instabilidade de base parece corroer o negócio todo. No entanto, ela não seria uma manifestação de carência e de falta a respeito de relacionamentos mais estáveis e socialmente desejáveis, mas haveria certa afirmatividade na errância.

"A sexualidade bicha, os encontros nos parques e jardins, as boates, as praias... tudo isso – diz Hocquenghem – não seria um substitutivo, uma busca desesperada que objetiva preencher um vazio. Não somos instáveis, mas móveis. Não temos vontade de lançar âncora. Vamos derivar por aí afora".

Nos agenciamentos maquínicos dos membros, os outros não são vistos como "identidades pessoais", mas apenas como superfície de um contato parcial, de órgão a órgão. O corpo é parcelado, certas partes são "separadas" do conjunto. Nesse meio, o objeto segmentado/salientado costuma ser o pênis:

"... um mulato junta-se a ele, para conquistá-lo lança mão do meio primitivo de apalpar o sexo". CARELLA (6)

Obsessão pelo pênis, pela penetração ou pela sucção, pelas conexões pênis-ânus-boca, maquinações para a produção de intensidade no encaixe entre os órgãos. Despedaçamento, fragmentação do corpo total nas parcialidades de um gozo por "partes", efeito de impersonalização, que se detecta na fuga/recusa da identidade ("eu não sou eu", "eu não sei o que sou", "eu não sou o que sou") e ilumina enunciados deste tipo:

*"Quando eu vou transar com um michê, não vou transar com uma pessoa, vou transar com uma fantasia. Para isso é que eu pago, para viver uma fantasia".
(um cliente)*

que se corresponde com o de um michê:

"Quando eu vou transar com um cliente, eu não sou eu, sou a fantasia do cliente. Existe uma técnica para isso, que é ficar mentalmente em branco para captar a fantasia e trabalhar o corpo do outro".

"Um instrumento do seu prazer..."

Fuga e captura

Duplo movimento: por um lado, as "áreas de perdição e vício das grandes cidades" – as "regiões morais" que obcecavam PARK (22) já por volta de 1920, preocupado em entender "as forças que em toda cidade grande tendem a desenvolver esses ambientes isolados, nos quais os impulsos, as paixões e os ideais vagos e reprimidos se emancipam da moral dominante" – configurariam uma espécie de ponto de fuga libidinal, onde "as paixões, instintos e apetites, incontrolados e indisciplinados", os "impulsos selvagens" reprimidos ou sublimados pela ordem urbana, encontrariam vazão. Simultaneamente, esses desejos proscritos, desterrados do corpo social, seriam reconhecidos, classificados, controlados, "reterritorializados" na válvula de escape da "região moral".

Essa "territorialidade perversa" – em cujos deslocamentos e mudanças a pressão policial está sempre presente – se instala na materialidade concreta da paisagem urbana em

movimento. Os limites difusos do território estão dados também pelos códigos: a fórmula "código território" exprime, diz Guattari, a relação entre o código e o território definido por seu funcionamento. "Desordem organizada" (Bataille) que a transgressão instaura, mas que não é um mero reverso perverso da lei: categorizações vagas, fluidas, superpostas, cada uma das quais atuando como "operadores de intensidade libidinal". Territorialidade itinerante, legível nas redes de circulações e encontros entre os corpos que, em asas do desejo, perambulam. Territorialidade obscura, que instala no coração da noite seu esplendor patético, a trama de seus segredos e esconderijos. Territorialidade nômade: nas derivas dos noctívagos, nas vagabundagens do sexo e da droga, nos turvos ilegalismos tramados nas madrugadas, manifestam-se – indicam STEBLER & WATIER em "De l'errance spatiale à l'errance social" (24) – traços do antigo nomadismo de massas, policiado e patologizado quando só o fato de morar na rua, de não ter local fixo, tornou-se delito ou loucura. Mas territorialidade também artificial, no sentido do *Antiédipo* – famílias mais exóticas que entretecem espartilhos barrocos, eficazes na sua fragilidade, junto ao muro que obstrui a fenda das fugas libidinais que ameaçam explodir o *socius*.

Há, na base desse negócio todo, por vezes triste, mas sempre dinâmico, um impulso de fuga. No caso dos michês, fuga da família, do trabalho, de toda a responsabilidade institucional ou ainda conjugal. O homossexualismo masculino pode configurar, segundo GUATTARI (14), pontos privilegiados de ruptura com a ordem social, passíveis de se abrirem a um devir mulher, plataforma de todos os devires. Submundo esfumaçado, fugaz, quase inapreensível, em fuga. Mas como essas fugas são recapturadas? Qual é o grau de sua reterritorialização? Como normas sociais (ou, no caso, microcódigos territoriais) e pulsões libidinais se agenciam nessas landas da margem? Como funciona, afinal, essa contradança barroca de corpos e de códigos, veiculados, agilizados e, paradoxalmente, também esmagados pelo dinheiro que nessa fluxão se libidiniza?

Haveria um primeiro movimento de saída da constelação familiar. Deslumbrados pelas luzes do centro, os garotos, sem saber muito bem o que vão encontrar, confluem para o "pedaço":

"Quando comecei a trabalhar na cidade (13-14 anos), eu nem sabia como era esse negócio de transar com homem... Eu imaginava que seria caro demais, que teria que pagar alguém. Logo descobri as boates e comecei a fazer programas. Aí me assustei. Na minha cabeça imaginava que seria um puro prazer. Mas não: é que as bichas são burríssimas, criam seus padrões, rotulam, você tem que ser algo dentro dessa classificação".

Em "Galeria Alaska", JOÃO ANTONIO (17) dá uma visão mais brutal do processo. Chegando dos subúrbios pobres em "ônibus xexelentos":

"A meninada principia justamente na Galeria Alaska, certa de que com o físico, juventude, gingas e bossas conseguirá o melhor em mulheres, boates, facilidades e exuberância. E as donas, e as madames, a quem faltam machos de verdade, lhes darão tudo, até dinheiro. De comum, no entanto, a façanha é outra e, por falta de dinheiro, os rapazes do subúrbio começam deitando-se com pe-

derastas. Não é apenas o papel pintado, o dinheiro que lhes falta; não têm companhia, amigos, meios de conhecer os outros”.

Desterritorialização relativa (no sentido de que a vinculação com o universo familiar e normal não é inteiramente dissolvida, nem se conforma uma sociabilidade completamente autônoma contraposta, mas contígua à normal, desenvolvendo, ou ainda distorcendo, “valores subterrâneos” nela presentes) e reterritorialização também relativa, na inscrição no código instrumental do “gueto”. Reinscrição não apenas simbólica, mas literal: produção de marcas no corpo, tipificação da indumentária, modelização de tiques, posturas, trejeitos, seriação gestual e sexual, etc.

No caso dos michês, a miséria pode ser um desencadeante do processo. No entanto, a importância do econômico não deve ser exagerada. Reconhece um prostituto:

“É certo que saio à rua porque estou duro, mas também é certo que quando junto algum dinheiro gasto tudo rapidamente para poder voltar à rua. Saber que estou na rua por necessidade me dá segurança, me excita...”

Uma vez iniciado no negócio, as trajetórias do michê são nômades, em vários níveis. O primeiro, já vimos, é a errância sexual, modalidade de circulação desejante do gueto. Essa errância não é caótica. O nômade, observa o *Mille Plateaux*, tem um território, segue trajetos costumeiros, vai de um ponto a outro, não ignora os pontos. Estabelece localizações, mas não pára de circular, de derivar. Os pontos são apenas consequência e não princípio da vida nômade: “Embora os pontos determinem os trajetos, eles estão estritamente subordinados aos trajetos que determinam”. Embora seja um trajeto entre dois pontos, é o “entre-deux” o que toma consistência, é esse *entre* o que se frui, o que se curte.

Os michês fazem ponto em esquinas, praças, portas de bares, etc. A foto de capa do meu livro ilustra uma dessas posturas típicas: encostados contra um poste, dois garotos de aspecto escrachado e ao mesmo tempo esbanjando sensualidade vislumbram o fluxo dos carros, à espera de alguém que compre seu intumescido sexo. Mas entre ponto e ponto, entre freguês e freguês, incluem-se infinitas peregrinações, muitas vezes em companhia de outros michês, totalizando jornadas extenuantes – 8, 10 horas de perambulação.

Qual a consistência dessas gangues nômades? Os michês não conformam grupos, no sentido sociológico do termo. São gangues informais, ocasionais, unidas mais por contigüidade topográfica do que por qualquer tipo de “amizade”, ao estilo da classe média. O grau de consistência diminui segundo índices de desterritorialização e proximidade com a delinqüência; aumenta, por exemplo, entre os michês de boate.

Nexos frágeis, mas cuja frouxidão, não exclui solidariedades intempestivas, minuciosas trocas de amantes, de roupas, de fumo, de informação “didática” (michê não anda desse jeito, michê nunca usa óculos) e controle da macheza: “michê não fica mexendo as mãos enquanto fala, que isso é coisa de bicha” (ou: tal ou qual roupa é roupa de bicha, etc.).

Como reverso dessas “mãozinhas”, a mão de um conspira no dorso da jaqueta do amigo. Nesses pequenos genetianos, a traição é a lei. A vontade de trair pode achar campo fértil nas turbulências das paixões que – nunca consentidas, sempre esconjuradas, tenuemente secretas – afloram na massa masculina dos michês:

"Essa questão de transa entre homens, saca, os michês se curtem muito entre eles, falam que o negócio é mulher, mas se curtem mesmo".

Essa coisa de homem com homem... num circuito regulamentariamente exogâmico, onde os machos não devem transar entre si, porque são machos, gostam de transar com mulher ("ô que gostosa", prorrompem cada vez que uma passa), mas comem bicha por grana, porque são homens.

Agenciamento precário, sempre a ponto de se desmanchar esse extremo informalismo à beira da dissolução indiciária, entretanto, sutis dispositivos – presentes nos "gaminos" (meninos) de Bogotá retratados por MOUNIER (21) e nas sociedades primitivas visitadas por Pierre Clastres – que inibem a consolidação de um poder estável, "mecanismos locais de bandos, margens, minorias, que continuam a afirmar os direitos da sociedade segmentária contra os órgãos de poder do Estado" (Tratado de Nomadologia). DELEUZE & GUATTARI (9).

Se há linhas de fuga na base do negócio, estas não são lineares, mas emaranhadas, embaralhadas, dúbias, paradoxais. São recapturadas, primeiro, já na rotulação e adscrição categorial – no entanto, barroca, fragmentária – com que a máquina de códigos perversos confisca, neutraliza esses impulsos indisciplinados. Mas outra modalidade, talvez mais potente, de recaptura é aquilo que define a prostituição, ou seja, a tradução de intensidades libidinais em segmentos monetários. Ainda assim, essa tradução não chega a esmagar inteiramente as micromobilizações pulsionais, que não deixam de manter certo grau de heteronomia, de "indiscernibilidade" com relação à tradução jurídico-monetária que o contrato da prostituição estipula. "A textura convencional do contrato – escrevem BELLADONA & QUERRIEN (3) – está sempre deslocada, subvertida e fundida a uma matéria viva que a alimenta verdadeiramente, um processo de vida, toda uma dimensão passional". E complementa Belladona: "O escândalo da prostituição... repousaria sobre a multiplicidade de fugas potenciais que ela camufla" (2). O dispositivo da prostituição orientaria, segundo LYOTARD, a canalização das "pulsões perversas" para o corpo social dos intercâmbios, revertendo as "pulsões parciais no circuito do negócio e do corpo total" (19).

Tratar-se-ia, então, de decifrar o enigma dessa conversão: "como a justaposição incomponível de singularidades intensas dá lugar ao controle e ao registro".

A trama dos corpos

Os relacionamentos da prostituição viril estão marcados por uma exacerbação das diferenças. Diferença de idade: enquanto que os rapazes costumam ter entre 15 e 25 anos, seus amantes pederastas têm geralmente mais de 35 anos. Diferença de classe: rapazes pobres em processo de marginalização versus clientes da classe média. As grandes oposições binárias que sobrecodificam o *socius* aparecem elas mesmas desejadas, revelando seu reverso intensivo. Se o encontro entre jovens e velhos remete à velha tradição ocidental da pederastia, há também um peculiar cruzamento de classes, que aparece manifesto em alguns clientes sob a forma de um desejo de sair da classe social. O michê vai deslizar, assim, pelas "fissuras da hierarquia social" DUVIGNAUD (10), circunstância expressa em al-

guns discursos, onde expressões da gíria das Bocas se misturam com termos cultos e até psicanalíticos. Diferenças que no contato dos corpos se intensificam.

Mas há uma terceira série de oposições que diz respeito à diferença de gênero, diretamente inscritas no sexual. A retórica classificatória, ao distribuir as posições, determina as posturas corporais: macho/bicha=ativo/passivo. No entanto, essa determinação é bastante relativa, já que o “plano de conteúdo” (agenciamento maquínico dos corpos) não deixa de manter um grau de relativa autonomia a respeito do “plano da expressão” (os encadeamentos discursivos). Reconhecer a autonomia relativa de ambos os planos implica liberar as práticas das representações (“objetivações”, no dizer de Paul Veyne) que as obliteram, sem desconhecer no entanto, sua qualidade de “dispositivo energético”.

Certa centralidade do ânus entra em jogo no circuito da prostituição viril (e, se acreditarmos em Hocquenghem, na homossexualidade em geral e nas homossexualidades brasileiras em particular). O privilégio concedido ao coito anal é denotado por vários fatores, seja por sobrevalorações diretamente monetárias (onde até o tamanho do pênis pode incidir na retribuição), seja por sua condição de elemento definidor do sentido da relação: via de regra, é o ativo quem é retribuído e o passivo quem paga. No entanto, essa regra perde rigor nas trocas que, no ato dos corpos, transgridem seu próprio código de anunciação/enunciação – se o michê acaba sendo sexualmente passivo, mostra-se inicialmente como ativo, para dobrar seu preço na hora da viração. Esse recurso sustenta-se na crença de que a prática exclusiva do papel ativo não transformaria automaticamente seu executante em “bicha”, mas que sua masculinidade (sua disponibilidade para o mercado da normalidade heterossexual) se encontraria resguardada graças a essa precaução. Pelo mesmo raciocínio, quando o michê-macho acaba “dando”, a perda da sua virilidade deve-se compensar com um aumento no preço.

O privilégio concedido à sodomia ativa teria também a função de “ocultar” ou “dissimular” os desejos presumivelmente homossexuais que deslizariam, no plano libidinal, a despeito dos enunciados que os renegam – dissimulação que é, ao mesmo tempo, um vetor de intensificação dessas trocas libidinosas. Não é apenas a performance factual, mas a representação máscula que o prostituto sustenta, o que é valorizado.

Essa representação é, então, um dispositivo energético: circulação de diferenças intensivas na superfície dos órgãos. Assim, observa SARTRE, “a mesma turgidez que sente o macho como o retesamento agressivo de seu músculo, a sente Genet como a abertura de uma flor” (23). Diferença de intensidade que monta um arsenal de símbolos, alegorias, posturas, gestos, onde ressalta o marmóreo do macho: “Impenetrável e duro, pesado, tenso, sólido, o Mac será definido por sua *rigidez*. Seu corpo, esticado pelos músculos, parece um sexo retesado pelo desejo de esburacar, de perfurar, de romper, que se ergue até o céu com a aspereza subitamente malvada de um campanário que rompe uma nuvem de tinta”.

Mas a força da representação pode primar sobre a realidade dos contatos, circunstância expressa assim por um michê: “Eu sou macho até dando”.

Das transições entre a hipervalorização de uma virilidade convencional que proscreve discursivamente o ânus como zona erógena e o envolvimento em relações, cujo eixo gira precisamente em torno da sensibilidade anal, dessa tortuosidade de claros-escuros, de fal-

sas poses, de simulacros e paixões subterrâneas, contraditórias, encontradas, pode derivar, em alguma medida, o halo de sordidez que impregna o negócio do michê.

Para tornar ainda mais pesados os véus, esse jogo de sedução histórica em torno das “comportas do ânus” – suposta elisão que é, em verdade, desencadeante de uma proliferação de alusões e toques – parece corresponder a certa atração pela margem, onde essas práticas se envolvem, em virtude da ligação histórica entre homossexualismo e delinqüência.

Ambas as linhas confluem para iluminar a violência exemplar dessas paixões clandestinas. A tentação do crime e do sangue pode emergir nos prostitutas, sob a forma de confiscações sacrificais – às vezes amparadas em legitimações expiatórias, do tipo: “ele é burguês e/ou bicha” – ou desencadear surtos repentinos perante excessos libidinosos dos clientes, pesadelos cuja via de acesso é muitas vezes anal:

“Esse ponto de dar ou não dar é ponto de eclosão da violência. Tem situações em que o michê já vai com intenção de roubar. Mas outras vezes ele está a fim de transar, de se prostituir, chegando na cama dá um rolo sexual, de culpa, fica maluco, começa a quebrar tudo, pode até matar o freguês”.

Entre os clientes, a tentação pelo abismo pode aparecer sob a forma de um “gosto pelo perigo”, que conduz alguns pederastas, se não a certo gozo masoquista, a uma intensificação mortífera das pulsões investidas na transação, condensada na equação terror/gozo.

Apesar das similitudes com a maquinação masoquista – em ambas se poderiam reconhecer modalidades de produção de um “corpo sem órgãos” – do pólo terror-goço, que funciona como intensificador libidinal no dispositivo da prostituição viril, os amantes do risco, no circuito do michê, não explicitam (nem enunciam num contrato detalhado e escrito) um desejo manifesto de dor (embora sim, por vezes, de humilhação), mas amiúde o desencadeamento do terror real é visto como uma catástrofe que acontece a despeito das tentativas conscientes de evitá-la – produto de uma “maquinação inconsciente” ou de uma dilatação descontrolada dos limites de risco.

Nesta pulsão de abismo, pode-se vislumbrar – a despeito da clássica interpretação da prostituição como mera troca interpessoal – certo impulso de perda, de voluptuosidade, de gasto exuberante, que instauraria, para maior resplendor da intensidade, um mundo de degradação e ruínas, assimilando a prostituição ao *potlatch* e à pilhagem do nômade.

Nestas volutas da volúpia, que desafiam a morte, poder-se-ia inferir, aliás, uma última vicissitude da linha de fuga: quando ela se precipita numa “paixão de abolição”, arrastando à destruição do outro e à autodestruição. A própria hipermacheza do michê parece um chão fértil para o florescimento de formas de microfascismo. A violência é, de todos os modos, inerente à transação, enquanto constitutiva do paradigma convencional de masculinidade. Desejo da violência que se exprime em enunciados tanto do michê:

"O que a bicha deseja é ser estuprada"

quanto do cliente:

"O que a bicha deseja é sentir-se como uma mulher estuprada".

Epílogo

Nas margens do corpo social emergem impulsos de fuga ou de ruptura – indícios talvez de algum modo dissidente de produção de subjetividade, se seguirmos a sugestão de GUATTARI (15), que insta a ver no chamado "desvio" indícios de desmanchamento da ordem social, que não chegam a articular sua potência numa máquina de guerra eficaz, mas que continuam, na penumbra, seu trabalho de constantemente minar os mecanismos de normalização institucional, de sedentarização CAIAFA (5). Mas é preciso ver, no dispositivo da prostituição viril, como os fluxos nômades podem ser recapturados e reconvertidos. Soa talvez paradoxal; voltando a GUATTARI, ele diz que, "por definição, o nomadismo urbano é recuperável e irre recuperável ao mesmo tempo: ele é completamente recuperável pelo sistema de vigilância e irre recuperável porque, de qualquer maneira, ele sempre consegue fugir e recompor outros itinerários" (13).

Consideremos um aspecto: a questão do contrato. De um lado, ele costuma ser minucioso: junto ao plano do macrocódigo binário (funcionando pelas grandes clivagens sociais de gênero, classe, idade, raça, etc.), delineia-se um outro plano, microcódigo infinitesimal que trabalharia captando as singularidades moleculares do desejo e gozo dos sujeitos, de modo a rebatê-las sobre o equivalente geral do capital: de outra parte, o contrato parece feito para ser transgredido. Dupla tensão – que retoma as díades desejo/interesse, acaso/cálculo: paixão pelo risco, paixão pelo código. Precisamente a extrema complexidade dos dispositivos de recodificação perversa pode estar exprimindo essa dificuldade em organizar o acaso, já que nesse lançar-se à aventura parece residir o charme do negócio.

Nova duplicidade: esbanjamento exuberante do excesso, impulsão de perda que não permite reduzir a relação prostituto/cliente a uma mera troca comunicativa (bem ao gosto estrutural); proliferação de codificações que visam, no dizer de BAUDRILLARD (1), uma reinscrição do erógeno num sistema homogêneo de signos, estereotipia generalizada que operaria mediante a generalização do valor de troca. Para Baudrillard, no global, a tradução ao equivalente geral se imporia ao desejo, tornando-o "desejo de código", donde – deduz ele – "o desejo não tem vocação para se realizar na liberdade, mas na regra", sendo com esse investimento da regra pelo desejo que a ordem social se encontraria ligada.

A proposição de Baudrillard, lida à luz indecisa das Bocas, tem a virtude de assinalar uma modalidade de conexão desejo/sociedade, que se exprime em certo reverso desejante que o dispositivo da prostituição viril ilumina: desejo do rico pelo pobre, do adulto pelo jovem, desejo do macho e suas insígnias dominantes, revelando, no circuito instável, sua força intensiva, as sobre codificações do *socius* sendo elas mesmas desejadas.

No entanto, apesar de todos os dispositivos de recuperação estarem dispostos, algum fluxo escapa. Esses fluxos que escapam, que não terminam de se encaixar na ordem, podem ser pensados, do ponto de vista da "socialidade da orgia", na formulação de MAF-

FESOLI (20), que, não obstante, atribui a esse subterrâneo vínculo orgiástico certa ligação, também secreta, com a ordem da lei. Para além das múltiplas recapturas, é essa sociabilidade do "sexo nômade", do desejo à deriva, que não deixa de minar, ainda imprecisamente, os sistemas de conjugalização e sedentarização que instauram certo regime de corpos dominante. Embora consideravelmente eficazes, todos os mecanismos de reterritorialização internos ao circuito parecem não ser suficientes para apagar esses pálidos fogos. Assim, para torná-los melancólicos, para varrer de vez essas *aventuras intersticiais*, para conseguir diminuir a frequência de circulação pelas "áreas de perdição e vício", é um dispositivo muito mais potente o que está se montando a partir da irrupção da AIDS no contexto de crescente medicalização higienista da existência. Só ao se pensar a diferença entre o valor intensivo concedido à vida nesses circuitos quentes, com todas as suas violências interiores e seus complicados paradoxos, e a imposição de um controle clínico sobre o desejo, que mede a vida humana a partir de um padrão extensivo e normativo, pode-se intuir, a despeito do horror, toda a potência radical do gozo que nessas turvas, senão torpes fugas, se embarroca.

PERLONGHER, N. The vicissitudes of a hustler. *Temas IMESC, Soc. Dir. Saúde*, São Paulo, 4(1): 57-71, 1987.

ABSTRACT: *This article takes up some of the questions raised by my Master of Arts dissertation in Social Anthropology "The hustler's business. Virile prostitution in São Paulo" – recently published by Editora Brasiliense. The intention is to explore the vicissitudes of a certain impulse to flight at the base of the existential trajectories of male prostitutes and, in a general sense, in all networks of homosexual circulation. The question placed here is how these impulses to flight can be neutralized and recaptured by the social order.*

KEY WORDS: *prostitution, homosexuality, desire, deterritorialization, reterritorialization.*

GLOSSÁRIO

Baseado em: GUATTARI, F. & ROLNIK, S. *Micropolíticas. Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

Agenciamento: Noção mais ampla do que as de estrutura, sistema, forma, etc. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica quanto social, maquina, gnosiológica, imaginária. Na teoria esquizoanalítica do inconsciente, o agenciamento é concebido para substituir o "complexo" freudiano.

Código/Sobrecodificação: A noção de código, aqui, é empregada numa acepção bem ampla: ela pode dizer respeito tanto aos sistemas semióticos quanto aos fluxos sociais e aos fluxos materiais. O termo "sobrecodificação" corresponde a uma codificação em segundo grau (Para uma discussão sobre a relação código/territorialidade, ver: PERLONGHER, N. *O negócio do michê*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Nota 8, p. 152.)

Devir: Termo relativo à economia do desejo. Os fluxos do desejo procedem por afetos e devires, independentemente do fato de que possam ser ou não calcados sobre pessoas, ima-

gens, identificações. Assim, um indivíduo etiquetado antropologicamente como masculino pode ser atravessado por devires múltiplos e, aparentemente, contraditórios: devir feminino (devir mulher) que coexiste com um devir criança, um devir animal, etc.

Fluxo: Os fluxos materiais e semióticos "precedem" os sujeitos e os objetos. O desejo, portanto, não é, de início, nem subjetivo nem representativo: ele é economia de fluxos.

Molecular/Molar: Os mesmos elementos existentes nos fluxos, nos agenciamentos, podem organizar-se segundo um modelo molar ou segundo um modelo molecular. A ordem molar corresponde às estratificações que delimitam objetos, sujeitos, representações e seus sistemas de referência; a ordem molecular, ao contrário, é a dos fluxos, dos devires, das transições de fases, das intensidades.

Territorialidade/Desterritorialização/Reterritorialização: A noção de território é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que dela fazem a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes, aos fluxos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido, no seio do qual um sujeito se sente "em casa". O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante. O capitalismo é um bom exemplo de sistema permanente de reterritorialização: as classes capitalistas estão constantemente tentando "recapturar" os processos de desterritorialização na ordem da produção e das relações sociais.

Personológico: Adjetivo usado para qualificar as relações molares na ordem subjetiva. A ênfase dada ao papel das pessoas, das identidades e das identificações caracteriza as concepções teóricas da psicanálise. O Édipo psicanalítico coloca em jogo pessoas, personagens tipificados, reduz as intensidades, projeta o nível molecular dos investimentos sobre um teatro "personológico", isto é, sobre um sistema de representação cortado da produção desejante real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) BAUDRILLARD, J. *Para uma crítica da economia política do signo*, Lisboa: Edições 70, 1981.
- (2) BELLADONA, J. La prostitution. *Recherches*, Fontenay-sur-Bois, (16), 1977.
- (3) BELLADONA, J. & QUERRIEN, A. Proxenetisme, marges, somatisation: Le désir de prostitution. *Recherches*, Fontenay-sur-Bois, (26), 1977.
- (4) BENJAMIN, W. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: BENJAMIN, ADORNO, HORNKHEIMER. São Paulo: Abril, 1980.
- (5) CAIAFA, J. *Movimento punk nas cidades*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

- (6) CARELLA, T. *Orgia*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1968.
- (7) DAMATA, G. *Os solteirões*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- (8) DELEUZE, G & GUATTARI, F. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.
- (9) Id., *Ibidem*
- (10) DUVIGNAUD, J. *Esquisse sur le nomade*. Paris: s.c.p., 1975. p. 10-18.
- (11) FRY, P. *Para inglês ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- (12) GARCIA, G. La intriga de Osvaldo Lamborghini. *Innombrable*, Buenos Aires, (2), 1986.
- (13) GUATTARI, F. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates*, São Paulo, (16), 1985.
- (14) GUATTARI, F. *A revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- (15) GUATTARI, F. & ROLNIK, S. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- (16) HOCQUENGHEM, G. *A contestação homossexual*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- (17) JOÃO ANTONIO, *Malhação do Judas carioca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- (18) LYOTARD, J. F. *Economia libidinal*. Madrid: Saltés, 1979.
- (19) id., *ibidem*
- (20) MAFFESOLI, M. *A sombra de Dionísio*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- (21) MOUNIER, J. *Os moleques de Bogotá*. Rio de Janeiro: Difel, 1975.
- (22) PARK, R. E. A cidade: sugestões para uma investigação do comportamento social no meio urbano. In: VELHO, G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- (23) SARTRE, J. P. San Genet, comediante y martir. Buenos Aires: Losada, 1977.
- (24) STEBLER & WATIER. De l'errance spatiale a l'errance social. *Espaces et Sociétés*, Paris, (24/27), 1978.

Tendências

AIDS — Prevenção ou novo tipo de segregacionismo* ?

Edward MACRAE**

O advento da epidemia de AIDS, que hoje já se configura em escala mundial, parece trazer em sua esteira o potencial para efetuar importantes mudanças sociais. Não será a primeira vez que o surgimento de uma nova doença causa alterações em grande escala tanto a nível do comportamento individual quanto a nível político. Podemos lembrar, a este propósito, os efeitos devastadores do surgimento da sífilis durante o século XVI, que veio a alterar, em poucas décadas, as práticas sexuais em toda a Europa e, segundo alguns, teria sido um fator da mais alta importância para a consolidação política do puritanismo em vários países.

Hoje o espectro da AIDS ronda não só metrópoles do primeiro mundo, onde desde a década de 60 se vem desenrolando a chamada "revolução sexual", mas também regiões como a África Central, onde a sexualidade ainda é regida pelo mais arraigado tradicionalismo. Assim como a própria sexualidade é concebida e vivenciada, de múltiplas maneiras, inextricavelmente associadas às culturas e sociedades específicas, também as doenças adquirem seus significados culturalmente, e estes lhes emprestam uma diversidade de potenciais sociais e políticos. Esta noção fica exemplarmente ilustrada pelas diferentes características epidemiológicas da AIDS na África, onde seu alastramento se dá entre a população em geral, e nas Américas e Europa, onde atualmente permanece em grande parte confinada a certos grupos de risco de contornos ainda bem definidos.

Portanto, ao discutirmos as implicações e conseqüências dessa doença, não podemos tratá-la como um simples dado da natureza, tomado isoladamente do seu contexto social e cultural específico. Propõe-se aqui um exame de suas manifestações no Brasil ou, mais especificamente, em São Paulo, embora não sejam descartadas referências e comparações a situações ocorrendo em outros países.

Não se pretende fazer um histórico detalhado do desenvolvimento da doença entre nós, sendo suficiente lembrar que ela começou a ser notificada no segundo semestre de 1982, quando surgiram 6 casos, dos quais 4 foram a óbito, e a partir de então o número de casos notificados teve uma tendência a se duplicar a cada seis meses, tendo atingido

* Comunicação apresentada no 3º Congresso Nacional de Sociologia, Brasília, julho de 1987.

** Doutor em Antropologia pela USP. Bolsista do CNPq.

a preocupante cifra de 238 somente nos primeiros três meses de 1987. A situação atual, no Estado de São Paulo, é a de um total de 1026 casos notificados, dos quais 387 já faleceram. Os principais fatores de risco encontrados são: homossexualidade masculina (54,94% de casos), bissexualidade masculina (28,96%), transfusão de sangue ou derivados (3,93%), uso de drogas endovenosas não prescritas (2,89%) e contato heterossexual de bissexual masculino (1,35%)*. Revela-se, portanto, um quadro onde 83,90% dos doentes era adepto de práticas homossexuais, quer num contexto exclusivamente homossexual, quer numa alternância com a heterossexualidade. Repetia-se, assim, entre nós, a constatação americana de que a principal forma de transmissão da AIDS se dá através do contato homossexual masculino.

A chegada da AIDS ao Brasil coincidiu com um período em que a homossexualidade começava a ganhar grande visibilidade, principalmente devido ao *boom* do comércio voltado ao público gay, mas também em virtude das atividades de grupos engajados em uma militância política de defesa dos direitos civis dos homossexuais. Embora aqui as organizações gays com fins comerciais ou políticos não tenham chegado a atingir a estrutura ou a solidez de suas congêneres americanas, elas já começavam a adquirir uma certa legitimidade social. À noite, grandes aglomerações se formavam nas calçadas, às portas de bares e boates voltados para o público gay. Saunas de equipamento sofisticado ofereciam a possibilidade de variadas práticas homossexuais em casal ou em grupo e as bancas de jornais estavam repletas de luxuosas publicações pornográficas, em sua maioria estrangeiras, dedicadas à exibição de corpos masculinos, nas quais eram comuns as cenas explícitas de sexo entre homens. É verdade que continuavam a ocorrer as ocasionais investidas policiais contra algumas das aglomerações de homossexuais em certas ruas do centro, e a repressão à prostituição de travestis assumia frequentemente características de brutalidade feroz, mas já se havia atingido uma tal legitimidade social que se tornava possível a grupos de homossexuais conseguirem longas audiências com autoridades como o secretário de Segurança para denunciar essas violências.

Em 1982, quando surgiram os primeiros casos de AIDS no Brasil, alguns antigos militantes do Movimento Homossexual** reuniram-se em São Paulo com integrantes da recentemente eleita administração estadual peemedebista para externar suas preocupações, e a partir desse encontro procedeu-se à criação do Programa de Combate e Prevenção à AIDS, subordinada à Secretaria da Saúde. Algum tempo depois, estabelecia-se o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA), independente de qualquer órgão oficial, formado por membros dos chamados “grupos de risco” e simpatizantes, cuja preocupação era a de prestar assistência aos doentes e fiscalizar a atuação dos médicos, hospitais e demais autoridades ligadas à saúde pública.

* Fonte: Divisão de Hansenologia e Dermatologia Sanitária, Instituto de Saúde, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Centro de Referência Nacional para AIDS, março de 1987.

** Termo pelo qual é conhecido o conjunto de grupos militantes pelos direitos dos homossexuais. Esse movimento teve seu auge em 1980, quando chegou a contar com a participação de mais de vinte grupos espalhados por todo o Brasil. Atualmente, continuam ativos alguns grupos, como o Grupo Gay da Bahia (Salvador), Triângulo Rosa (Rio de Janeiro) e Grupo de Ação Lésbica-Feminista (São Paulo).

Dada a impossibilidade de cura da doença, uma vez estabelecida no organismo, o seu longo período de latência, durante o qual o portador permanece sadio, embora talvez esteja espalhando a infecção, e as formas ainda um tanto misteriosas de contágio, procurou-se desde o início enfatizar a questão da prevenção. Porém, deparava-se aí com um grande dilema sobre qual seria a abordagem preventiva mais eficaz: a recomendação de castidade, ou monogamia estrita, ou a sugestão de alterações específicas, que tornassem as práticas homossexuais menos perigosas.

Havia sérias dificuldades práticas e políticas na implementação da proposta de uma monogamia estrita, embora ela aparentasse indicar a maneira mais eficiente de reduzir o alastramento dessa síndrome. Afinal, atribuía-se a rápida difusão da AIDS ao elevado número de parceiros sexuais com os quais se alegava que os gays mantinham relações. Chegou-se até a divulgar como típico o exemplo de um indivíduo que dizia ter tido mil parceiros em um só ano. Embora estimativas dessa magnitude, extrapoladas para a população homossexual masculina como um todo, apresentassem um quadro exagerado, não há dúvida de que, entre esses indivíduos, a alternância constante de parceiros constitui-se, frequentemente, num fator não só de prazer, mas também de prestígio.

Talvez não seja exagero a afirmação de que essa promiscuidade, em muitos casos, é parte constitutiva da própria identidade gay. A propósito, cabe aqui um rápido parêntese para lembrar que, atualmente, está muito difícil estabelecer qualquer tipo de “essência”, seja biológica, seja psicológica, que sirva para distinguir *a priori* um indivíduo adepto de práticas homossexuais. Ganha importância portanto, a visão defendida aqui, segundo a qual a atribuição de uma identidade homossexual é uma questão melhor entendida do ponto de vista da sociologia ou da antropologia quando se desenvolve a teoria da rotulação social. MCINTOSH (4). Basta lembrar que, apesar da ampla difusão das práticas homossexuais masculinas, tradicionalmente, no Brasil, o único estigmatizado como “anormal” tem sido o parceiro percebido como “passivo”. Até hoje, por exemplo, a prostituição masculina, seja na sua forma “viril” (michês), seja na forma pseudofeminina (travesti), perpetua esse modelo. Só mais recentemente vem ganhando força uma concepção mais “democrática”, segundo a qual ambos os parceiros seriam igualmente “homossexuais”. Tirando-se a ênfase dos detalhes das práticas (quem faz o quê) e dando-se toda a importância ao sexo fisiológico do parceiro (homem com mulher, ou homem com homem), deixa-se de diferenciar os “ativos” dos “passivos”, para se concentrar na identidade “heterossexual” ou “homossexual” do indivíduo.

Mas essas identidades não são dadas *a priori* pela natureza e precisam ser socialmente construídas, variando de configuração de cultura, para cultura MACRAE (3). Quando, por uma razão ou outra, o indivíduo começa a se conceber como “homossexual”, ele precisa passar por um período de aprendizagem para desenvolver esta nova identidade. Embora a cultura que envolve a todos nós, no Brasil atual, projete uma infinidade de imagens do que significa ser homossexual, estas vêm, quase invariavelmente, acompanhadas de conotações negativas. O “gueto” torna-se, assim, uma das principais fontes de uma autovalorização mais positiva para esses indivíduos portadores de uma identidade estigmatizada, e isto é de grande importância para o seu equilíbrio e bem-estar psíquico.

Por “gueto” entende-se aqui um campo social formado principalmente por certos ba-

res, boates, saunas, cinemas, ruas, praças e banheiros públicos onde, a certas horas do dia, converge um grande número de homossexuais. Lá se estabelecem redes de amizade, que podem vir a desempenhar funções importantes nas vidas de seus freqüentadores, oferecendo, além de sociabilidade, oportunidades de trabalho, moradia, ajuda financeira e sexo. Porém, seria errado imaginar que os homossexuais chegam a constituir uma categoria social homogênea. Deve-se lembrar, de início, que nem todos são freqüentadores do "gueto". O próprio "gueto" é bastante diversificado, existindo em seu seio divisões de classe, raça, idade, gênero, nível cultural etc. PERLONGHER (5). Sem dúvida, o principal elo de ligação entre seus indivíduos é o seu interesse pelas práticas homossexuais e o seu desejo de compensar as estigmatizações sofridas na sociedade maior. Dessa forma, a chamada "caçação" ou "paquera" torna-se a grande razão de ser do "gueto" e o assunto dominante em todas as rodas de conversa que lá se formam.

Apesar de seu comportamento sexual ser diferente daquele da maioria dos homens, os gays, em sua maior parte, foram criados com os mesmos valores que os seus equivalentes heterossexuais. Assim como eles, foram levados a acreditar que os homens tinham direito a uma grande liberdade sexual, sendo que muitos consideram que o seu prestígio pessoal depende do número de diferentes conquistas sexuais dos quais são capazes. Portanto, é de se esperar que um casal formado por dois homens quase inevitavelmente tenda a ser mais instável que um formado por indivíduos de ambos os sexos, já que os dois são inclinados a valorizar uma maior rotatividade de parceiros.

Outro fator enfraquecedor da monogamia homossexual é a falta de pressões sociais familiares, legais, econômicas etc., que servem para manter unidos os casais heterossexuais, mesmo depois de terminada a primeira paixão que os levou a se unirem inicialmente. A alternativa proposta por aqueles que recomendam a monogamia para a prevenção da AIDS é o celibato e a castidade. Apesar dos apelos que essas recomendações possam ter para quem gostaria de ver uma volta a um regime sexualmente mais repressivo, as mazelas psíquicas e sociais que acarretam já foram por demais demonstradas e discutidas para que as consideremos alternativas viáveis ou desejáveis.

Surge, então, um outro grupo de propostas que enfatiza o fato de que a AIDS não resulta diretamente do fato de se ter um grande número de parceiros, e sim de práticas específicas. Procura-se, portanto, difundir o conhecimento sobre certas técnicas que retirariam o perigo de contágio das relações sexuais, não importando com quantos parceiros diferentes se dessem. Recomenda-se, assim, usar a camisa-de-vênus e evitar a troca de fluidos orgânicos em geral. Essa abordagem, mais positiva, esbarra, porém, em muitos obstáculos. O maior deles é a concepção moralista que ainda comanda posições de grande poder dentro de nossa sociedade e que até agora tem tornado quase impossível uma discussão da sexualidade de forma ampla e isenta de preconceitos. A questão da homossexualidade em específico ainda é tratada como um tabu pelos meios de comunicação de maior difusão, apesar do grande interesse manifestado por este assunto pelo grande público*. Quando

* Recentemente, a novela "Roda de fogo", transmitida pela Rede Globo, sofreu vários cortes da censura em cenas onde se discutia a homossexualidade de um dos personagens.

abordado, o tema tem sido tratado de forma oblíqua e eufemística, ou então em tom caricatural e ridicularizador.

Imagine-se, dentro desse contexto, o escândalo provocado quando se pretende fazer recomendações detalhadas sobre como o indivíduo deve proceder para continuar a manter relações homossexuais com prazer e segurança. Obviamente, campanhas desse tipo dificilmente conseguem veiculação adequada e recebem pouquíssimo apoio. Nem mesmo os fabricantes de camisas-de-vênus se dispõem a alardear o seu uso como principal maneira de evitar o alastramento da AIDS. Tampouco existe muito interesse em realizar pesquisas com novos produtos, como preservativos de borracha resistente, mais apropriados ao coito anal, ou então o desenvolvimento de certos espermicidas com a capacidade de neutralizar o vírus propagador da síndrome. ALTMAN (1). Os médicos também se mostram freqüentemente incapazes ou então indispostos a atender uma clientela homossexual preocupada mas desejosa de manter suas práticas sexuais, e raramente são capazes de fornecer recomendações detalhadas sobre como fazer isso, preferindo simplesmente apelar para um chamado à castidade ou à monogamia (heterossexual, de preferência).

Outro obstáculo à adoção dessas normas chamadas pelos americanos de *safe sex*, “sexo seguro” encontra-se entre a própria população homossexual masculina que, ao contrário dos heterossexuais, sempre preocupados com as possibilidades de gravidez, nunca se havia deparado com a necessidade de usar qualquer tipo de preservativo. Até recentemente, essa era até alardeada como uma das grandes vantagens da homossexualidade. Além disso, muitos homossexuais constroem sua identidade desviante em torno da noção de que seriam presas de um instinto ou desejo “selvagem”, que não admite controles sociais e que, portanto, tem que ser obedecido, mesmo às custas do opróbrio da sociedade maior. Esses indivíduos, portanto, escudados atrás desse conceito de uma homossexualidade imposta pela natureza, recusam-se a abrir mão de práticas perigosas como o coito anal e, freqüentemente, repetem o velho chavão sobre o uso de preservativos ser a mesma coisa que “chupar bala sem tirar o papel”.

A mudança dessas atitudes torna-se dificultada ainda mais pela ausência, no Brasil, de um fórum para a discussão constante de questões relacionadas à homossexualidade. Diferentemente dos EUA, não se dispõe aqui de uma imprensa dirigida ao público gay e tampouco existem organizações que sejam reconhecidas como tendo qualquer legitimidade para falar por esse segmento da população. De fato, no Brasil, ainda está muito incipiente o conceito de “comunidade homossexual”, o “gueto” sendo voltado quase exclusivamente ao lucro fácil e imediato. Ilustração disso é a dificuldade de se conseguir que as saunas gays adotem medidas que diminuam os riscos a que seus clientes se expõem, seja através de campanhas educativas, seja através da eliminação de suas “salas de orgias”, por exemplo.

As poucas iniciativas de esclarecimento a esse respeito têm sido enfraquecidas a tal ponto que chegam a perder quase toda a sua eficácia. O GAPA, por exemplo, lançou um cartaz explicativo como o título “Transe numa boa”, destinado exclusivamente à exposição em lugares de freqüência homossexual, mas seus esforços, além de não receberem apoio público, foram violentamente criticados por importantes autoridades médicas, que o conside-

raram imoral e grosseiro.* A própria campanha de esclarecimento lançada pelo Ministério da Saúde teve suas verbas severamente cortadas e alguns dos filmetes, originalmente planejados para explicar melhor as medidas preventivas possíveis, foram censurados e programados para ser exibidos pela televisão em um horário tardio e de baixa audiência. Justamente o público menos informado, ou seja, aquele mais carente de esclarecimentos, é o menos atingido por uma campanha nesses moldes.

Mas o perigo apresentado pela AIDS tem sido amplamente divulgado por todos os meios de comunicação, embora geralmente de maneira moralista. Isto vem tendo repercussão não só nos meios gays, mas entre toda sociedade, e hoje tanto homossexuais quanto heterossexuais têm nesse mal uma nova razão para sua ansiedade em torno da questão sexual. O assunto parece dominar todas as conversas e existem indícios ainda incertos de certas mudanças de hábitos. Embora as velhas práticas perigosas continuem ocorrendo entre os homossexuais, parece haver uma nova consciência a respeito da importância do uso de preservativos e uma nova ênfase no voyeurismo e na masturbação, indicados pelo *boom* na pornografia, e pelo frenético movimento em alguns banheiros públicos, freqüentados por homens que simplesmente desejam masturbar-se às vistas de outros, sem correrem risco de contaminação pelo vírus da AIDS.

Apesar dessas práticas serem tradicionalmente as mais estigmatizadas e perseguidas, devido ao seu aspecto “público”, face à nova ameaça à saúde da população, talvez seja a hora de repensar atitudes e priorizando a redução de riscos adotar em relação a algumas dessas práticas, uma política de vistas grossas, similar em espírito àquela adotada por certos países onde o alto índice de transmissão da AIDS através de agulhas contaminadas levou as autoridades a liberarem a distribuição de seringas descartáveis entre a população viciada em drogas injetáveis.

Aqueles a quem repugnam esses tipos de concessões à “normalidade” de práticas que têm sido altamente estigmatizadas preferem adotar outra abordagem preventiva, caracteristicamente de maior potencial repressivo, mas que também oferece a possibilidade de grandes lucros para algumas indústrias. É a proposta do uso rotineiro e massivo do teste anti-HIV, erroneamente considerado pelos leigos como o “teste da AIDS”.

Registrar a presença do vírus HIV, ao qual atualmente se costuma atribuir a causa única da AIDS, é uma operação difícil e cara. Os testes sanguíneos geralmente aplicados partem do princípio de que a infecção pelo vírus HIV (também chamado HTLV3) instaura no organismo uma produção incessante de anticorpos específicos, destinados a combatê-lo. Para fins de detecção, funciona como sinalizador da passagem do vírus, uma vez que ainda não existem testes economicamente viáveis que acusem diretamente a presença do HIV no corpo de um indivíduo.

Porém, isso não é geralmente considerado como suficiente em si para diagnosticar a AIDS, conforme parecer da própria Organização Mundial da Saúde. Para tanto, além de

* O texto completo desse cartaz, concebido para ser exibido principalmente em saunas gays, era o seguinte: “Transe numa boa – Sexo é bom – Não deixe a AIDS acabar com isso – Evite contato com esperma – Use camisinha – Reduza o número de parceiros – Masturbação a dois é gostoso e oferece menos risco – Estar informado é a melhor prevenção – Plantão AIDS (011) 280-0770 – Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS – Caixa Postal 4106 – CEP 01051 SP”.

uma série de outros testes, torna-se imprescindível um exame clínico que comprove a presença de sintomas associados à síndrome.

O real significado da presença do anticorpo no organismo ainda não foi plenamente esclarecido. Atualmente, acredita-se que entre 15% e 30% dos seus portadores (aqui chamados "soropositivos") desenvolverão a doença. Também não se sabe ao certo qual percentagem dos soropositivos são transmissores sadios do vírus, embora possivelmente a maioria o seja.

Além de não se ter certeza do significado da presença desse anticorpo num organismo, o teste mais comumente usado, o ELISA, tem a desvantagem de ser pouco preciso e de falhar com freqüência, apresentando uma considerável proporção de falsos resultados, tanto negativos quanto positivos. Por isso, normalmente, recomenda-se que seu resultado seja confirmado por outro teste mais caro e mais confiável (mas também não infalível), como o chamado "Western Blot", por exemplo.

Esses métodos têm sido geralmente considerados como apropriados para o controle da qualidade de lotes de sangue a ser usado em transfusões, medicamentos para hemofílicos etc. Nesses casos, havendo alguma dúvida, deve-se optar simplesmente pela não utilização do sangue soropositivo. Em se lidando com seres humanos, a questão torna-se muito mais complexa, pois não se pode retirar uma pessoa do convívio normal da sociedade só "por via das dúvidas".

Apesar disso, certos médicos e autoridades sanitárias, sentindo a necessidade de "mostrar serviço", mesmo que ineficazmente, frente a um público tomado pelo pânico, têm argumentado em favor da aplicação rotineira desses testes na população em geral. Ao seu lado se colocam os agentes de indústrias farmacêuticas, fascinados pela perspectiva de um novo mercado milionário, e representantes de outras organizações que almejam impor a todos suas concepções de vida, fundadas num moralismo autoritário e obscurantista.

No contexto atual, essa política pode ter resultados catastróficos. No plano individual, devem-se levar em conta os problemas de ordem psíquica enfrentados por quem é declarado soropositivo (muitos já enlouqueceram ou se suicidaram, freqüentemente até devido a um resultado falso-positivo). No plano social, deve-se atentar para o perigo de se criar uma nova categoria de cidadãos de segunda classe, que passam a ser discriminados no emprego, na obtenção de seguros, moradia, e até na simples convivência social. Até trabalhadores da saúde, que deveriam estar cientes do baixo perigo de contágio apresentado pela AIDS, sucumbem ao irracionalismo e freqüentemente recusam-se a tratar de pacientes soropositivos.

Quando se lembra o marcado recrudescimento do autoritarismo na sociedade brasileira e a inevitável marginalização social de parcelas cada vez maiores da população, decorrente da atual contração da economia, o receio da concretização de um novo tipo de racismo deixa de parecer exagerado.

Já existe no Brasil um sistema público de controle da saúde bastante desenvolvido e geralmente legitimado como "progressista". Isso predispõe a população a aceitar a aplicação em massa de vários tipos de vacinas e testes médico-psicológicos, mesmo na ausên-

cia de legislação ordinária estabelecendo claramente sua obrigatoriedade. Profecias apocalípticas semeiam um clima de pânico, que contribui para a adoção de medidas autoritárias com justificativas "sanitaristas". Neste ponto, a infame política só abandonada no Brasil há poucas décadas, de internar compulsoriamente os portadores de hanseníase em leprosários deve nos servir de aviso para possíveis desenvolvimentos futuros.

Apesar do absurdo implícito nessa política, vários países, como os EUA, Japão, Alemanha, Bélgica, Arábia Saudita etc., já planejam a aplicação massiva do teste anti-HIV. No Brasil, o exército está entre aqueles que propõem a sua obrigatoriedade para turistas e estrangeiros e, atualmente, transita pela Assembléia Legislativa de São Paulo um projeto de autoria do deputado João do Pulo, que sujeitaria a ele qualquer candidato a cargo ou vaga em instituições públicas. Numerosas empresas privadas já o aplicam clandestinamente em seus funcionários ou em candidatos a emprego. Atualmente, cogita-se também em realizá-lo entre a população carcerária, embora ninguém tenha sugestões concretas a respeito do que fazer com os numerosíssimos detentos que, a partir daí, serão rotulados como portadores sãos. A magnitude do problema que isso criará pode ser aferida a partir do fato de que, atualmente, esses indivíduos são erroneamente considerados como "aidéticos" tanto pelos guardas quanto pelos outros presos e são alvo constante de ameaças de morte, devido ao medo de contágio que inspiram.

A magnitude dos problemas apresentados pela AIDS é difícil de calcular. Nos EUA já existem atualmente mais de 33.000 casos notificados, o suficiente para que até o sistema hospitalar desse país, o mais rico do mundo, comece a dar sinais de ser incapaz de lidar com tantos pacientes de um mal cujo tratamento é dos mais caros. No Brasil já havia, em abril de 1987, 1.542 casos notificados. PERLONGHER (5). Levando-se em conta o alto índice de subnotificação e a extrapolação normalmente feita de que, para cada indivíduo manifestando sintomas da doença, existem cem outros que estiveram expostos ao vírus, com boas chances de o disseminarem e de também virem a adoecer, é lícito prever, para daqui a pouco tempo, uma situação de catástrofe sanitária no país, semelhante à que ocorre em certos países africanos, onde enormes proporções da população em geral já se encontram infectadas ou doentes. As conseqüências sócio-políticas disso, no atual quadro brasileiro de crise generalizada, podem vir a ser gravíssimas.

Portanto, é preciso formar urgentemente uma corrente de opinião que busque formas não repressivas de prevenção à AIDS, basicamente através de campanhas educativas e da triagem cuidadosa do sangue doado. Deve-se atentar para que a atual crise de saúde não sirva de pretexto para aqueles que, sem se incomodar com os direitos civis da população, procuram constituir novas formas de estigmatização e segregação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) ALTMAN, D. *AIDS and the new puritanism*. London: Pluto Press, 1986.

- (2) FRY, P. Da hierarquia à igualdade: A construção da homossexualidade no Brasil. _____ In: *Para inglês ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 82-115.
- (3) MACRAE, E. *O militante homossexual no Brasil da "Abertura"*. São Paulo, Depto. de Ciências Sociais e Humanas da USP, 1985. (Tese de doutoramento em Antropologia).
- (4) MCINTOSH, M. The homosexual role. In: *Social problems society for the study of social problems*. s.l.p. 1968. v.16, p. 182-192.
- (5) PERLONGHER, N. *O negócio do michê*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

... ..

... ..

... ..

... ..

Projetos

A universidade e a identidade da condição estudantil: um estudo sobre a situação sócio-econômica, níveis de saúde e modo de vida dos estudantes da USP *

Sedi HIRANO**
Norberto ABREU E SILVA NETO***
Maria Célia PAOLI****
Myrian MATSUO e Rubem BELTRÃO*****
Adilson BRITES*****

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem por objetivo estudar o significado social, econômico e político que o espaço universitário (Universidade de São Paulo) assume para seus estudantes. Trata-se de saber não só sob quais condições sociais a universidade é vivida, como sobretudo entender de que modo as muitas relações e propostas que perpassam seu espaço podem chegar a ser um campo simbólico referencial de experiência de vida para seus estudantes. Parte-se, portanto, do pressuposto de que o espaço universitário não tem uma só significação, pois é indissociável das várias representações de sua imagem, e que a experiência que se tem dele pode gerar diferentes perspectivas e interpretações. Por sua vez, esta experiência do espaço universitário está necessariamente imbricada com outras esferas de sociabilidade dos estudantes (tais como a família, o trabalho, o lazer) e com identidades diferencialmente constituídas (tais como as representações sobre a geração a que pertencem, a relação com o próprio corpo, a sexualidade e a afetividade, as expectativas de profissionalização, a experiência de saber, a relação com a política). Nesses termos, a questão ampla que orienta este projeto de pesquisa é a de saber em que medida a universidade, como espaço e como tempo de vivências individuais e coletivas, pode ser um lugar de ancoragem de representações e de investimentos simbólicos, culturais e psicológicos e quais são eles.

* Projeto do CAJU – Centro “Alexandre Vanucchi Leme” de Estudos de Juventude – USP (1986-1987). Apoio COSEAS-USP.

** Docente da USP, Departamento de Sociologia. Presidente da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo. Consultor técnico e científico do IMESC.

*** Docente do Instituto de Psicologia da USP.

**** Docente do Departamento de Sociologia da USP.

***** Psicólogos e discentes do Departamento de Ciências Sociais da USP.

***** Discente do Instituto de Física da USP.

1. JUSTIFICATIVAS

Pela forma de anunciar o tema de pesquisa, percebe-se que este projeto está longe de compartilhar de algumas certezas que um dia informaram a representação social da condição estudantil universitária. Esta representação, formada na década de 60, articulava a figura social do estudante universitário com seu movimento político, e este era a instância que propunha o interesse social que o estudante suscitava. Não por acaso, certamente: o movimento estudantil foi, naquela década, a força social mais inovadora e a que melhor expressou a crise ideológica e política da sociedade brasileira, seguindo o que acontecia em outros países. Por sua vez, a universidade brasileira foi tornada visível publicamente através desse movimento; adquiriu a feição de um campo político onde diferentes concepções e projetos eram gestados para a transformação da sociedade. Como instituição, a universidade viu romper-se a sua tradicional relação elitista com a cultura e foi proclamada pelo movimento estudantil como uma das instâncias de luta por onde as radicais desigualdades de uma sociedade atrasada poderiam ser modificadas. Neste sentido, a imaginação estudantil e a condição intelectual que a universidade acolhia vieram para primeiro plano. A universidade se viu às voltas com projetos de ortodoxia política entrando pelas suas formas de ensino e pesquisa, com propostas de subversão de hierarquia de saber tradicionais e com ataques às suas instâncias tradicionais de consagração intelectual. No centro do palco, emergia a figura social desse novo estudante formado pelo seu movimento e que foi entendido como figura constituída pela "crise da juventude", desejosa de uma ruptura social radical e portador de utopias de transformação social ampla.

Quase vinte anos depois de 1968, grande parte daqueles jovens estudantes se transformaram em profissionais da administração de uma sociedade ainda ingovernável, ou são professores de uma instituição cuja autonomia intelectual de organização (substantiva e administrativa) está perdida desde a reforma universitária de 1968. Vários deles se transformaram em tecnocratas do saber e burocratas do poder interno da universidade, submissos à hierarquia fragmentada da organização imposta à universidade e incapazes de formular uma política geral para as relações entre universidade e sociedade. PAOLI (30). Outros não se adaptaram nem à reforma, nem a qualquer outra coisa que tenha emergido no espaço universitário. São aqueles constituídos pela derrota daquilo que se chamou, em 1968, de "universidade crítica e que se compunha do 'engajamento radical'", nas palavras de Florestan FERNANDES (11): a busca de uma produção intelectual que confrontasse o poder dominante, encontrasse a luta de classes e fizesse "explodir o arcabouço de uma sociedade grávida de revolução". Assim, tendo a universidade entrado por caminhos absolutamente opostos a estes, a situação presente passa a ser vivida como a "anti-universidade". FERNANDES (12).

Por seu lado, os estudantes que afluem à universidade quase vinte anos depois são também diferentes, como o é a sociedade em que se encontram e a cidade em que vivem. Sobretudo são diferentes as formas políticas pelas quais podem se expressar, e o abandono do cenário político pode até ser pensado como uma delas. FERREIRA (13) e BELTRÃO (4). Há similitudes formais do movimento estudantil de hoje com aquele formado nos anos 60, como a tentativa de manter de pé o espaço político das entidades gerais de luta, as assembleias, passeatas e greves, a politização partidária do espaço universitário; mas, na

verdade, o movimento já se revela plural e pode supor tanto a centralização das formas de luta como a busca de novas formas de relacionamento crítico com o poder. BELTRÃO (5). O que importa ressaltar, aqui, é que não só os estudantes universitários de hoje não são mais uma figura única, como não aparecem mais através de seu movimento.

O que se percebe, no entanto, é a ausência de parâmetros para se pensar tanto a crise atual da universidade quanto a figura dos estudantes que a freqüentam e que usufruem de seus espaços e serviços sociais. Nem mesmo a ampliação e modificação do movimento das universidades – hoje enriquecido pelas experiências associativas de docentes e funcionários, além do movimento estudantil – conseguiu tematizar esta crise de modo a construir uma identidade política, seja das suas práticas correntes e possíveis, seja da relação entre a universidade e a sociedade. Apesar de tematizarem desde as condições de trabalho acadêmico até a gestão dos órgãos decisórios da universidade, esses movimentos são difusos e inconstantes, e não raro se exprimem por uma fala modelar, que gira mais em torno de empecilhos estruturais para as mudanças desejadas do que pelo reconhecimento de práticas inovadoras que podem estar acontecendo em diferentes espaços da universidade. PAOLI (31).

Assim, o debate que se instala na universidade chega a constituir uma tematização da crise, mas também se fixa em uma interpretação retórica que não se abre para um mundo reconhecível pelos estudantes. Há inúmeros fatores que são apontados para explicar esta crise e que dão uma idéia da tematização de suas dificuldades: a sociabilidade hierarquizada entre seus componentes; o poder concentrado de suas decisões; sua impermeabilidade diante de coisas como a democratização da cultura, as novas tecnologias, as imposições difusas do meio urbano; a amplitude numérica do contingente populacional que a procura; o descompromisso com os desafios políticos da sociedade; a subordinação aos critérios suspeitos da eficiência e da racionalidade econômica e política da sociedade. Tais fatores são articulados, em diferentes idéias, em um debate descontínuo, que tem talvez mais a ver com o desejo de participação de estudantes, professores e funcionários do que com a capacidade de formular projetos que possam ter força própria de consenso, inovação e invenção. Ao invés disso, freqüentemente se remetem aqueles fatores ao velho projeto gestado e derrotado em 1968, de modo que as atuais dificuldades costumam ser pensadas como o seu negativo.

A relação crítica que estabelecemos com esta imagem não significa, evidentemente, que se vá ignorá-la. Seria vão, sob todos os pontos de vista, tentar fugir aos termos em que a interpretação clássica forjou a figura estudantil como figura social e política nos anos 60. Não só porque foi esta década que produziu a importância e o prestígio do espaço da universidade diante da sociedade, como também – e isto é essencial – nossa convicção é a de que não se produziu ainda sobre esta interpretação a crítica que ela exige. Desse modo, é a própria diferença entre a interpretação modelar e difusa sobre a universidade e seus estudantes de hoje e as formas muito diversas das práticas e experiências que se dão no espaço universitário que aprofunda a questão levantada neste projeto.

A mesma falta de idéias perpassa as iniciativas governamentais e da administração universitária na geração de políticas culturais e sociais dirigidas à população acadêmica. Aqui opera outro legado de 1968: a extrema centralização da Lei da Reforma Universitária, a

famosa lei 5.540, de novembro daquele ano. Como descreve um pesquisador da educação, "uma das estratégias básicas no processo de centralização de poder foi a retirada da competência dos que até então se propunham como sujeitos do processo educacional: professores e alunos. Do ponto de vista do governo, era necessário garantir, por todos os meios, a afirmação tácita e explícita da incompetência das pessoas como sujeitos sociais e políticos, reduzindo-os à condição de objetos de políticas sociais. A partir de então, se definiu que as idéias e propostas educacionais não podem estar nas mãos dos que trabalham na educação, mas estes sujeitos é que devem se enquadrar nas legislações, políticas, planos e programas... Procurou-se definir que aquilo que os professores e alunos devem realizar depende não de suas iniciativas, mas depende do conhecimento que a administração governamental produz a respeito deles". PAOLI (32). Quase vinte anos depois, com outro regime de governo no país, este centralismo pesa não só para professores e alunos, como também para os formuladores das assim chamadas novas políticas sociais e educacionais. Veja-se, por exemplo, o Relatório Final da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior – MEC (26) –, onde a condição estudantil (entre outros problemas) é tratada com a distância e a vaguidade de quem não se movimenta nos espaços concretos e no cotidiano da universidade.

O texto desse relatório refere-se à necessidade de um órgão de apoio ao estudante de nível superior, da urgência de uma revisão do sistema de concessão de bolsas de estudo, no sentido de criar um programa especial de auxílio financeiro. Fala também que é preciso alocar mais recursos nos refeitórios universitários e nas residências estudantis.

Demonstrando um conhecimento pouco aprofundado dos perfis dos universitários brasileiros, o relatório limita-se a criticar a ausência de democracia no acesso às universidades, sem discutir ou até mesmo citar a questão da evasão no ensino superior.

Na USP, o planejamento da assistência social e dos serviços de saúde dirigidos aos alunos tem carecido de observações concretas e factuais do conjunto dessa população acadêmica, capazes de sustentar uma política para esses serviços adequada à satisfação das necessidades, e não do simples gerenciamento das pressões provenientes de parcelas desse segmento que, por razões justas, estejam em luta reivindicatória.

Em níveis e relações semelhantes, as atividades culturais extracurriculares patrocinadas pela USP, bem como as esportivas, têm incidido na mesma falha, submetendo-se igualmente a ritmos caóticos, que não se orientam para as produções existentes nessas áreas nem delineiam um modo de explorar as potencialidades dos alunos, com quaisquer perspectivas em termos de prazos capazes de permitir projeções.

Com a ausência de uma fonte primária de informações sobre os perfis dos alunos da USP, não só a atuação dos organismos da reitoria, dirigidos para a resolução desses problemas, se destituiu do profissionalismo de padrão universitário, como os grupos organizados na universidade que lutam pela melhoria dos serviços prestados por esses organismos ficam sem referências objetivas para reivindicar planos de ação específicos e controlar a qualidade dos serviços.

Para que tal situação se reverta, é necessário democratizar as estruturas administrativas desses organismos, de modo que a comunidade universitária, organizada de forma

autônoma, possa influir diretamente nas decisões. E para que esse tipo de administração seja eficiente e transparente, é urgente a criação de formas objetivas de avaliação da realidade para a qual essas políticas são dirigidas e a formulação de políticas para a gestão coletiva da universidade.

De um modo ou de outro, o debate instalado sobre a produção de uma universidade e dos rumos que deveria tomar revela uma multiplicidade de projetos, mas sem dúvida impõe para a universidade a criação de novas áreas de experiência e de conhecimento de uma perspectiva cultural mais ampla. Com tudo isso, quer-se dizer que, no espaço universitário, existem representações distintas e diferentes formas de compromissos, que se articulam com o próprio pluralismo da cidade e da sociedade onde existe. Este próprio pluralismo faz com que ninguém possa enunciar aquilo que a universidade representa de um único ponto de vista ou abarcar a multiplicidade de suas experiências a partir de um posto de observação. Menos do que formular essa pluralidade em um todo fechado, esta pesquisa procura delinear aquilo que é vivido e imaginado pelas muitas experiências estudantis que ocorrem em seu espaço. Afirmarções como as que atribuem a crise ao fato de seus estudantes quererem apenas um diploma para se colocarem no mercado de trabalho; como estágio necessário dos jovens para a vida adulta e profissional; como crise de geração descomprometida com os valores de criação científica; como crise que reflete outra crise, política e societária; como crise de um corpo docente tradicionalista e conservador; como crise da gestão burocrática do poder – tudo isso teria que ser pesquisado de outro modo, de forma que emergisse o sentido da vida na universidade, em sua articulação com o mundo extra-universitário.

Nossa tentativa de conhecer o modo de vida específico dos estudantes da USP nos leva a propor compreendê-lo através de três recortes, nas situações sociais por eles vividas.

O primeiro visa conhecer a situação sócio-econômica desses estudantes, localizando-os no mercado de trabalho, e sobretudo seu papel e posição ocupada na estrutura familiar.

Este papel deverá revelar-se muito diferenciado no interior da condição estudantil, e as posições básicas que se quer conhecer são as de provedor familiar, contribuinte para o orçamento da família, dependente dela ou inteiramente independente. Variações desses tipos deverão ser encontradas na população pesquisada.

Por meio do segundo recorte, pretende-se traçar um quadro dos modos de cuidar da saúde praticados pelos estudantes. A descrição inclui: hábitos alimentares, doenças típicas, cuidados preventivos, freqüência à medicina curativa e nível de informação em relação ao cuidado do corpo. Relacionado à descrição desses níveis gerais de saúde, pretende-se também compreender e redefinir o quadro de abortos, uso de psicotrópicos, freqüência de doenças sexualmente transmissíveis e suicídios, problemas estes geralmente associados à situação generacional dos estudantes. Este quadro geral do padrão de saúde seria correlacionado com a situação sócio-econômica e com a prática que compõem um modo de vida estudantil.

A descrição das atividades de cuidado com a saúde exercidas pelos estudantes implica a descrição das condições para o cuidado com a saúde oferecidas pelos serviços de saúde e assistência social aos universitários.

O terceiro recorte visa propriamente descrever o que entendemos por modo de vida: o produto de um conjunto de práticas sociais e simbólicas exercidas em relação a um espaço e a um tempo específicos.

A aproximação dos três recortes tem em vista as seguintes questões:

- a) se há ou não uma identidade coletiva e própria aos estudantes da USP;
- b) como a universidade se relaciona com essa identidade: o que nela é visto como significativo pelos estudantes, o que nela é investido (emocionalmente, socialmente, simbolicamente) e o que nela é representado, comparativamente a outros espaços e tempos da vida dos estudantes – outros espaços e tempos como a família, a moradia, o trabalho, a militância política, a sexualidade etc.;
- c) se existem ou não traços comuns partilhados na articulação desses mundos, de modo a configurar um território social próprio, e qual sua relação com a condição de transitoriedade que marca a vida estudantil;
- d) saber o significado da palavra “juventude” e se existe ou não articulação de sua representação com a condição estudantil;
- e) sobretudo, saber qual é a avaliação que os estudantes fazem da própria universidade, que se pretende apoiada de maneira integrada e equilibrada no tripé ensino-pesquisa-extensão de serviços à comunidade, e como os estudantes percebem os modelos de formação que lhes são oferecidos nos diversos cursos da USP;
- f) se o currículo formal do aluno na universidade pode ser identificado com a representação que a instituição acadêmica faz dele através do histórico escolar e com a percepção que o aluno tem do currículo formal que a universidade propicia; neste ponto, pretendemos estender nosso olhar até o currículo informal, a partir do distanciamento, e proximidade entre os estudantes e a produção da indústria cultural.

2. ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS ESPECÍFICAS

2.1. Situação Sócio-Econômica

Sendo a situação de estudante uma situação transitória do “ser em formação/preparação”, ele é muito mais agente portador de uma potencialidade (virtualidade) do que de uma efetividade produtiva determinada historicamente pela prática.

O estudante da USP não seria apenas um “ser em formação/preparação”, no sentido de uma formação que assume as características de complementação à formação básica anterior, resultante de uma prática produtiva; ele seria uma efetividade em processo de complementação.

Por outro lado, uma parte do alunado da USP apresentaria uma condição institucional diferenciada, anterior à condição de estudante: é estudante sendo, antes de tudo um trabalhador. Nesta situação, ele pode ser responsável ou não pelo orçamento familiar. Neste caso, ele pode ser pai ou apenas um membro dessa unidade familiar. Diferentemente, pode ser um ser totalmente autônomo e independente, um ser apartado da família.

Essas considerações preliminares colocam, entre outras, as seguintes premissas:

- a) a caracterização da situação sócio-econômica do estudante pela situação familiar, ou seja, pela posição que ele ocupa na estrutura familiar;
- b) se ele é um trabalhador-estudante, estudante responsável por uma unidade familiar, a caracterização não pela família paterna, como no caso anterior, mas pela própria família que ele constitui;
- c) se ele é um indivíduo totalmente desvinculado de uma situação familiar, sendo apenas estudante ou estudante-trabalhador;
- d) outras situações podem vinculá-lo a outras posições, como, por exemplo, sem família paterna mas com família de adoção, com ou sem relações de parentesco etc.;
- e) pode estar vinculado como estudante a outras instituições que não a família: Igreja, Estado, escola, empresa etc.

Logo, a situação sócio-econômica determina-se por meio de múltiplas situações, e estas devem ser bem definidas. No nosso entendimento, um divisor que possibilita esta definição é a situação do estudante em relação às atividades geradoras de recursos necessários à sua sobrevivência como tal. Quem os produz? Como ele participa dessa produção? Como ele se apropria dela? O outro divisor que encaminha operacionalmente a questão sócio-econômica do estudante é a sua inserção na estrutura institucional. De qualquer modo, trabalho e família despontam como relações que definem operacionalmente o que se entende por situação sócio-econômica do estudante, agregando-se vivências outras que os complementam, tais como educação, lazer e recreação.

Privilegiando-se a situação de trabalho como uma das variáveis definidoras da situação sócio-econômica, torna-se necessária a definição de alguns indicadores sociais e econômicos.

2.1.1. Situação de trabalho como uma variável definidora da situação sócio-econômica

- a) *Indicador social*: ocupação/função e/ou profissão formação: formal e profissional, tempo de atividade, ramo de atividade etc.
- b) *Indicador econômico*: salários/honorários/comissões diárias (este indicador pode ser medido em termos de salários mínimos: 1 a 2, ou 3 a 4, ou ainda 5 a 6 etc.).

Os indicadores sociais e econômicos podem estar adscritos ao estudante enquanto trabalhador ou podem ser atributos do responsável pela família do estudante.

2.1.2. Situação de família na definição sócio-econômica

- a) *Indicador social*: qualificação dos membros responsáveis pela família/formação educacional/profissão/número de pessoas que compõem a família/tipo de moradia/bairro/tempo de moradia em São Paulo etc.

- b) *Indicador econômico*: salário dos membros responsáveis pela família/tipo de atividade econômica/honorários/comissões diárias etc.

Essas variáveis podem ser medidas em termos de salários mínimos (renda pessoal e familiar).

As variáveis *a* e *b* são complementadas por fatores de classificação ordenativa, enumerativa e hierárquica:

- o *variável sexo*: ordenação de gênero masculino e feminino;
- o *variável etária*: ordenação enumerativa pela idade das pessoas;
- o *variável posição na estrutura familiar*: ordenação hierárquica etc.

2.1.3. Classificação sócio-econômica por meio dos indicadores de consumo (Abipeme)

Visando a uniformização de critérios, a Abipeme, associação que congrega os institutos de pesquisa de mercado, adota critério único na classificação sócio-econômica. A adoção de um padrão de mensuração facilita a comparação entre os vários estudos, devido à uniformização de critérios. A vantagem da classificação, proposta pela Abipeme está unicamente na uniformização de critérios e na sua operacionalidade. Esta classificação sócio-econômica apresenta como variáveis as classes, abaixo enumeradas, com as seguintes pontuações estatísticas:

- Classe A*: 35 ou mais pontos
- Classe B*: de 21 a 34 pontos
- Classe C*: de 10 a 20 pontos
- Classe D*: de 5 a 9 pontos
- Classe E*: de 4 a menos pontos.

Os indicadores que definem essas classificações sociais são:

- a) *Escolarização do entrevistado e do chefe da família*: "Até que ano escolar o senhor cursou? E o chefe da família?"

	Entrada	Chefe
Não sei/Analfabeto/Primário incompleto	1	0
Primário completo/Ginásio incompleto	2	1
Ginásio completo/Colegial incompleto	3	3
Colégio completo/Superior incompleto	4	3
Superior completo	5	10

b) *Consumo de bens e serviços: "O (a) senhor (a) tem em sua casa:..."*

	Sim	Não	Quantos o (a) senhor (a) tem?					
			1	2	3	4	5	6
TV	---	---	2	4	6	8	10	12
Empregada fixa mensalista	---	---	6	12	18	24	24	24
Automóvel	---	---	4	8	12	16	16	16
Rádio	---	---	1	2	3	4	5	6
Aspirador de pó	---	---	5	5	5	5	5	5
Máquina de lavar	---	---	2	2	2	2	2	2
Banheiro	---	---	2	4	6	8	10	12

2.2. Níveis de saúde

2.2.1. Níveis de saúde e cuidados com a saúde

Pesquisas a respeito da condição de saúde concluem que pessoas integrantes de estratos sociais privilegiados possuem melhores condições de vida, moradia e nível de saúde e também de acesso a serviços de saúde, devido à pressão política que possam exercer.

Portanto, o nível de saúde de uma população tem a ver não só com as lutas políticas, como as soluções para melhorar as condições de saúde passam pela necessidade de planejamento das políticas de saúde e também pela discussão dos direitos da população à saúde.

O Brasil possui um milhão e meio de estudantes de nível superior, os quais com certeza se diferenciam quanto às condições de níveis de saúde.

Ao tratar da questão "O ensino de pós-graduação e a pesquisa científica", o relatório final da Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior, MEC (27), especifica que a revisão de bolsas de estudos de pós-graduação deve incluir pelo menos o benefício da Previdência Social, o que deixa implícito o estabelecimento de condições mínimas de saúde, embora o relatório não mencione o termo.

A questão da saúde é há tempos assunto presente nas discussões e reivindicações por parte dos estudantes aos órgãos oficiais, embora as pesquisas a respeito do nível de saúde de estudantes universitários no Brasil sejam praticamente inexistentes, e as existentes, meros exercícios de formação acadêmica, não tendo a menor influência ou engajamento na formulação de políticas de saúde.

Não cabe aqui abordarmos as razões de ocorrência desse fato, mas o pequeno número de trabalhos realizados além de demonstrar a pouca atenção dada à saúde desse

grupo social, dificulta a realização de estudos comparativos entre os perfis dos níveis de saúde dos estudantes das diversas universidades do país.

Algumas iniciativas mais pertinentes e que atingiram seus objetivos o foram mais por empenho de ordem pessoal que pelo incentivo de órgãos oficiais. Podemos citar, como exemplo, o projeto de pesquisa elaborado na Escola Paulista de Medicina pela Seção de Alunos e Departamento de Medicina Preventiva e Social. O tema da pesquisa se restringia ao nível de saúde dos estudantes daquela instituição, tendo sido concluído apenas o subprojeto relativo à saúde mental*.

2.2.2. Saúde e suas definições

Abordando a questão do nível de saúde dos estudantes universitários, necessitamos antes de mais nada precisar a definição de saúde, que adotamos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), "saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças". Este conceito, amplamente utilizado, é pouco preciso. Não é claro o significado de vários termos empregados, por exemplo, "completo bem-estar". Além disso, deve-se admitir que este pode variar consideravelmente de acordo com as características individuais temporais e especiais. A saúde, nesta medida, é definida como o oposto de doença. Fácil é notar os inconvenientes de tal atitude, pois ela implica considerar saúde e doença como estados extremos, separados por limites nítidos. Tal quadro corresponde apenas à situação ideal, longe da realidade na qual se observa a existência de verdadeira gradação no que diz respeito à condição do corpo do indivíduo.

Relacionada à saúde e à doença, consideramos mais cabível a definição de que "o fenômeno saúde-doença é uma unidade indivisível de opostos por contrariedades que configuram uma rede e que têm em sua base um caráter de processo (historicidade) e um caráter fenomenológico que se deslocam ao longo das dimensões em que ambos os opostos delimitam-se. Este deslocamento está determinado por fatores biossociais, os quais definem o processo e sua manifestação concreta. Neste sentido o fenômeno saúde-doença deve ser entendido como unidade dialética que se manifesta nos indivíduos em sua dimensão biossocial, determinada pelas condições de existência dos homens (materiais, geográficos, sociais e supra-estruturais) e pela prática social do homem, como resposta historicamente determinada". CANTILLANO (9).

Achamos também importante citar a definição muito difundida entre os autores que defendem a participação popular nas decisões das questões da saúde: "... saúde deve ser entendida não como um conceito abstrato – definido segundo parâmetro de uma 'normalidade' alheia a qualquer contexto social, mas que encontra a sua manifestação concreta em cada etapa histórica, tanto em termos das representações dos vários grupos sociais, quanto dos padrões diferenciais de saúde atingidos por tais grupos... esta manifestação concreta

* Este subprojeto resultou na publicação do trabalho de SIMON, Ryad. *Psicologia clínica preventiva: novos fundamentos*. São Paulo: Vetor, 1983.

não pode ser justamente percebida se não for considerado o jogo de forças sociais que caracteriza cada uma dessas etapas”*

2.2.3. Os níveis de saúde dos estudantes da USP

Coloca-se a questão de como vai a saúde dos estudantes da USP. Até os dias de hoje, não se conhece nenhum trabalho concluído a esse respeito.

O plano de investigação mais conhecido já existente é o Plano Universitário de Saúde (PLUS), realizado pela Divisão de Saúde da COSEAS (Coordenadoria de Saúde e Assistência Social). O trabalho foi interrompido em meados de 1984, com a transferência dos serviços de atendimento médico da COSEAS para o Hospital Universitário (H.U.), transformando-se em SESUF (Serviço de Saúde para Universitários e Funcionários).

Tinha por objetivo avaliar o estado de saúde do estudante ao ingressar na universidade. Constava de exames laboratoriais, exame médico completo e vacinação, constituindo atividade de caráter preventivo.

Nesta pesquisa, propõem-se as seguintes áreas de investigação a respeito de níveis de saúde:

- a) apesar da falta de um estudo mais apurado, é sabido que o número de abortos, de suicídios, de doenças sexualmente transmissíveis e do uso constante ou eventual de psicotrópicos é significativo entre os estudantes universitários. Os problemas citados merecem um estudo apurado para se levantar as causas, os motivos e, as possíveis soluções.
- b) existe também uma preocupação com a condição de saúde dos praticantes de atividades físicas e desportivas. Faz-se necessário verificar a relação do estudante universitário com as atividades desportivas e de lazer e com os espaços de vivência, as práticas desportivas e de recreação, por exemplo, o CEPEUSP (Centro de Práticas Esportivas da USP), as preferências de atividades, o tempo disponível para as mesmas etc.
- c) em relação à alimentação dos estudantes, achamos importante verificar o hábito alimentar dos mesmos e os locais onde costumam realizar as suas refeições. Pretendemos estudar a correlação entre hábito alimentar dos estudantes e doenças gastrointestinais (úlcera e gastrite) e também a interferência do tipo de alimentação (teor calórico) na produção intelectual dos universitários. A condição econômica deve ser um fator determinante do tipo de alimentação consumida. Até o final de julho de 1986, sabemos que 1.311 bolsas de alimentação foram concedidas a alunos dos *campi* da capital e do interior: 668 nos *campi* de São Paulo, 256 no *campus* de Ribeirão Preto, 243 no *campus* de São Carlos, 109 no *campus* de Piracicaba e 35 no *campus* de

* Texto mimeografado:

RIBEIRO, A.C. & PICALUGA, I.F. *Campanhas sanitárias e sua burocratização: um estudo histórico da Saúde Pública no Brasil*. Instituto de Medicina Social da UERJ, 1975.

Bauru*. Nesta medida é interessante conhecer o tipo de alimentação oferecida, sua avaliação pelos estudantes beneficiários e se o número de bolsas oferecidas coincide com a demanda existente. FUVEST (18).

- d) sabendo que fatores culturais e sociais estão diretamente relacionados com a saúde, devemos nos lembrar também dos inúmeros estudantes estrangeiros, provenientes de uma gama diferenciada de países, apresentando problemas de inadaptação, que se não são abordados a tempo causam danos irreversíveis.
- e) após o temário levantado nesta abordagem, cabe saber a opinião do estudante universitário a respeito dos serviços de saúde prestados pela universidade. Além de uma avaliação por parte dos usuários, cabe realizar uma avaliação técnica tanto dos Serviços de Saúde da COSEAS quanto do SESUF.

Estes são alguns dos problemas relativos à saúde dos estudantes universitários da USP; é clara, porém, a existência de inúmeras outras questões que também mereceriam ser citadas num plano para o funcionamento dos serviços de saúde na universidade.

Os problemas levantados permitem pensar a possibilidade e a necessidade de serviços de medicina preventiva, como a reimplantação do PLUS, além da medicina curativa, hoje exclusiva na universidade. Tomamos a prevenção não apenas meramente em termos de descrição e avaliação dos efeitos de suas práticas esportivas, lazer, alimentação adequada, moradia, mas também em termos de uma maior proximidade ao estudante: a medicina preventiva deveria conhecer a sua condição física, psíquica e social, acompanhando-o durante a sua formação, realizando exames clínicos periódicos (oftalmologia, odontologia). A assistência à saúde corre o risco de possuir caráter normativo e autoritário; no entanto, não podemos negar a sua importância em termos de estar atendendo a quem procura o serviço. Contudo, fica a indagação quanto ao momento em que o indivíduo procura a assistência, isto é, quando apresenta sintomas de doença. Talvez a questão esteja mais relacionada com o tipo de assistência oferecida em que condições de trabalho ela ocorre, com a ausência de participação dos estudantes no gerenciamento dos órgãos de saúde e na realização de programas para colocarem suas reais necessidades.

A dependência econômica da maioria dos estudantes certamente influenciará em sua relação com o espaço de saúde. É necessário pensar como ele cuida de seu corpo, quando procura um serviço de saúde e para onde se dirige (serviço particular ou público). Afirmar que o estudante universitário de classe média não necessita do serviço de saúde oferecido pela universidade é problemático. Apesar da condição econômica da família permitir a sua ida a médico particular, ele talvez prefira recorrer ao serviço de saúde oferecido pela universidade, pois este pode ser o único meio de manter uma autonomia sobre seu próprio corpo, um espaço de independência em relação à família. Por outro lado, estudantes de menor poder aquisitivo podem não se utilizar dos serviços de saúde existentes na universidade por preconceitos morais e culturais, por exemplo, o de que um serviço de saúde de caráter as-

* Dados fornecidos pela COSEAS sobre as realizações desta coordenadoria durante o primeiro semestre de 1986.

sistencialista merece pouca confiança. Outros podem não freqüentar os serviços existentes no *campus* por puro desconhecimento. A localização dos serviços de atendimento no espaço físico da universidade é de crucial importância para o acesso dos estudantes. Para um serviço de atendimento racional e produtivo, talvez se faça necessária uma integração entre todos os serviços existentes no *campus* Butantã e na sede em Pinheiros, como: o Hospital Universitário, a Clínica de Atendimento do Instituto de Psicologia, o Laboratório de Análises Clínicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, as Ligas de Ambulatório da Faculdade de Medicina, o Centro de Saúde-Escola Butantã, os serviços da Faculdade de Saúde Pública e da Faculdade de Odontologia etc.

A medicina preventiva estaria também presente na orientação e acompanhamento médico das práticas esportivas, sem o que poderão ocorrer seqüelas físicas irreversíveis, além de acentuar problemas físicos congênitos.

Permanece a dúvida se os casos de aborto acontecem por falta de informação sobre os métodos contraceptivos ou se, com informação, decorrem de uma falta de cuidado do indivíduo com seu corpo, em termos de um real distanciamento do mesmo. Ressaltã-se, mais uma vez, a urgência de assistência a nível de um trabalho preventivo, de informação individual de esclarecimentos à comunidade, com finalidade educativa. Assim, a pesquisa tentaria apreender o indivíduo na sua totalidade, a sua saúde integrada a outros interesses da vida universitária.

2.3. Sobre o aproveitamento acadêmico

2.3.1. Conflitos emocionais e aproveitamento escolar

O fracasso nos estudos não é causa única determinante da evasão escolar, mas os dois fenômenos mantêm estreita correlação. O estudo do fracasso e evasão escolar é importante tanto para o aluno como para a universidade, pois nos dois lados há investimentos perdidos. Assim, neste projeto, julgamos que uma pesquisa junto à população estudantil, focalizada especificamente nesta temática, poderá contribuir para um conhecimento mais profundo das características e necessidades dos estudantes, bem como oferecer subsídios à reflexão sobre políticas de saúde, assistência social, lazer e orientação psicopedagógica a ser implementada, pela universidade.

2.3.2. O comportamento de fracasso do universitário

O psicanalista Henry DANON-BOILEAU (10), que se dedicou ao estudo desse comportamento durante os últimos trinta anos, informa que, dadas as características dos adolescentes e adultos jovens, a organização dos cursos universitários favorece a aparição do fracasso neurótico em condições quase experimentais. Esse período de conflitos e oposições (no plano das práticas, éticas e políticas) ao mundo dos adultos fornece um terreno particularmente propício aos comportamentos de fracasso.

Considerando o aspecto de proteiforme do comportamento do fracasso, Danon-Boileau vê, nesses termos, um conceito operatório precioso, posto que a neurose do fracasso

é vista pela psicanálise como um quadro descritivo, e não nosográfico. O comportamento de fracasso não seria engendrado por uma neurose qualquer, como neurose de fracasso, pois é próprio de toda neurose engendrar fracassos na vida afetiva ou social, no plano intelectual ou sexual.

“Às vezes, um fracasso testemunha o sintoma de uma neurose mais ou menos típica” DANON-BOILEAU (10).

Dado a equivalência entre comportamento de fracasso e sintoma (daí seu aspecto proteiforme), estes se mostram ligados a diferentes domínios da vida afetiva, somática ou social. Podem ser pensados como fornecedores de material para uma exploração mais profunda dos possíveis tipos de conflitos emocionais mais constantes entre estudantes e as possíveis relações entre ajustamento emocional e aproveitamento escolar.

O sentido do fracasso foi apresentado por FREUD (17) como uma “artimanha de desejos profundamente enraizados” que, em certos casos, paradoxalmente, aparece como doença (fracasso neurótico), exatamente quando o desejo se realiza. Freud assimila o sucesso à realização de desejos edípicos e aponta que a realização concreta de um desejo consciente não significa realização de desejos inconscientes. Para os que fracassam ao triunfar, o fracasso concretiza a autopunição compensatória do sentimento de culpa inconsciente e anula os resultados adquiridos pelo sucesso.

Quer se concorde ou não com a hipótese psicanalítica, de que há conflitos edípicos subjacentes ao comportamento do fracasso universitário, não podemos, contudo, deixar de reconhecer que a polaridade fracasso-sucesso, enquanto modo de pensar os estudos, a profissão e talvez toda a vida social, é uma sanção imposta tanto pelas instituições escolares como pelo mundo profissional. A polaridade sucesso-fracasso concretiza, assim, o risco, a possibilidade de um perigo externo (ou barreira), a ameaça de uma punição. Ela é uma categoria central quando se tem pela frente a realização de uma psicologia do desempenho escolar.

Concordando com a psicanálise de Freud, não se pode deixar de reconhecer que onde há um sentimento de fracasso haverá seguramente um desejo inconsciente de sucesso e, com a psicanálise do fracasso universitário de Danon-Boileau, que, não é possível abordar um comportamento do fracasso sem tratar do sucesso e de seus significados inconscientes:

“Praticamente, é por aí que convém começar a pesquisa para a elucidação do fracasso, posto que é o desejo de sucesso que se manifesta ao nível consciente, enquanto que o fracasso corresponde, pelo contrário, ao nível inconsciente. O sucesso engendra os riscos e comanda, portanto, as necessidades do fracasso. Este é então uma defesa, uma proteção contra o sucesso; mais difíceis são os casos em que o sucesso é apenas desejo na aparência, enquanto que o verdadeiro desejo é o fracasso” (p. 19).

Para realizarmos uma pesquisa nos moldes em que Danon-Boileau realizou seus trabalhos sobre o comportamento de fracasso, necessitaríamos das condições de que ele dispunha em uma clínica universitária de orientação psicopedagógica:

“Tivemos o privilégio de poder estudar esses problemas no cotidiano, graças a nosso trabalho, em curso desde 1956 e durante mais de vinte anos, como médico-chefe da clínica Dupré, em Sceaux. Esta instituição foi a primeira, tanto na França como no exterior, a reunir em seu seio, ao lado de uma equipe médica clássica (comportando psiquiatras institucionais, pessoal de enfermagem, assistentes sociais, psicólogos, psicoterapeutas), uma equipe de docentes, aí sediados em tempo integral pelo Ministério da Educação Nacional. Esse estabelecimento privado com fins não lucrativos, regido pela lei de 1901, pertencente à Fundação Saúde dos Estudantes da França e foi criado, em 1956, pela iniciativa do Dr. Donady. A clínica Dupré foi desde a sua origem um serviço livre, aberto, misto; a originalidade fundamental de sua organização, ligada à presença de equipe de professores, oferece ao estudante (ou ao escolar de classe terminal), sofrendo de dificuldades psíquicas, a vantagem capital de poder conservar um contato flexível, e modulado segundo suas possibilidades, com o mundo escolar e universitário, quer se trate de um prosseguimento normal dos estudos, de readaptação, de mudança de orientação, e mesmo de inserção na vida profissional. Um tal modo global de assumir encargos exigia uma colaboração estreita, confrontos e discussões cotidianas entre docentes e a equipe médica. Os professores se mostravam interessados, em primeiro lugar, nas capacidades intelectuais de seus estudantes doentes, nos problemas de êxito ou fracasso de seus alunos” (p. 8).

Em conseqüência, como não dispomos de uma instituição organizada e funcionando nos termos desse modelo de clínica psicopedagógica, seguindo determinadas indicações de Danon-Boileau procuraremos sondar junto a nossos estudantes que significados assumem algumas expressões que se agrupam em torno da polaridade sucesso-fracasso (“fracasso nos estudos” “realização acadêmica”, “sucesso profissional” etc.) e que significados assumem outras tantas expressões que dizem respeito ao processo de avaliação de aprendizagem, sobre o qual incide diretamente o que Danon-Boileau chamou de tecnologia do fracasso. Nos seus múltiplos modos de aparição, o fenômeno fracasso serve-se de todas as técnicas possíveis: enganar-se de lugar e data de provas ou exames; fugir do exame ou prova oral; preparar apenas uma parte do programa; desafiar o júri; não tratar da matéria, mas demonstrar a questão como absurda e, obviamente, ficar doente no momento crucial.

2.4. Modo de vida

Na apreensão do “modo de vida” estudantil e de sua adaptabilidade às perguntas formuladas pela pesquisa, três ordens de questões precisam ser discutidas previamente: primeiro, a inserção da noção de “modo de vida” no corpo teórico das Ciências Sociais, dado que a sua conotação remete a formulações diversas e é necessário, minimamente, delimitar o seu significado; segundo, delimitar de que maneira o espaço universitário vem a ser o centro de referências através do qual se pretende apreender os outros mundos da vida cotidiana; terceiro, como se pretende operacionalizar os objetivos e raciocínios da pesquisa, dada a amplitude de sua temática.

Primeira questão: a inserção da noção de “modo de vida” no corpo teórico das Ciências Sociais. Quando se fala em “modo de vida”, nas Ciências Sociais, a associação mais imediata é com a antropologia cultural, que busca compreender as regras simbólicas que organizam e especificam a vida de um determinado grupo social. Importada da antropologia,

a caracterização de um "modo de vida" foi perseguida por uma sociologia de corte positivista, que se propunha a descobrir modelos de comportamento típico de atitudes, referenciais, valores e hábitos de um determinado grupo social; uma vez construído o modelo em cortes típico-ideais e objetivos, procurava-se correlacioná-los com os valores instituídos e vigentes na sociedade, para determinar o grau de correspondência ou divergência com estes. Mais conhecida como "sociologia do desvio", esta sociologia produziu mensurações a respeito dessa correspondência dos comportamentos do grupo com a sociedade onde se insere e, apesar do interessante e abundante material empírico que recolheu, afastou-se da inspiração antropológica inicial por esta sua preocupação com a ordem vigente, o que lhe dava um conteúdo nitidamente conservador, do qual o relativismo cultural está bem mais livre. Sobre o mundo estudantil, por exemplo, são conhecidas as pesquisas americanas de Bendix, MILLS (25), JACOBS & LANDAU (22), LIPSET (23), PARSONS (30) e GOODMAN (19). Nestes estudos sobre a rebelião estudantil dos anos 60, que teve por cenário várias universidades americanas, a pergunta maior é sobre "ajustamento" versus "desajustamento" dos jovens, em relação aos valores instituídos da sociedade americana. Por mais que vários desses autores se afastassem criticamente de critérios modelares, a própria questão levantada tem muito a ver com as preocupações de uma sociologia da ordem. Essa não é a preocupação de nossa pesquisa.

Em outra tradição, "modo de vida" aparece como decorrência necessária da condição de classe a que o grupo pertence. Valores, normas, referenciais e crenças possuem o estatuto da ideologia, isto é, aquilo que, no plano societário, impede a real compreensão pelo sujeito dos mecanismos sociais que comandam sua vida. O mundo cultural e social do grupo aparece, assim, com efeito das determinações estruturais da sua sociedade, e o grupo social estudado, saiba ou não, tem suas potencialidades, limites e consciências já dados pelas condições objetivas de classe. Do mesmo modo, os padrões de vida, a organização da família, as condições de habitação, a educação, as crenças morais e religiosas acabam por ser expressões total ou relativamente falseadas do interesse de classe. Este interesse é dado sobretudo pela inserção econômica e política nas formas de produção vigentes e nas relações estruturais dela decorrentes. As pesquisas sobre os estudantes, de inspiração marxista, analisaram preferencialmente os movimentos estudantis como expressões falseadas, indiretas ou desconectadas da origem pequeno-burguesa de seus componentes. Esta condição de classe, majoritária, ao que tudo indica, em todos os países onde se formaram movimentos estudantis nas décadas de 60 e 70, determinaria seus objetivos, seus limites, seus enganos e seu alcance. BOURDIEU & PASSERON (8), BOURDIEU (7), analisando os estudantes universitários franceses, enfatizou a "confusão simbólica" dos modelos culturais cultivados pelos universitários e seu desconforto diante do privilégio dado pelo acesso à cultura universitária. MARCUSE (24) analisou a cooptação, a dominação e a alienação que o capitalismo promove e a nova forma de contestação dos estudantes, que poderia redundar em uma nova forma de integração, exatamente em virtude dos compromissos da classe de origem dos estudantes. Marialice FORACCHI (14) analisou, para os estudantes da USP, o quanto o movimento estudantil tinha a ver com o esforço pequeno-burguês de ascensão social, coisa obscura para os próprios estudantes. Foracchi também analisou o tema de privilégio pressuposto no acesso à educação universitária dentro dos limites da consciência estudantil. Guilhon ALBUQUERQUE (1) retomou o mesmo tema, mostrando a

confusão política do movimento e do projeto estudantil diante da sociedade, a partir de sua própria constituição. Todos esses autores utilizam o instrumental marxista – com maior e menor aproximação são simpáticos aos estudantes e sensíveis às suas reivindicações; mas as suas questões são colocadas necessariamente de fora do mundo estudantil, isto é, são mais questões sobre as formas de transformação social do que sobre os possíveis agentes dessas transformações. Em uma palavra, a própria determinação dos estudantes como objeto de análise vem apenas do interesse que eles poderiam representar de serem agentes dessa transformação. Também não são estas as questões de nossa pesquisa, embora elas tenham um interesse maior do que os temas propostos pela tradição sociológica preocupada com a ordem social.

Segunda questão: delimitar de que maneira o espaço universitário vem a ser o centro de referência para descrever e aprender o “modo de vida” estudantil. A universidade, como todo mundo sabe, comanda representações específicas sobre si mesma que dão a todos os que dela participam a eterna sensação de ser uma instituição em crise. Na medida em que esta pesquisa recusa assumir o referencial explicativo dessa crise como sendo dado pela derrota do projeto gestado nos anos 60 (vide introdução) e, mais ainda, não privilegia os movimentos políticos que ocorrem no espaço da universidade como plano de análise, fica claro que a pesquisa parte das práticas sociais e culturais exercidas cotidianamente pelos estudantes no espaço universitário e que estão ainda por serem conhecidas.

Essas práticas são, hoje, múltiplas, não sendo possível sustentar que a universidade tem um sentido único, o de formação acadêmica e profissional. Pelo contrário, convivem com este significado vários outros referenciais de sentido, de modo que o estudante que aí está nem sempre assume a formação profissional como o sentido mais importante que o faz participar do espaço universitário. Vem exatamente daí toda a série de questões que a pesquisa se propõe, e por isto seu ponto de partida está feito mais de impressões e vivências dos pesquisadores do que hipóteses baseadas em uma literatura especializada, dada a inexistência de pesquisas recentes sobre o tema.

Terceira questão: como se pretende operacionalizar as intenções e objetivos da pesquisa.

A idéia central operacionaliza-se a partir de comparação entre as práticas universitárias e extra-universitárias. Quanto às primeiras, a pesquisa tentaria obter uma descrição do tempo dispendido e da qualidade de relações que ocorrem nas salas de aula, seminários e laboratórios, bibliotecas, bares e lanchonetes, restaurantes, piscinas, festas, locais de moradia universitária, locais de esportes e outros. Esta descrição é direcionada para a apreensão da organização do tempo do estudante no espaço da universidade: o tempo dispendido em tarefas didáticas, o tempo dispendido em atividades esportivas, o tempo voltado para o uso de equipamentos sociais a seu dispor, o tempo de trânsito, o tempo de lazer. A organização de seu tempo universitário em espaços definidos deve indicar os investimentos intelectuais, emocionais e de sociabilidade feitos por cada estudante a partir de seu próprio fazer universitário – e isto permitirá precisar algumas idéias iniciais sobre tais investimentos. Em um segundo passo, entrevistas qualitativas e abertas (feitas a partir de uma subamostra desse levantamento) forneceriam conhecimento sobre as avaliações específicas desta organização do tempo e do espaço pelos alunos.

O procedimento é o mesmo quanto às práticas extra-universitárias. A pesquisa se volta em primeiro lugar, para procedimentos descritivos do tempo nelas dispendido, o que permite um primeira aproximação comparativa. Quatro áreas de sociabilidade foram selecionadas para a comparação do tempo nelas dispendido e na universidade: a família, as relações afetivas não-familiares (incluindo a sexualidade), as associações voluntárias de que o estudante participa (grupos políticos, religiosos, literários, teatrais etc.) e o espaço de trabalho. Novamente, entrevistas qualitativas e abertas procurariam explorar o sentido conferido a esses espaços, em comparação com a vida universitária.

O "modo de vida" estudantil seria delineado, deste modo, a partir das diferentes significações atribuídas pelos estudantes aos diferentes mundos onde se movimentam. A comparação entre aquilo que o estudante vive no espaço universitário e os mundos extra-universitários visaria captar:

- a) as perspectivas de criação, liberdade, formação, sociabilidade ou sua ausência; por aí se tentaria perceber as razões pelas quais os estudantes mantêm-se ou se evadem da universidade, a qualidade de sua participação, a crítica ou a aceitação passiva da sua trajetória;
- b) o referencial simbólico a que remete sua experiência; por aí conheceríamos o interesse acadêmico ou outro, os julgamentos sobre a qualidade do ensino, as atividades exigidas, o mundo cultural da universidade, a qualidade da interação com colegas etc.;
- c) os tipos de "negociação" entre o estudante e as expressões do mundo exterior à universidade; como ele lida com as imagens vindas de fora do mundo estudantil (expectativa de ter profissão, futuro, dinheiro, conhecimento, experiência, amigos, de fazer política, de saber das coisas) e como elas são interiorizadas, contestadas, reapropriadas.

2.5. A televisão como agente cultural

No que se refere às práticas sociais e culturais dos estudantes em seu tempo extra-universitário, interessa-nos a descrição de seu comportamento de "ver televisão", tendo em vista analisar os significados que o uso desse meio de comunicação tem para esse grupo social.

Sendo vasta a literatura sobre a televisão como agente cultural, dela selecionamos apenas algumas hipóteses e conceitos que nos orientarão quanto ao método e à construção do instrumental de pesquisa: questionário e roteiro de entrevista.

Trataremos o comportamento de "ver televisão" basicamente como "dado" do processo de reflexão do estudante. Para tanto partiremos do conceito "televisão vivida" exposto por Georges FRIEDMAN (16).

Para Friedman, as pesquisas consagradas à televisão passaram, desde o anos 60, de uma etapa cujo traço comum era, antes de tudo, apreender os efeitos do "meio" sobre aqueles que recebem suas mensagens, para uma etapa marcada pela preocupação sobre o

que os indivíduos “fazem” com os meios de comunicação: como os percebem, sentem e vivem; a que papéis, funções e necessidades as “comunicações de massa” correspondem.

Considerando então a idéia de “televisão vivida”, ou seja, a televisão vista conforme o uso que o “telespectador” faz dela, pela relação particular que estabelece com ela, definimos um objetivo específico da pesquisa: trata-se da obtenção de relatos verbais de estudantes universitários sobre três modos de apreensão da televisão: como objetivo para a percepção sensorial; como objetivo mediador de relações interpessoais; como objetivo de valor educacional e de lazer.

2.5.1. A televisão como objeto para a percepção

Enquanto objeto para a percepção, a televisão será proposta como tema para reflexão de nossos sujeitos, tendo-se em mente uma passagem de Martin HEIDEGGER (20) e algumas idéias de Walter BENJAMIN (6).

Primeiro, vejamos Heidegger:

“No tempo e no espaço todas as distâncias se retraem. Lá onde o homem não chegaria senão após semanas ou meses de viagem, ele vai pelo ar em uma noite...”

“O filme nos põe sob a vista os centros longínquos das civilizações mais antigas, como se eles hoje se encontrassem no próprio movimento de nossas ruas. Além disso, ele certifica aquilo que nos faz ver mostrando-nos ao mesmo tempo, em pleno trabalho, o aparelho de tomadas de vistas e os homens que o servem. *Mas, aquilo que suprime da maneira mais radical toda possibilidade de afastamento é a televisão*, que rápido percorre todos os sentidos, para neles exercer sua influência soberana, toda a maquinaria e todos os atropelos das relações humanas”.

“No tempo mais curto, o homem chega ao fim dos mais longos trajetos. Faz passar diante de si as maiores distâncias e coloca assim, à sua frente, toda coisa à menor distância”.

“Por si, só esta supressão prévia de todas as distâncias não traz nenhuma proximidade, pois esta não consiste na pouca distância. O que, graças à imagem do cinema e ao som do rádio, está na distância menos afastada de nós, pode nos parecer longínquo. O que na distância está imensamente longe pode nos ser próximo. Pequena distância não encerra proximidade. Grande distância não encerra afastamento” (p. 194-195).

Para Walter BENJAMIN (6), a técnica (relações humanas de produção) e a tecnologia (relações materiais de produção) submetem a sensibilidade humana a um “treinamento” complexo, cujo caráter na modernidade, tal como imposto pela maquinaria, é o “choque”. Uma interminável série de choques na consciência do indivíduo marcaria a existência industrial moderna. Tais choques partiriam tanto dos modernos modos de informação como simplesmente das multidões nas ruas das cidades. Segundo Benjamin, a experiência de “choque” teria se tornado norma na moderna existência urbana. Note-se que tais choques são considerados similares aos choques da guerra.

Para Benjamin, a sociedade contemporânea, cuja norma é o choque, desenvolve um

tipo de experiência que “treina” o indivíduo para a resposta imediata e pragmática aos estímulos do meio ambiente, a qual diferentemente do tipo de experiência da sociedade tradicional, constituída pela repetição e o hábito e não pela atividade com propósito deliberado, é conscientemente instrumental e assume funções defensivas, que a tornam apropriada às demandas técnicas de autocontrole de nossas condições atuais da existência. A que forma de memória coletiva irá corresponder essa forma de experiência assentada no choque?

A elaboração do questionário e roteiro de entrevista no que se refere à televisão como objeto para percepção parte das seguintes formulações:

Que relações os estudantes estabelecem entre o ato de “ver televisão” e:

- a) as “experiências de choque”?
- b) a idéia de abolição da possibilidade de afastamento?
- c) o problema da “memória coletiva”?

Como os estudantes percebem os elementos da imagem e do som? Cor, composição (design), movimento e iluminação; diálogos, slogans publicitários, música e ruídos. Que relações estabelecem entre esses elementos de áudio e vídeo e a “experiência de choque”?

2.5.2. A televisão como mediadora de relações interpessoais

Se a televisão suprime toda possibilidade de afastamento, o que é então a proximidade, quando tudo se torna igualmente próximo e longínquo?

Que é esta uniformidade na qual todas as coisas não estão nem perto nem longe, mas sem distância? Procurando seguir o caminho que levam tais questões, HEIDEGGER (21) aponta para o “reunir” como ser da proximidade que se corporifica na “coisa”, posto que é própria dessa reunião.

Pensar a televisão como mediadora de relações interpessoais é pensá-la em termos de relações que implicam diferentes modos de “proximidade”, diferentes modos de reunião. Como os estudantes vivem o “fluxo da uniformidade sem distância” em seu cotidiano? Como é vivida a substituição das reuniões em torno da mesa pelas reuniões em torno da televisão?

Que tipos de contatos corporais são estabelecidos frente à televisão e como são percebidos? Em que medida o ato de ver televisão na infância se fazia acompanhar ou não da presença de um adulto? Este (s) adulto (s) estimulava (m) o “jogo imaginativo” através da interpretação das informações televisivas transmitidas? Como esta presença ou ausência de adultos integra a memória dos sujeitos em questão?

Tais perguntas orientam a elaboração do questionário e do roteiro de entrevista para a coleta de material referente à mediação da televisão nos relacionamentos interpessoais.

2.5.3. A televisão como objeto de valor educacional e de lazer

Tendo em vista a operacionalização da pesquisa na área da sócio-psicologia da tele-

visão, vários autores* referem-se aos meios de comunicação como uma “escola paralela”, conceito expresso por FRIEDMAN (15) da seguinte forma:

“Os conhecimentos, os valores da inteligência e da sensibilidade que o *mestre* inculca no aluno por meio da palavra, do quadro-negro, da leitura não são mais do que uma *ilhota* em meio às ondas de informações, apelos e solicitações prementes com que o som e sobretudo as imagens atuam sobre a criança, ao sair da escola, por meio de cartazes, cinema, televisão, quadrinhos, rádio, música popular. Ondas que invadiram a quase totalidade das zonas urbanas e ganham, invencíveis, as zonas rurais... A criança, na verdade, não é cercada somente pela imagem, mas por um conjunto de estimulações auditivas, visuais e, segundo vocábulo doravante admitido, audiovisuais. O que sabemos atualmente é que este complexo mostra, contudo, que o cinema e a televisão são os principais alimentos da escola paralela (as palavras foram sugeridas por um professor), muito mais competitiva e perigosa para a escola oficial porque se apresenta com todas as condições de lazer e da fruição imediata”.

Atentos a “perigos” como as “seduções do lazer e da fruição imediata”, os pesquisadores procuram alertar os educadores para o fato de que os estudantes que hoje entram na universidade terão assistido mais horas de televisão do que de aula em escola. Um destes autores é Louis Porcher**, que definindo a “escola paralela” como o conjunto de circuitos graças aos quais chegam aos alunos, de fora da escola, informações, conhecimento, uma certa formação cultural, nos mais variados domínios, chama a atenção para os problemas pedagógicos e sociológicos não desprezíveis que a “escola paralela” levanta, na medida em que se trata de canais de educação não controlados pelos docentes e massivamente frequentados pelos alunos.

Por outro lado, MUNIZ SODRÉ (28) aponta que, politicamente, os meios de comunicação surgem no contexto da indústria cultural como “novos lugares diretamente e indiretamente supervisionados pelo Estado – da fabricação de idéias afins ao jogo de poder em substituição progressiva das antigas redes escolares”.

Seguindo a idéia de que a televisão é um dos meios da “escola paralela”, para a elaboração da parte do questionário referente à televisão como objeto do valor educacional e de lazer, escolhemos, inspirados em *Television and behavior****, um grupo de matérias de modo a compor um “currículo oculto”, a que julgamos estarem os nossos sujeitos de pesquisa submetidos ao “ver televisão”. A partir deste currículo, os estudantes serão indagados a respeito da relação entre televisão e cultura.

* Cf. PFROMM NETO, S. *Comunicação de massa*. São Paulo: Pioneira, 1972;

FADUL, A. Meios de comunicação de massa e educação no Brasil: uma perspectiva crítica. *Cadernos Intercom*, 1(4)out. 1982.

GUTIERREZ, F. *Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação*. São Paulo: Summus, 1978.

** Cf. FADUL, A. op. cit., p. 31.

*** Trata-se de um texto de autoria coletiva editado pelo National Institute of Mental Health, Rockville, 1982.

Buscaremos exemplares de “ensinamentos” das matérias da “escola paralela” em três tipos de informações televisivas: telejornalismo, publicidade, e filmes e novelas. Para tanto, partimos da observação de BAUDRILLARD (2) a respeito da diferença entre telejornal e publicidade. Estes remetem o telespectador a distintos estados de consciência, o primeiro à realidade, posto que veicula informações de leitura plena e de imediata transição para o campo prático, enquanto que a publicidade veicula sonho, legenda e não tem em vista uma “práxis”.

Em sua análise de função latente da publicidade, Baudrillard mostra que já no imperativo da publicidade (“Veja como a sociedade não faz mais do que se adaptar a você e a seus desejos. Portanto, é razoável que você se integre nesta sociedade”) está presente sua função de gratificação sedutora. A sociedade se faz maternal e lúdica no apelo publicitário.

Mas o modo como melhor salienta esse autor o signo publicitário é como portador da prova de ausência do objeto real, e nesta medida assumindo a dupla função de gratificação-frustração. Diz BAUDRILLARD (3):

“Quando a publicidade em substância lhe propõe: (a sociedade adapta-se totalmente a você, integre-se totalmente nela), é claro que a reciprocidade é falsificada: é uma instância imaginária que se adapta a você enquanto, em troca, você se adapta a uma ordem bem real. Através da poltrona que se adapta às formas de seu corpo, você esposa e se responsabiliza por toda ordem técnica e política da sociedade”.

MUNIZ SODRÉ (29) também se refere à função gratificação frustração da publicidade, que entende como abrangendo a programação televisiva como um todo. Quatro impulsos (motor, lúdico, de poder e de amor) “inevitavelmente frustrados” pela sociedade seriam compensados pela programação televisiva.

Seguindo seu pensamento, temos então que relatos de ação e violência compensariam a passividade motora; comédias de pastelão ou programas humorísticos com ironias referenciadas no trabalho compensariam o impulso lúdico frustrado no cotidiano de trabalho mecanizado; a mitificação dos triunfos alheios (por exemplo o *self-made-man*), além de apresentar personalidades modelares, satisfaz vicariamente a vontade de poder; e a exaltação do sonho romântico complementada por relatos agressivos (como é o caso de muitos filmes, seriados e novelas) propicia “satisfação” para a sexualidade frustrada.

Assim, as seguintes matérias compõem o “currículo oculto” que organizamos:

- a) imagens de violência: imaginação violência e/ou violência da imaginação;
- b) imagens de “famílias televisivas” e telenovelas: modos alternativos de vida familiar;
- c) imagens para educação sexual explícita e implícita;
- d) o cuidado com a saúde e o fantasma da doença;
- e) a personalidade bem-sucedida no trabalho: o herói modelar;
- f) concepções de “realidade social”.

Será a televisão percebida pelos estudantes como uma “escola paralela”? Que rela-

ções estabelecerão os estudantes entre o aprendizado adquirido através do "currículo oculto" da televisão e o modo de vida dos universitários?

3.1. Banco de dados

Para a formulação dos métodos de investigação apropriados aos delineamentos deste perfil dos alunos da USP, é indispensável o estabelecimento dos objetivos principais da pesquisa, dos dados previamente disponíveis e das condições básicas de trabalho.

Quanto aos objetivos principais da pesquisa, podemos dizer que ela visa o delineamento do perfil do aluno da USP a partir de sua situação sócio-econômica, níveis de saúde e modo de vida.

O processo de elaboração das entrevistas indagará, em sua fase inicial, dos organismos da USP, sobre os dados que são considerados importantes de se obter com esse levantamento, o mesmo procedendo em relação às entidades representativas dos estudantes.

Obtido esse arco de expectativas, a coordenação da pesquisa passará à organização da coleta de dados através de questionários passíveis de registro quantificável, destinado à produção de instrumentos de mensuração.

A estruturação de um banco de dados é de fundamental importância para a pesquisa do nível a que nos propomos realizar. Evidentemente, não seremos levianos em afirmar que essa tarefa seja fácil. Mas, consideramos que a universidade dispõe de dados centralizados (no Centro de Computação Eletrônica – CCE) sobre seus alunos de graduação e pós-graduação, a tarefa se torna realizável.

A parametrização essencial, disponível no CCE, para a fundamentação do banco de dados, será a ficha básica de aluno, acrescida de dados relativos à utilização do serviço de saúde e do serviço social da universidade.

A computação dos dados será feita em computador de médio porte (B6900 da BURROUGHS) e a estrutura de dados será a mesma utilizada pela USP. Dados secundários, tais como "mailing list" ou lista bibliográfica, por exemplo, serão implementados em um microcomputador compatível com o APPLE II, usando a estrutura do DBASE II; manipulações de dados no micro serão realizadas por um compilador de linguagem PASCAL.

Manipulações estatísticas serão realizadas através do programa SPSS, pacote estatístico de emprego em análise de dados em ciências sociais, implementado no B6900 da USP.

3.1.1. Considerações sobre fontes de dados

Num primeiro momento, podemos listar as seguintes fontes de dados:

- a) FUVEST - Através da análise dos resultados obtidos com questionários aplicados em vestibulandos, a partir do ano de 1977, poderemos traçar um perfil do ingressante na

universidade. Esse perfil nos daria, por exemplo, a idade média do ingressante na USP e sua distribuição por condição sócio-econômica.

- b) FACULDADE E INSTITUTOS – A análise dos arquivos de suas seções de alunos e/ou comissões de graduação e pós-graduação permite traçar um perfil inicial sobre evasão escolar, desempenho acadêmico e interesse do estudante. Também é possível obter pesquisas ou enquetes sobre questões estudantis específicas de cada unidade universitária.
- c) ARQUIVOS DA SECRETARIA GERAL E COSEAS – Serão fundamentais na estruturação do banco de dados. Um por dispor de uma ficha básica de cadastro do aluno e um banco de dados atualizados, outro por dispor de informações sobre os serviços de saúde e sociais da USP.
- d) ARQUIVOS DO CEPEUSP E CODAC – Permitem uma melhor compreensão de como a USP trata a questão do lazer, da cultura, do esporte, e como os estudantes compreendem tais questões. Além disso a CODAC poderá fornecer dados sobre estudantes estrangeiros conveniados.
- e) ARQUIVOS DO H.U. E DO H.C.* – O H.U. poderá fornecer dados relativos aos prontuários dos alunos usuários e o H.C., através de seu departamento de medicina preventiva, poderá fornecer dados sobre métodos de trabalho e pesquisas anteriores correlatadas. Permitirão uma análise crítica do antigo PLUS (Plano Universitário de Saúde) e da atual estrutura de atendimento de saúde da universidade.
- f) ARQUIVOS DOS CENTROS ACADÊMICOS – Numa perspectiva mais política, é importante analisar como as entidades representativas dos estudantes se relacionam com o espaço político, social e cultural da USP e como seus representados percebem essa relação. Cabe mencionar que o uso de tais fontes será difícil, talvez impossível, devido à extrema desorganização dos arquivos da maioria dos C.As.

3.1.2. Considerações sobre a população e amostragem

A população que nos propomos estudar está toda, ou pelo menos em grande parte, cadastrada. É bem definida (dentro dos limites que a própria USP estabelece) em número; a distribuição de seus indivíduos por cursos ou por áreas de conhecimento está estabelecida. Portanto, a população se presta a qualquer tipo de amostragem probabilística.

A articulação das partes que tratam de nível de saúde e modo de vida exigirá entrevistas abertas com estudantes, talvez exames médicos e laboratoriais. Portanto, neste caso, devemos restringir as subamostras, para facilitar rotinas de trabalho, compatibilizar custos e minimizar prazos.

Já a articulação com a parte da pesquisa sobre situação sócio-econômica requer uma entrevista fechada, uma análise quantitativa, não exigindo uma amostra muito limitada.

* H.U. – Hospital Universitário da USP.

H.C. – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

Conhecendo as características da população, como o número total de alunos, sua distribuição por área de conhecimento e curso, sexo, idade etc., podemos obter um certo número arbitrário de classes estatísticas e, através de sua distribuição no universo considerado, parametrizar uma amostra, considerando, é claro, que quaisquer que sejam as classes, sua distribuição na amostra e na população é bem determinada e obedece a uma relação conhecida.

Estimando a população estudantil da USP em 40.000 alunos, avaliamos a amostra em cerca de 2,5% deste número, ou seja, cerca de 1.000 alunos, para que todas as unidades universitárias estejam representadas.

Serão ainda estabelecidos critérios de seleção de indivíduos, na abordagem sócio-econômica, de modo a estruturar subamostras para as partes de nível de saúde e modo de vida. Esclarecendo: a aplicação de uma entrevista "qualitativa" (as aspas são usadas por falta de termos mais adequados) será precedida da aplicação de uma entrevista "quantitativa", que fornecerá subsídios para a seleção de indivíduos à entrevista qualitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) ALBUQUERQUE, J.A.G. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- (2) BAUDRILLARD, J. Significação da publicidade. In: ADORNO, T.W. et alii. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- (3) Id. *ibid.* p. 276.
- (4) BELTRÃO, R.A. Um esconderijo dos movimentos estudantis. *Desvios*, São Paulo, (4):76-91, jul. 1985.
- (5) Id. *ibid.* p. 90.
- (6) BENJAMIN, W. *Textos escolhidos*. São Paulo: Ática, 1985.
- (7) BORDIEU, P. *Les heritiers*. s.d.
- (8) BORDIEU, P. & PASSERON, . *Os estudantes e a cultura*. s.d.
- (9) CANTILLANO, E.M.C. Análise crítica da conceituação predominante sobre a atuação médica primária. In: – NUNES, E.D. *Medicina Social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1983. p. 188-189.
- (10) DANON-BOILEAU, H. *Les études de l'echec*. Paris: Payot, 1984.
- (11) FERNANDES, F. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- (12) Id. *ibid.* p. 85.
- (13) FERREIRA, M.V. Movimentos e movimentações estudantis na USP. *Desvios*, São Paulo, (4):72-75, jul. 1985.
- (14) FORACCHI, M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. s.l.p.: Nacional, 1965.

- (15) FRIEDMAN, G. L'école parallèle. *Le Monde*, Paris, jan. 1966. Apud PFROMM NETTO, S. *Comunicação de massa*. São Paulo: Pioneira, 1972. p. 49.
- (16) _____. A televisão vivida. In: *Linguagem da cultura de massas: televisão e canção*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- (17) FREUD, S. Vários tipos de carácter descubiertos en la labor psicoanalítica. _____ In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1948, v. 2.
- (18) FUVEST. *Relatório: Vestibulares de 1986*. São Paulo: FUVEST, 1986.
- (19) GOODMAN, P.A. *Growing up: problems of youth in organized society*. New York: Vintage Books, 1967.
- (20) HEIDEGGER, M. La chose. In: – *Essais et conférences*. Paris: Gallimard, 1958.
- (21) Id. *ibid.* p. 194-195.
- (22) JACOBS, P. & LANDAU, S. *The new radicals: Action politics in America today-the story on the groups that are making a social revolution*. Middlesex: Penguin Books, 1966.
- (23) LIPSET, S.M. *Student politics*. New York: Basic Books, 1967.
- (24) MARCUSE, H. A esquerda sob a contra-revolução. In: – *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- (25) MILLS, C.W. *White collar*. 2nd.ed. 1960.
- (26) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. *Relatório final*. Brasília: MEC, 1985.
- (27) Id. *ibid.* p. 80.
- (28) MUNIZ SODRÉ. Cultura, indústria e pós-modernidade. *Tempo Brasileiro*, (68) jan./mar. 1982.
- (29) Id. *ibid.*
- (30) PAOLI, M.C. Os movimentos da Universidade e a reapropriação das políticas do Estado. *Desvios*, São Paulo, (3):77-80, 1984.
- (31) PAOLI, N. *Para repensar a Universidade e o Pós-Graduação*. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1985.
- (32) Id. *ibid.* p. 17-18.
- (33) PARSONS, T. Youth in the context of american society. *Daedalus*, 1962.

Informes e Destaques

Convênio IMESC-PUC/SP – Projeto: O Usuário de Tóxicos: significados e representações no mundo das drogas

No final de 1986, foi estabelecido um convênio de prestação de serviços entre o IMESC e a PUC de São Paulo, para a realização de uma série de pesquisas durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 1987, cujo objetivo básico era o de abordar a problemática das drogas, enfocando principalmente a perspectiva dos usuários, suas representações e imaginários socialmente construídos através das práticas de diferentes agentes sociais.

Diante da complexidade e amplitude das questões envolvidas, a equipe interdisciplinar de pesquisadores – antropólogos, psicólogos, historiador e assistente social definiu esta etapa da pesquisa como sendo de caráter exploratório, ou seja, uma primeira aproximação com a questão dos usuários de drogas, certa de que um tratamento analítico mais extenso e aprofundado poderá ser viabilizado através da continuidade do projeto. No entanto, foi possível produzir um conjunto de reflexões organizadas segundo diferentes temas que, sem dúvida, representam valioso material acerca do objeto investigado.

O desenvolvimento do projeto obedeceu a uma subdivisão da equipe, que desenvolveu a análise a partir de diferentes aspectos temáticos, múltiplas abordagens (sócio-cultural e psicossocial) e segundo características de grupos de usuários tomados a partir de um determinado perfil sócio-econômico-cultural. No final de março foi entregue ao IMESC um relatório das atividades desenvolvidas compreendendo a análise da questão das drogas a partir de quatro subtemas e uma pesquisa bibliográfica sobre a problemática em foco.

Cada um dos subtemas envolveu uma pesquisa de campo que coletou um vasto e rico material empírico, através de entrevistas com diferentes interlocutores: entrevistas com usuários de maconha oriundos das camadas médias de centros urbanos – São Paulo e Salvador; meninos com menos de 14 anos institucionalizados em uma unidade da Febem-SP, que apresentam uma trajetória de uso precoce de drogas (maconha e outras) e entrevistas com familiares desses meninos, bem como com alguns dos técnicos que os acompanham na instituição; entrevistas com terapeutas e dirigentes institucionais voltados para o tratamento de usuários de drogas; entrevistas com especialistas – médicos, psiquiatras, psicólogos – que lidam com usuários de drogas injetáveis.

Cada um dos textos integrantes do relatório apresenta um tratamento preliminar e descritivo do material empírico e é acompanhado de transcrições do conjunto das entrevistas realizadas. A pesquisa bibliográfica ainda não é exaustiva, mas o relatório indica a existência de inúmeras fontes que compõem o acervo bibliográfico sobre drogas.

A quantidade e a riqueza dos dados coletados são reveladoras da complexidade e dos múltiplos enfoques e determinações que a análise da questão das drogas deve contemplar e apontam, simultaneamente, para a importância da continuidade da pesquisa, tendo em

vista a sistematização e análise dos dados disponíveis. Nesta medida, será possível produzir subsídios mais diretos, que orientem a formulação de políticas de ação do IMESC junto à população à qual se destinam os seus programas.

O projeto foi coordenado por Raquel Raichelis, do Escritório de Projetos e Convênios da PUC-SP, e Edward MacRae, representante do IMESC.

Foram os seguintes os subtemas abordados e os pesquisadores responsáveis pelo trabalho:

- 1) "Investigação sobre o uso habitual e controlado da maconha entre camadas médias urbanas" – Edward MacRae e Júlio Assis Simões.
- 2) "Os usuários de drogas e seus especialistas: as instituições e práticas terapêuticas existentes em São Paulo" – Roberto Yutaka Sagawa.
- 3) "O uso precoce de drogas: os usuários abaixo de 14 anos" – Maria de Lourdes Trassi Teixeira.
- 4) "Drogas injetáveis" – Talitha Ferraz de Souza.
- 5) "Pesquisa bibliográfica sobre o tema drogas" – Carlos Magno Di Natale.

A análise final dos dados recolhidos pelos próprios pesquisadores está atualmente em curso no Centro de Estudos do IMESC sob a coordenação de Edward MacRae e Anthony Henman e espera-se que seus resultados sejam divulgados no futuro próximo.

Banco de Dados da produção científica brasileira sobre o uso de drogas psicotrópicas

O Ministério da Saúde e a Associação Fundo de Incentivo à Psicofarmacologia (AFIP), vinculada ao Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina, comunicam que, a partir de 1º de março do corrente ano, estará à disposição dos interessados o primeiro banco de dados da produção científica sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil.

Esse banco contém livros e artigos publicados no Brasil, a partir de 1866, desde o relato clínico da intoxicação de escravos pela planta alucinógena conhecida por "trombeteira" até levantamentos epidemiológicos recentes sobre o uso de bebidas alcoólicas por crianças.

Como obter listagens desse banco de dados

As listagens podem ser requisitadas pelos seguintes itens:

- Ano de publicação
- Autor
- Estado
- Revista
- Droga ou grupo de drogas
- População onde o dado foi colhido
- Conteúdo específico

Através da delimitação desses itens, pode-se solicitar listagens bem específicas, como, por exemplo: os trabalhos de 1985, realizados em *Minas Gerais*, sobre o uso de *maco-nha* entre *estudantes*.

Podem-se solicitar listagens bem genéricas, como: todos os trabalhos sobre *ansiolí-ticos* no país.

A grande maioria dos trabalhos listados está arquivada no Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina. Após o envio da lista requisitada, caso haja interesse, poderão ser obtidas cópias xerografadas dos trabalhos.

Qualquer instituição pode requisitar listagens mediante ofício a:

Banco de Dados
a/c. Tereza Barbosa
Departamento de Psicobiologia
Escola Paulista de Medicina
Rua Botucatu, 862 - 1º andar
04023 - São Paulo - SP.

Contribuições ao banco de dados

O banco, longe de ser completo, pois um grande número de trabalhos científicos brasileiros foi publicado em revistas não indexadas, deverá crescer na medida em que seu acervo possa vir a ampliar-se.

Assim, contribuições de terceiros serão não só bem-vindas, como extremamente necessárias para que o primeiro banco de dados do gênero em nosso país recupere, de fato, toda nossa produção científica neste campo. O envio de contribuições deverá ser feito para o endereço citado na página anterior.

IMESC — Programa de atenção à questão do uso indevido de drogas

Edward MACRAE*

O Centro de Estudos do IMESC, apresenta seu trabalho desenvolvido durante o ano de 1987:

1 – GRUPO DE ORIENTAÇÃO PARA PAIS DE TOXICÔMANOS

Com o objetivo de agregar pais ou familiares que estavam enfrentando o uso indevido de drogas dentro de suas casas, foram realizados quatro Grupos de Orientação para Pais de Toxicômanos.

2 – GRUPOS DE INFORMAÇÕES GERAIS PARA PAIS DE FILHOS QUE NÃO USAM DROGAS.

Desenvolveu-se um grupo que teve como preocupação responsabilizar pessoas frente a esse problema.

3 – SEMINÁRIOS

Foram levados a efeito dois seminários, cujos temas foram:

a) "Discussão sobre o conceito de dependência". Este seminário contou com 130 participantes, que discutiram trabalhos apresentados por:

- Dr. Antonio Nery Alves Filho – coordenador do Centro de Terapia e Prevenção ao Abuso de Drogas – CTPD.
- Dr. Elias M. da Rocha Barros – psicanalista.
- Dra. Paula Montero – antropóloga.
- Dr. Luiz Marques de Sá – toxicologista.

b) "A influência dos meios de comunicação no uso indevido de drogas". Contamos com a presença de 400 participantes e com uma mesa composta por:

- Dr. Mário Sergio Duarte Garcia – secretário da Justiça.
- Dr. Carlos Vicari Junior – superintendente do IMESC.
- Dra. Luiza Eluf – representante do CONFEN.
- Dra. Maria de Lurdes de Souza Zemel – presidente do CONEN-SP.
- Dr. Antonio Nery Alves Filho – coordenador do Centro de Terapia e Prevenção ao Abuso

* Diretor do Centro de Estudos do IMESC.

- de Drogas – CTPD – Salvador, Bahia (coordenador da mesa).
- Dr. Claude Olievenstein – Instituto Marmottan, Paris, França.
- Deputada Erci Ayala – Rádio.
- Enio Mainardi – Propaganda.
- Alice Mitika Koshiyama – Jornalismo.
- E ainda com especialistas de Comunicação que debateram diretamente com a mesa.

4 – GRUPOS DE TÉCNICOS MULTIPLICADORES

Foram organizados dois grupos (um por semestre) destinados a profissionais que já tenham experiências em lidar com a questão do uso indevido de drogas e desejam aperfeiçoar seu conhecimento, especialmente para desenvolverem em suas comunidades Grupos de Orientação para Pais de Toxicômanos. Atendemos um total de 40 especialistas.

5 – CAPACITAÇÃO PARA PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS

Atendendo a 160 profissionais de diversas instituições particulares e governamentais que necessitavam adquirir conhecimentos básicos sobre o assunto.

Além dos técnicos do Centro de Estudos que coordenam os grupos de trabalho, ainda participaram os seguintes técnicos, como representantes de serviços da comunidade, discutindo os temas “Drogas”, “Indivíduo”, “Sociedade”.

- Dra. Rianete Botelho – psicóloga, membro da FIPEF.
- Dra. Raquel Pires – psiquiatra, membro da FIPEF.
- Dr. Francisco Caldeira Algodoal Filho – psiquiatra, psicanalista.
- Dr. José Cicala – médico, diretor do Centro de Perfícias do IMESC.
- Dra. Ana Maria Barbosa – psicóloga.
- Dr. Edward MacRae – antropólogo.
- Dra. Diva Reale – psiquiatra, Ambulatório de Saúde Mental da Lapa.
- Dr. Marcelo Itagiba – delegado de Polícia Federal.
- Dra. Luiza Helena Russo de Carvalho – psiquiatra, GREF, Hospital das Clínicas.
- Dr. Miguel Roberto Jorge – psiquiatra da Escola Paulista de Medicina.
- Dr. Dartiu Xavier da Silveira – psiquiatra da Escola Paulista de Medicina.
- Dr. Wilson R. Gonzaga da Costa – psiquiatra da Santa Casa.
- Dr. Montezuma Pimenta – psiquiatra do Hospital das Clínicas.
- Dra. Luiza N. Eluf – promotora da Secretaria de Segurança Pública.
- Dra. Maria de Lurdes de Souza Zemel – psicóloga. Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes de São Paulo. (CONEN-SP)

Iniciamos, ainda, durante este ano:

- trabalho de prevenção com crianças;
- atendimento a empresas;
- atendimento a faculdades e escolas de 1º grau;
- atendimento a grupos comunitários.

O Centro de Estudos do IMESC continua ampliando seu trabalho, agora em sua nova sede, na Rua Aparandé nº 37 (esquina com Paumari, 292) – Vila Ipojuca – CEP. 05054.

O número do telefone para os interessados no trabalho ainda é 258-5244, na sede do IMESC, à Rua da Consolação, nº 2117 – CEP 01301 – São Paulo – SP.

Todas as atividades desenvolvidas são gratuitas para o público e suas vagas, limitadas. Serão divulgadas previamente através dos meios de comunicação.

Polêmica

Você concorda com tudo que sai publicado na *Temas IMESC*? Sem dúvida que não, já que a gama de opiniões dos nossos colaboradores é propositadamente muito ampla. Que tal expressar suas opiniões ou críticas? Afinal, é do confronto de idéias que surge a inovação.

Escreva para:

TEMAS IMESC, SOC. DIR. SAÚDE
Rua Aparandé, 37
05054 – São Paulo, SP

NOVOS COLABORADORES

Você tem artigo original que se encaixe no âmbito desta revista? Mande-o para apreciação do Conselho Editorial de *Temas IMESC*, atendo-se o quanto possível às indicações que constam da contracapa interna.

Polymères

Les polymères sont des macromolécules constituées de longues chaînes de motifs répétés appelés unités répétitives. Ils sont classés en fonction de leur origine (naturels ou synthétiques) et de leur structure (linéaires, ramifiés, réticulés).

Exemple : le polyéthylène est un polymère linéaire synthétique obtenu par la polymérisation de l'éthylène.

MOYENS DE RECHERCHE

Les techniques de caractérisation des polymères incluent la chromatographie, la spectroscopie (IR, RMN) et la diffraction des rayons X.



Produções Gráficas e Editora Ltda.

Rua Traze de Maio, 1954 - 8º . a. - Cj. 81

Fones: (011) 288-2384 e 289-9797

Temas IMESC – Soc. Dir. Saúde

Normas para apresentação de originais

- 1 – Serão aceitos artigos e resenhas bibliográficas, originais e inéditos, preferentemente redigidos em língua portuguesa.
- 2 – A Revista se reserva o direito de selecionar os trabalhos com base nos pareceres do Conselho Editorial.
- 3 – Os originais deverão ser encaminhados diretamente ao Conselho Editorial (R. da Consolação, 2117 – 6º and., CEP 01301, telefone 258-5244, r. 14), em 2 (duas) vias, com aproximadamente 20 (vinte) páginas, datilografadas em uma só face, com 60 (sessenta) espaços e 25 (vinte e cinco) linhas, incluindo Tabelas e Figuras.
- 4 – Título: com letras maiúsculas, na parte superior da primeira página.
- 5 – Autor(es): abaixo do título, deslocado para a direita; por extenso, com iniciais maiúsculas e com o último sobrenome em CAIXA ALTA. A ordem de apresentação dos autores será aquela indicada no texto original. Todos os nomes deverão ser seguidos de asterisco, indicado em quantidade correspondente ao número de autores. O(s) asterisco(s), em seu número e ordem correspondentes, possibilitará(ão) identificar o local de trabalho, título e cargo ocupado pelo(s) autor(es), consignados esses dados no rodapé.
- 6 – **RESUMO:** Antes do texto propriamente dito, deixar espaço livre de 6 (seis) cm e a seguir colocar o **RESUMO** (máximo de 250 palavras) e **UNITERMOS**.
- 7 – **TEXTO:** A distribuição da matéria ficará a cargo do autor. Caso necessário, poderão ser observadas as recomendações contidas na NB-69 da ABNT quanto à divisão em seções.
- 8 – Citações no texto: deverão ser feitas com o sobrenome do autor, em maiúscula, seguido do número índice, entre parênteses, correspondente ao da enumeração bibliográfica. No caso de dois autores os sobrenomes deverão ser separados pelo símbolo &. Citações com mais de dois autores, indicar apenas o sobrenome do primeiro seguido de *et alii* e número índice.
- 9 – Tabelas e Figuras: citadas no texto com iniciais maiúsculas e numeradas com algarismos arábicos; no título da Tabela ou Figura, com maiúsculas. As figuras, em dimensão máxima de 12x19 cm, quando gráfico ou desenho, deverão ser feitas a nanquim preta em papel vegetal.
- 10 – **AGRADECIMENTOS:** Se necessários, ao final do texto e antes do **ABSTRACT**.
- 11 – **ABSTRACT:** Elaborado pelo autor e inserido antes de **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**, redigido e com título em inglês, deixando-se um espaço livre de 3 cm acima e acompanhado de **KEY-WORDS**. Nos textos que cuidem de assunto afeto à área da ciência do Direito, recomenda-se a inserção de súmula em língua espanhola, observadas as mesmas normas relativas ao **ABSTRACT**.
- 12 – **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** segundo a NB-66 da ABNT, indicadas por ordem alfabética de sobrenome do autor e numeradas consecutivamente.
- 13 – **NOTAS DE RODAPÉ:** Se necessárias, assinaladas com asteriscos.

A Revista TEMAS IMESC – Soc. Dir. Saúde é uma publicação aberta a um campo amplo do conhecimento científico, manifestando diversas tendências, razão por que os artigos e resenhas são de total, exclusiva e única responsabilidade dos autores.

Uma vez publicados os artigos remetidos e aprovados pelo Conselho Editorial, a Revista se reserva todos os direitos, inclusive os de tradução.

A reprodução total ou parcial dos trabalhos em outros periódicos ou publicações – com menção obrigatória da fonte – dependerá da prévia autorização deste editor.

GOVERNO QUÉRCIA

